



DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS



POLÍTICAS SOCIAIS

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)
Bolsa Família
Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Segurança Alimentar e Nutricional
Educação Básica
Educação Profissional e Tecnológica
Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Cultura: Preservação, Promoção e Acesso
Esporte e Grandes Eventos Esportivos
Planejamento Urbano
Resíduos Sólidos
Segurança Pública com Cidadania
Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção
e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e Outras Drogas
Cidadania e Justiça
Agricultura Familiar
Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Trabalho, Emprego e Renda
Previdência Social
Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia
Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência
Autonomia e Emancipação da Juventude
Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

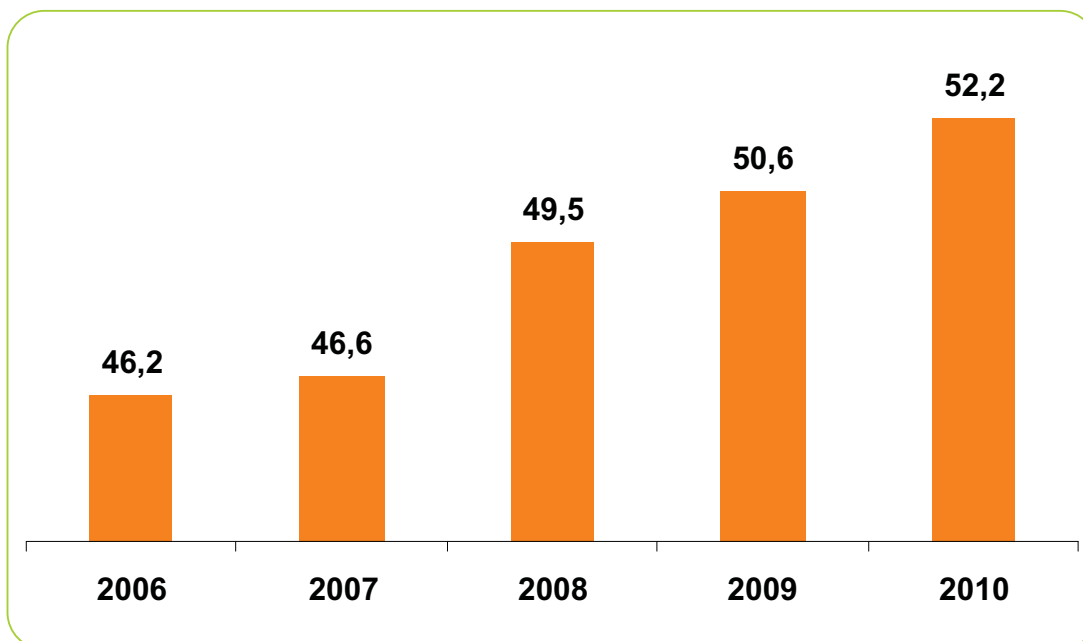
A Constituição de 1988 atribui ao Estado a responsabilidade de estruturar a política de saúde e garantir a universalização do acesso. O setor organizou-se, então, no Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios são a universalidade do acesso às ações e serviços, a integralidade da atenção e a equidade. Para concretizar esse novo papel do Estado na provisão de saúde, mostrou-se fundamental a articulação e participação de todos os entes federados no esforço de efetivação das responsabilidades estabelecidas e de viabilização dos meios para o desenvolvimento do SUS.

Apesar das dificuldades enfrentadas e dos desafios que ainda se colocam, a evolução de diversos indicadores espelham a melhoria nas condições de saúde da população.

A atenção básica, por intermédio do programa Saúde da Família, alcançou uma cobertura populacional que abrange em torno de 52% da população brasileira, o que representa uma ampliação de cerca de 13% entre 2006 e 2010. No mesmo período, ampliou-se o atendimento por equipes de saúde bucal, provendo à população um serviço até então ausente nas equipes de saúde pública. Ao todo, são cerca de 31 mil equipes de saúde da família e 245 mil agentes comunitários de saúde atuando no país.

As equipes de saúde da família atuam com o apoio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que são estruturas físicas de referência para os atendimentos de baixa complexidade. Para o período 2012-2015, dentre as principais metas previstas relacionadas à atenção básica destacam-se a expansão do número de equipes de saúde da família, de agentes comunitários e de equipes de saúde bucal, assim como do número de UBS e a qualificação das existentes.

Gráfico 22 – Evolução da taxa de cobertura populacional por equipes de saúde da família, de 2006 a 2010 (% da população coberta).

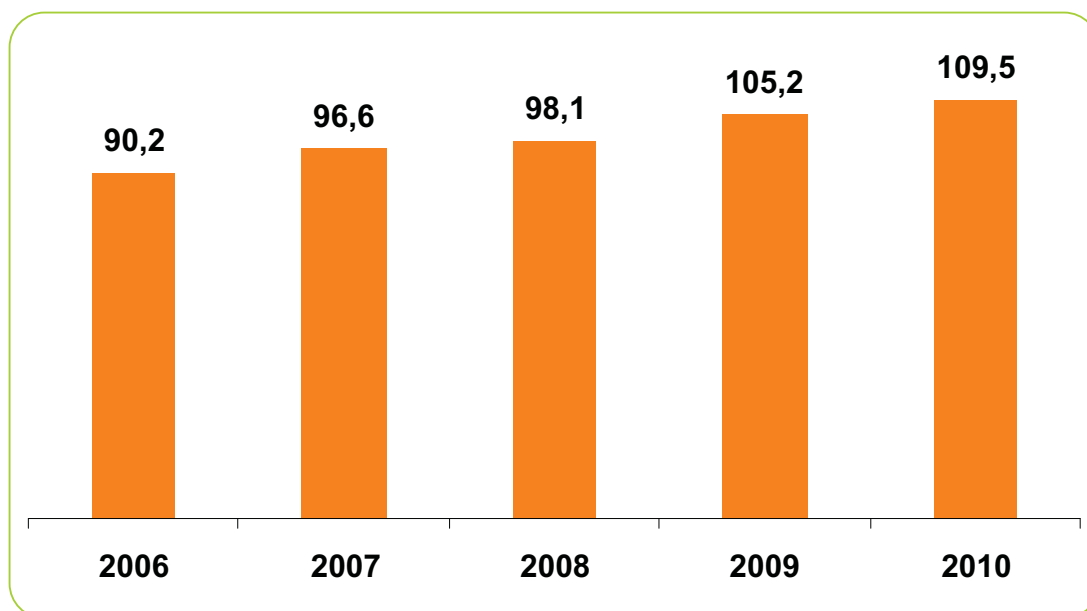


Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde.

Na atenção especializada de média e alta complexidade, verifica-se uma expressiva ampliação da rede, tanto pela implantação quanto pela habilitação de unidades para esse tipo de atendimento. A rede de média e alta complexidade disponibiliza hoje cerca de 8.500 unidades hospitalares com atendimento pelo SUS, totalizando mais de 366 mil leitos. A oferta de leitos de terapia intensiva ultrapassou os 24 mil, apontando para um crescimento superior a 20% entre 2006 e 2010. O número de transplantes realizados em 2010 atingiu a marca de 21.780, com um crescimento de quase 9% em relação ao ano anterior. Ampliação das redes de assistência cardiovascular e de oncologia também foram conquistas recentes relevantes. Para o período do PPA, tem-se como perspectiva a manutenção da tendência de crescimento do número de transplantes e das redes de assistência cardiovascular e oncológica.

A rede de urgência e emergência recebeu importantes investimentos para aumentar seu alcance territorial e populacional, com implantação de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e novos postos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Para a melhor integração entre os serviços, as Centrais de Regulação receberam novos profissionais e equipamentos, alcançando, em 2010, 110 milhões de habitantes em todas as regiões do país. Até o mesmo ano, foram habilitadas 468 UPA's, distribuídas em 386 municípios. A implantação de mais 500 UPA's e 2.163 leitos hospitalares - leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação - dentro das Redes de Urgência e Emergência estão entre as principais metas para o período 2012-2015.

Gráfico 23 – Evolução da cobertura populacional por unidades de SAMU implantadas, de 2006 a 2010 (em milhões).



Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde.

No campo da vigilância, prevenção e controle de agravos, os dados epidemiológicos mostram queda da incidência de doenças como tuberculose, hanseníase, esquistossomose, Aids, meningite, malária, sarampo, doença de Chagas, além da tendência de eliminação da raiva humana e do tétano neonatal.

As ações de vacinação, seguindo o mesmo caminho evolutivo, resultaram em campanhas de grande alcance, como a vacinação de mais de 47% da população contra a influenza pandêmica (H1N1).

Houve também um importante aumento no acesso da população de baixa renda à assistência farmacêutica. No nível básico, o programa Farmácia Popular alcançou cerca de 950 mil pessoas por mês. O componente especializado da assistência farmacêutica objetiva garantir a integralidade dos tratamentos, para as diferentes fases evolutivas das 79 doenças que compõem a lista com cobertura medicamentosa governamental. Esse componente do SUS confere maior amplitude à oferta de medicamentos, com cobertura tanto em nível assistencial básico quanto nos mais complexos.

Conjugada com outros fatores, como a elevação da renda média, a redução das desigualdades sociais e regionais, a melhoria dos níveis educacionais e das condições sanitárias ambientais, essa atuação levou à melhora significativa de indicadores que refletem a situação geral da saúde e da qualidade de vida da população, como a mortalidade infantil, a esperança de vida ao nascer, e o percentual de óbitos por doenças infectoparasitárias.

A taxa de mortalidade infantil contribui para a verificação dos níveis de acesso e de humanização da atenção à saúde materno-infantil, cobertura por imunizações contra doenças neste ciclo de vida, além de condições ambientais domiciliares. A análise desse indicador demonstra expressivo declínio desta taxa: de 31,9 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos, em 1997, para 20,0 óbitos em 2007. Os desafios a serem enfrentados nessa questão são a redução dessa taxa para 17,9, correspondendo aos padrões estabelecidos junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) para os Objetivos do Milênio e a homogeneização regional do índice obtido em nível nacional.

Tabela 18 – Taxa de mortalidade infantil.
Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos.

Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	32,2	31,1	29,8	28,6	27,7	26,6	25,6	24,5	23,6	22,8	22,1
Nordeste	50,4	47,1	44,3	41,6	39,3	36,9	34,8	32,7	31,2	29,8	28,7
Sudeste	23,1	21,6	20,0	19,1	18,3	17,3	17,0	16,3	15,4	15,0	14,6
Sul	17,5	18,0	17,2	17,0	16,4	16,1	15,8	15,0	13,8	13,3	12,9
Centro-Oeste	24,4	23,3	21,9	20,9	20,6	19,3	18,7	18,5	17,7	17,1	16,5
Brasil	31,9	30,4	28,4	27,4	26,3	24,9	23,9	22,6	21,4	20,0	20,0

Fonte: MS/SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.
MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.
Elaboração: SPI/MP.

Outra indicação das condições de saúde e da qualidade de vida da população é a esperança de vida ao nascer. Esse índice expressa o número médio de anos que se esperaria para um recém-nascido viver. A sua elevação sugere melhoria das condições de vida e de saúde resultantes de boas práticas sanitárias e inovações tecnológicas, bem

como do desenvolvimento socioeconômico. Observa-se evolução positiva desse índice, para ambos os sexos, em todas as regiões, no intervalo de tempo apresentado. Os valores regionais variam em torno do índice nacional em termos de ganho médio de anos de vida. No entanto, ainda chama a atenção a disparidade verificada entre os índices das regiões Sul e Nordeste.

Tabela 19 – Esperança de vida ao nascer. Brasil e grandes regiões, nos anos de 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008.

Região	Sexo masculino					Sexo feminino					Ambos os sexos				
	1991	1995	2000	2005	2008	1991	1995	2000	2005	2008	1991	1995	2000	2005	2008
Norte	63,7	65,1	66,8	68,2	69,1	70,3	71,3	72,4	74,0	74,9	66,9	68,1	69,5	71,0	71,8
Nordeste	59,6	61,4	63,6	65,5	66,5	66,3	68,4	70,9	72,7	73,8	62,8	64,8	67,2	69,0	70,1
Sudeste	64,5	66,0	67,9	69,5	70,4	73,4	74,8	76,3	77,7	78,5	68,8	70,3	72,0	73,5	74,4
Sul	66,7	67,9	69,4	70,8	71,6	74,3	75,2	76,3	77,7	78,5	70,4	71,5	72,7	74,2	75,0
Centro-Oeste	65,2	66,7	68,4	69,8	70,6	72,0	73,6	75,3	76,7	77,5	68,6	70,0	71,8	73,2	74,0
Brasil	63,2	64,7	66,7	68,4	69,3	70,9	72,5	74,4	75,9	76,8	66,9	68,5	70,4	72,1	73,0

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991 e 2000) e projeções populacionais para o Brasil e grandes regiões 1991-2020.

A evolução verificada, fruto dos avanços na assistência à Saúde, em conjunto com outras transformações sociais e demográficas, contribuiu para uma importante mudança no perfil epidemiológico da população brasileira. As doenças cardiovasculares atualmente lideram os registros de causas de morte, revertendo a posição do passado com relação às doenças infectocontagiosas. Mudanças de hábitos alimentares e intensificação de algumas outras práticas prejudiciais à saúde, como o uso de álcool e fumo, por exemplo, são fatores relevantes para o presente quadro. Para fazer frente a esse novo perfil, se estabeleceu como meta implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2022.

Tabela 20 – Mortalidade proporcional por grupos de causas. Proporção (%) de óbitos por região e grupo de causa, no ano de 2007.

Região	Doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Afeções originadas no período perinatal	Causas externas	Demais causas definidas	Total
Norte	6,67	13,96	25,45	10,04	6,46	18,74	18,68	100,0
Nordeste	5,04	13,83	32,63	8,64	4,07	15,11	20,68	100,0
Sudeste	4,63	17,50	32,31	11,77	2,05	12,00	19,74	100,0
Sul	3,88	20,07	32,11	11,70	1,70	12,57	17,97	100,0
Centro-Oeste	5,18	15,30	30,29	10,34	3,00	17,21	18,68	100,0
Brasil	4,75	16,69	31,88	10,80	2,78	13,54	19,56	100,0

MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Nesse cenário, a política pública em saúde tem como perspectiva a distribuição geográfica de ações e serviços, de acordo com o princípio basilar da equidade expressa na identificação dos seus objetivos estratégicos. Dessa forma, busca a distribuição da oferta com foco na diversidade de realidades regionais e a garantia do acesso oportuno e adequado aos mecanismos de satisfação das necessidades de saúde dos cidadãos, em todos os seus ciclos de vida e em condições específicas de vulnerabilidade.

Com respeito aos segmentos populacionais específicos, dentre os desafios a serem enfrentados, destacam-se os cuidados com a mulher, em todos os ciclos de vida, e a criança, aos quais deverá ser provida a atenção integral, a partir da criação de uma rede de atendimento humanizada e resolutive, implementada por meio da “Rede Cegonha”. Para o período 2012-2015 estão previstas metas que vão desde a ampliação da investigação de óbitos fetais, infantis e maternos até a expansão do número de leitos de terapia intensiva em hospitais habilitados em alto risco obstétrico e de terapia intensiva e intermediária neonatal, passando pelo estabelecimento de melhores condições para o diagnóstico mamário.

A pessoa idosa também será foco de atenção integral por meio do estímulo ao envelhecimento ativo. Em relação às condições de saúde mental da população, dentre os propósitos considerados, o Programa prevê o fortalecimento da rede de saúde mental e o enfrentamento da crescente dependência de crack e outras drogas, destacando-se as metas de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos de atenção integral em saúde mental em hospitais gerais e unidades residenciais terapêuticas temporárias.

Todas essas realizações devem ser respaldadas por ações de promoção e de vigilância em saúde, com destaque para o controle da dengue, e pela garantia da assistência farmacêutica integral, a ser alcançada com a ampliação do Programa Farmácia Popular nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias.

A complexidade da coordenação nacional do SUS requer o aperfeiçoamento do modelo de gestão, com a ampliação da capacidade regulatória e com a incorporação de novas possibilidades de relações federativas, centradas na garantia do acesso, gestão participativa, participação social e financiamento estável. Nesse sentido, as principais metas para o período do PPA referem-se à disponibilização do Cartão Nacional de Saúde e à assinatura de contratos de ação pública, com a definição das responsabilidades de cada ente federado.

É também importante desafio a qualificação dos instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. Além disso, os recursos humanos que atuam no SUS deverão ser alvo de adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho.

Complementarmente a esse conjunto de desafios mais centrais à ampliação do acesso e à qualidade da atenção, deverão ser incentivadas as ações de saneamento básico e de saúde ambiental, executadas de forma sustentável, como estratégia suplementar de promoção da saúde e de redução das desigualdades sociais.

BOLSA FAMÍLIA

A Constituição de 1988 trouxe avanços na definição de direitos sociais e na obrigatoriedade da prestação de serviços públicos, como o estabelecimento de percentuais mínimos para investimento em educação; a criação do SUS, de caráter universal; o fortalecimento do esquema previdenciário semicontributivo voltado a trabalhadores rurais; e a majoração do valor dos benefícios assistenciais pagos a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

O arranjo da proteção social criado em 1988 rendeu progresso na redução da extrema pobreza e da pobreza, fato especialmente perceptível na população idosa. Com efeito, o percentual de pessoas de mais de 65 anos com renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 70, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), está abaixo de 1%.

O impacto desse arranjo não teve a mesma magnitude, contudo, no caso da população em idade ativa e entre as crianças. Estas últimas continuam apresentando taxas de pobreza e de extrema pobreza maiores que a média nacional.

A constatação de que a pobreza e a extrema pobreza concentravam-se de maneira persistente na população mais jovem possibilitou o surgimento de programas de transferência de renda com foco especial nas crianças, a partir da segunda metade dos anos 1990.

A falta de coordenação das primeiras iniciativas em nível nacional gerou problemas de sobreposição de cobertura e, ao mesmo tempo, erros de exclusão, bem como multiplicidade de controles administrativos, de registros de informações e de sistemas. Por isso, em outubro de 2003, em busca de maior racionalidade administrativa e efetividade da política, os programas de transferência condicionada de renda então existentes foram unificados no Programa Bolsa Família.

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Bolsa Família tem os seguintes objetivos principais: i) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; ii) reduzir a pobreza e a extrema pobreza; iii) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, de educação e de assistência; iv) promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público; v) estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de condicionalidades (compromissos estabelecidos entre as famílias e o Estado) nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. As

condicionalidades são, a um só tempo, uma forma de contribuir para o acesso a serviços sociais básicos e essenciais como um instrumento para o fortalecimento e a autonomia das famílias, e para o rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Já o descumprimento das condicionalidades pode indicar vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos sociais das famílias, e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo.

Conforme dito anteriormente, o viés pró-criança do Programa Bolsa Família explica em grande medida sua criação – e, possivelmente, sua ampla aceitação pela sociedade brasileira. E, de fato, seus impactos na redução da extrema pobreza são observados especialmente entre os mais jovens. Não fossem as transferências do Programa, a proporção das crianças de até 15 anos com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70 seria 35% superior à observada em 2009.

O aprimoramento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, desde sua instituição, em 2001, possibilitou ao programa alcançar, nos primeiros meses de 2011, 13 milhões de famílias, com um total de beneficiários que abrange mais de um quarto dos habitantes do país. No contexto atual, marcado pela meta de erradicação da extrema pobreza, o Cadastro Único – com mais de 20 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, correspondendo a mais de 65 milhões de pessoas – apresenta amplas possibilidades, especialmente para traçar o perfil e identificar as principais carências de cada comunidade, município, estado e do país como um todo.

O reajuste dos benefícios, como o concedido pelo Decreto nº 7.447, de 2011, por mais importante que seja, não é a única medida que garantirá o aumento do impacto do Programa sobre a pobreza e a extrema pobreza. Há famílias elegíveis que não têm acesso aos benefícios por ainda não terem sido alcançadas pelo poder público. É necessário desenvolver ações para que o Bolsa Família reduza seu erro de exclusão. A expansão da população coberta pelo Cadastro Único em localidades com baixa cobertura e a preocupação com grupos populacionais vulneráveis será ainda mais importante no futuro próximo.

Nesse sentido, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Bolsa Família tem o desafio de incluir, até 2013, mais 800 mil famílias que têm direito, mas ainda não recebem o benefício, além de aumentar o limite dos benefícios de três para cinco filhos. Essa ampliação vai incluir no programa 1,3 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos, cumprindo as condicionalidades do programa de mantê-las na escola e com acompanhamento de saúde. O cartão Bolsa Família terá, ainda, outras funções: por meio dele serão pagos outros benefícios como créditos de fomento para o meio rural e Bolsa Verde. O Cadastro Único é ainda a principal fonte de informações sobre as famílias em situação de extrema pobreza, permitindo guiar as ações do Plano Brasil Sem Miséria relativas à transferência de renda, ao acesso a serviços públicos e à inclusão produtiva de acordo com as necessidades dessas famílias.

O refinamento dos mecanismos de acompanhamento da gestão e de incentivo nos níveis subnacionais (como é o caso do Índice de Gestão Descentralizada – IGD); a qualificação das equipes do Programa no nível local; e a contínua troca de informações entre gestores locais, coordenadores estaduais e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania tornarão mais produtiva a participação dos estados e especialmente dos municípios na busca ativa e no cadastramento da população vulnerável.

As melhorias ocorridas nos últimos anos no acompanhamento das condicionalidades precisam ter continuidade, bem como o aprofundamento da agenda comum entre os principais ministérios envolvidos - Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

Finalmente, há outros desafios importantes, como os pactos com unidades federativas que possuem programas próprios de transferência de renda, a inclusão bancária dos beneficiários e a melhoria dos mecanismos de pagamento do Bolsa Família.

Esse importante conjunto de desafios e oportunidades deve ser levado em conta nos próximos anos para que o Programa Bolsa Família continue apresentando bons resultados e funcione como um dos principais elementos do Plano Brasil Sem Miséria, que combina garantia de renda, inclusão produtiva e ampliação dos serviços.

FORTELECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a assistência social passou a se constituir efetivamente em uma política pública universal, visando o enfrentamento da pobreza, da vulnerabilidade e riscos sociais. O SUAS está organizado tendo como diretrizes a participação e o controle sociais e a descentralização político-administrativa, cabendo ao governo federal a coordenação federativa, a regulamentação e o co-financiamento das ações, caracterizando-se como um dos instrumentos que marcaram o esforço do país nos anos recentes para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população.

Ao final de 2010, o SUAS já contava com a adesão de 99,54% dos Municípios brasileiros, de todas as Unidades Federativas e uma rede composta por 7.038 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que permitiam o referenciamento de aproximadamente 20,4 milhões de famílias na proteção social básica e 2.155 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), que ofertavam serviços de proteção social especial a cerca de 120 mil famílias e indivíduos, além de 73 mil adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto (MSE). Além disso, o Projovem Adolescente ofertava cerca de 650 mil vagas para jovens em situação de vulnerabilidade

e risco e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atendia a cerca de 830 mil crianças e adolescentes.

Para que esse resultado fosse alcançado, o co-financiamento do governo federal, passou a ser realizado de forma regular e automática, com base em critérios universais, aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pactuados com representações das demais esferas federadas (Comissão Intergestores Tripartite), resultando na reconfiguração das ações, expansão da cobertura e redesenho da rede de unidades prestadoras de serviços. O SUAS também é responsável, na esfera federal, pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pela Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2010, com 1 salário mínimo mensal, cerca de 3,4 milhões de pessoas com deficiência e idosos sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida pela família.

Mesmo com os resultados alcançados, ainda há um número considerável de pessoas em risco social e em situações de vulnerabilidade. Por exemplo, com base no CadÚnico, em famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo encontram-se mais de 18 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e 5 milhões de jovens entre 16 e 18 anos. Destes, aproximadamente 12 milhões de crianças e 3 milhões de jovens pertencem a famílias com renda per capita de até R\$70. Esses números mostram condições desfavoráveis, quando tratamos do ambiente integral necessário para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, favorecendo a violação de direitos (educação, saúde, lazer etc) por situações de trabalho infantil, evasão/baixo desempenho escolar, exploração sexual, gravidez precoce e drogadição.

Entre os jovens de 15 e 29 anos, há mais de 18 milhões vivendo em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, e, desses, quase 12 milhões com o rendimento até R\$70. Além dos riscos já apontados, esse grupo etário responde por aproximadamente metade dos óbitos por agressões no país. Da mesma forma, os idosos (60 ou mais anos) em famílias de baixa renda representam quase 2 milhões de pessoas, sendo que mais de 700 mil encontram-se no estrato inferior de renda. Nesse ciclo, em consequência do processo de envelhecimento e da violência urbana, outras vulnerabilidades se associam às existentes, ampliando os riscos de isolamento e exclusão do acesso à convivência familiar e comunitária, bem como a um conjunto de atividades essenciais ao bem estar.

Os dados apresentados se traduzem em grandes desafios em relação à ampliação do nível de cobertura da população em situação de vulnerabilidade e riscos, bem como em relação à qualificação dos serviços ofertados e ao aprimoramento da gestão nas três esferas federativas, especialmente com a sanção da Lei nº 12.435/2011, que institucionalizou o SUAS.

Além disso, são de fundamental importância: a estruturação da Vigilância Social em todo o país, ampliando a capacidade de planejamento e monitoramento do Suas;

a operacionalização do Protocolo de Gestão Integrada; a qualificação dos recursos humanos; o efetivo reordenamento da rede prestadora de serviços de alta complexidade; o desenvolvimento de novas estratégias de identificação das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, para sua inclusão em serviços socioassistenciais qualificados e integrados à transferência de renda; aperfeiçoamento da gestão do BPC e ampliação da cobertura do BPC na Escola e BPC Trabalho; a implementação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e a efetivação do Vínculo SUAS.

Para tanto, o programa apresenta metas como, por exemplo, elevar o percentual de CRAS e CREAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento; produzir e divulgar orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS; ampliar o número de CREAS ofertando serviços específicos de proteção social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, de atendimento especializado a mulheres em situação de violência, para população em situação de rua, entre outros; expandir o número de pessoas idosas e com deficiência recebendo o BPC.

Por fim, vale ressaltar a importância do Suas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, contribuindo com a realização da Busca Ativa para localizar, cadastrar e incluir nos programas as famílias em situação de pobreza extrema. Também deve identificar os serviços existentes e a necessidade de criar novas ações para que essa população possa acessar os seus direitos. Os CRAS, presentes em todos os municípios, serão utilizados como pontos de atendimento e referência dos programas englobados pelo Brasil Sem Miséria. Afora os pontos já existentes, outros serão criados de forma a ampliar o atendimento em todos os territórios com concentração de pobreza extrema

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de acordo com a definição da Lei Orgânica que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”.

A sanção da Lei nº 11.346/06, assim como a posterior inclusão do direito à alimentação no artigo 6º da Constituição Federal em 2010 são considerados os principais marcos legais que inserem a alimentação no rol dos direitos sociais, fazendo com que a promoção do acesso à alimentação passe a ser um dever do Estado. Em agosto de 2010, a institucionalização do tema de segurança alimentar e nutricional ganha reforço com publicação do Decreto nº 7.272 que institui a Política Nacional de SAN.

O Sisan tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. Trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo e com a sociedade civil organizada, para a implementação e execução das políticas de SAN.

Na vigência deste PPA emerge o desafio de avançar na implantação do Sisan nos Estados, Distrito Federal e Municípios, consolidando o sistema nacionalmente, para realizar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, seu monitoramento, avaliação e articulação nacional nos Fóruns de Pactuação Tripartite (União, Estados/Distrito Federal e Municípios) e Bipartites (Estados/Distrito Federal e Municípios).

Segundo dados coletados pelo IBGE, a segurança alimentar da população brasileira melhorou entre os anos de 2004 e 2009, demonstrando o acerto das políticas públicas desenvolvidas no país, mas demonstrando, também, a necessidade de aprofundar as ações voltadas para a consolidação de uma Política estruturada. O percentual de domicílios que se encontrava com grau de insegurança alimentar moderada e grave, passou de 16,9%, em 2004, para 11,5%, em 2009. Cabe destacar que as Grandes Regiões apresentam prevalências de domicílios em situação de insegurança alimentar com diferentes magnitudes. Enquanto na Norte e na Nordeste, respectivamente, 18,5% e 21,3% dos domicílios encontravam-se em insegurança alimentar moderada e grave, na Sudeste e Sul estas proporções foram de 7,0% e 5,4%, respectivamente.

Ao conceito de SAN estão relacionados temas como renda disponível para compra de alimentos em quantidade e na qualidade necessárias; modelo agropecuário de produção e de uso da terra; segurança dos alimentos; hábitos alimentares e de saúde; política de abastecimento e sustentabilidade da produção agrícola; entre outros.

Cabe ao Estado constituir uma política de abastecimento e, em seu âmbito, promover os sistemas locais de abastecimento, intensificando ações de fomento aos pequenos produtores e de dinamização das economias locais. Aqui, vale destacar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, é um marco, na medida em que garante a compra de alimentos do agricultor familiar e, ao mesmo tempo, direciona esses alimentos ao público em situação de insegurança alimentar. Cabe, assim, intensificar o papel do setor público de agente indutor da dinamização de economias locais, com os instrumentos de compras institucionais e de diversificação da produção compreendendo parcelas mais amplas dos produtores. O apoio e fomento à agricultura urbana e periurbana terão também destaque na promoção da SAN.

Outro componente decisivo da SAN são os equipamentos de alimentação e nutrição, tais como banco de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. O acesso

à água tanto para consumo humano quanto para a produção de alimentos é um dos fatores determinantes da SAN. A construção de cisternas e outras tecnologias sociais de captação da água da chuva no semiárido brasileiro têm-se mostrado bastante eficazes para a convivência com a seca na região.

Visando ao aprofundamento das ações e políticas de SAN que vem sendo desenvolvidas, destaca-se o Plano Brasil Sem Miséria, com as metas de aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares atendidos pelo PAA; apoiar o aumento da produção e a comercialização excedente dos alimentos, com o fomento de R\$ 2,4 mil por família, ao longo de dois anos; ampliar as compras por parte de instituições públicas e filantrópicas (hospitais, escolas, universidades, creches e presídios) e a rede privada de supermercados; ampliar o acesso à água para o consumo e a produção com a construção de novas cisternas e de sistemas simplificados e de irrigação para pequenas propriedades e recuperação de poços artesianos.

As ações de educação alimentar e nutricional, assim como aquelas vinculadas à vigilância alimentar e nutricional e à promoção de uma alimentação adequada e saudável deverão ser vitalizadas no Programa de SAN. Ações de combate à expansão da obesidade são imprescindíveis diante do atual quadro observado no país. Em função de sua magnitude e velocidade de evolução, o excesso de peso é considerado atualmente um dos maiores problemas de saúde pública, afetando todas as faixas etárias. Não obstante o crescimento do sobrepeso e da obesidade, há situações críticas de insegurança alimentar em algumas populações específicas, tais como indígenas e quilombolas.

Por fim, faz-se necessário fortalecer a atuação internacional do Brasil nos temas da soberania e segurança alimentar e nutricional por meio de negociações internacionais e da cooperação humanitária. O Brasil tem sido considerado exemplo de país em desenvolvimento que conseguiu combater a fome e a desnutrição, através de um modelo próprio que inclui a adoção de um enfoque intersetorial de elaboração e implementação da política de SAN, com participação social.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica é um processo de formação de indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. A educação formal e pública, como parte fundamental de um esforço educacional maior - que também ocorre na família, na comunidade e no trabalho -, deve contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais existentes. Nada disso poderá ser alcançado sem uma educação de qualidade, norteadas pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento de

violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de pessoa com deficiência.

Segundo dados da PNAD, em 2009, a população brasileira com 17 anos ou mais tinha, em média, 7,6 anos de estudo. Essa média é menor entre as populações negra (6,7 anos), rural (4,7 anos) e entre os 25% mais pobres (5,3 anos). O corte regional também aponta desigualdades significativas: enquanto no Nordeste a população tem, em média, 6,3 anos de estudo, no Sudeste esta média sobe para 8,2. Ainda que no período recente tenha ocorrido avanço consistente na escolaridade média da população com 17 anos ou mais, e que os grupos menos favorecidos tenham avançado de maneira mais rápida do que os demais, a superação da desigualdade educacional existente em todas as etapas da educação básica continua um desafio.

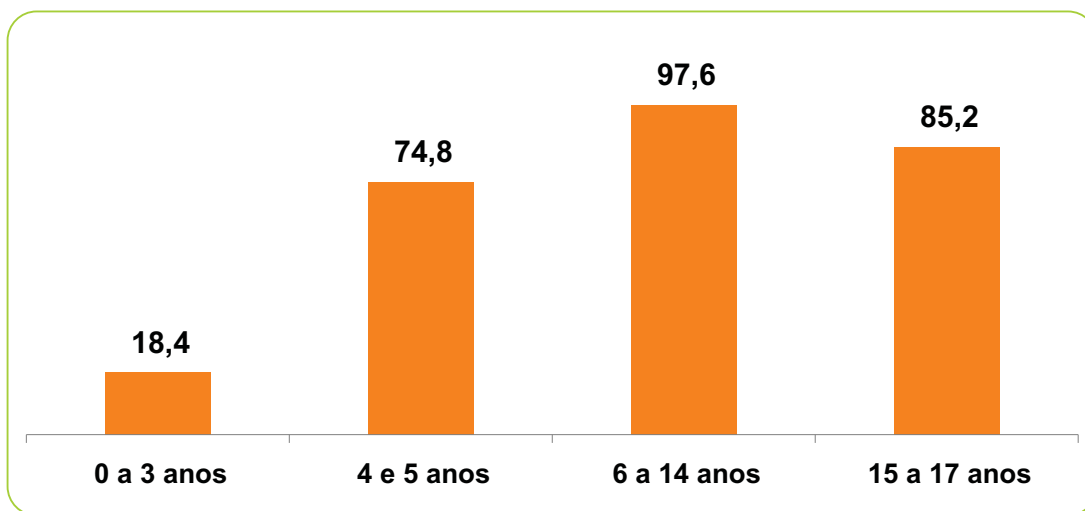
Em relação à educação infantil, a PNAD indica que apenas 18,4% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos frequentavam creches em 2009. Para a população de 4 e 5 anos, os percentuais de frequência à pré-escola são mais elevados, de 74,8%. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, a educação básica pública passou a ser obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, determinação a ser implementada progressivamente, até o ano de 2016, implicando o desafio de elevar as taxas atuais de frequência à pré-escola, juntamente com o aumento da taxa de frequência ao ensino médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020, proposto pelo Executivo Federal, prevê ainda a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de 0 a 3 anos. Nesse sentido, para a educação infantil, são fundamentais iniciativas como a implantação de creches e pré-escolas, sobretudo nas localidades de maior déficit de atendimento, a formação de profissionais do magistério, os repasses suplementares para a alimentação escolar e a definição de materiais pedagógicos específicos, considerando as especificidades locais e as necessidades de cada público.

O ensino fundamental pode ser considerado universalizado, a despeito da paulatina implantação do ensino fundamental de 9 anos. No entanto, ainda é necessário melhorar a qualidade, expandindo a educação integral e enfrentando questões como a retenção, a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão. Além disso, em grupos populacionais específicos, como a população residente no campo, ainda existem problemas de acesso. Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2009, nas escolas do campo, para cada duas matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental existe apenas uma nos anos finais, sendo essa situação ainda mais crítica entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, em que a proporção de vagas é de seis para um. Já nas escolas urbanas, para cada quatro vagas nas séries iniciais, há três nas séries finais e duas no ensino médio.

Dados da PNAD de 2009, mostram que pouco menos de 51% dos jovens entre 15 e 17 anos cursavam o ensino médio. Para elevar esse número, faz-se necessário corrigir problemas incidentes nas etapas anteriores e promover iniciativas que atraiam os jovens, como a oferta de um ensino mais apropriado ao contexto social do aluno, o estreitamento do ensino médio com o técnico-profissionalizante e boas perspectivas de continuidade nos estudos.

Gráfico 23 – Taxa de frequência à escola, por faixa etária, em 2009

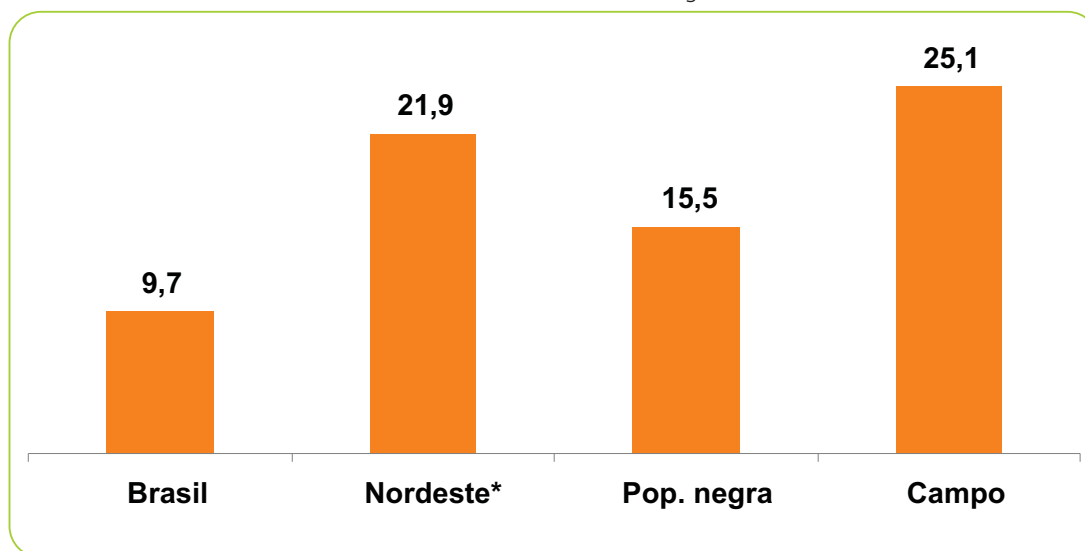


Fonte: PNAD 2009

Outro grande desafio da educação básica está relacionado à alfabetização e educação de jovens e adultos. De acordo com os dados da PNAD de 2009, cerca de 46 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não tinham concluído o ensino fundamental e 14,1 milhões eram analfabetos. Aqui também as desigualdades educacionais se apresentam. Em 2009, a taxa de analfabetismo era de 21,9 % no Nordeste e de 5,5% no Sudeste; de 8,5% na cidade e de 25,1% no campo; de 15,5% entre a população negra e de 7% entre os brancos.

O enfrentamento dessa questão passa pelo incentivo do retorno de jovens e adultos à escola, e também pela continuidade desse público nas etapas subsequentes da educação básica. Para isso, a União deve atuar em parceria com os outros entes federados no fortalecimento da articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, além de prover outros recursos necessários para criar condições de acesso à educação de qualidade e de permanência desses alunos na escola.

Gráfico 24 – Taxa de analfabetismo, por recortes demográficos específicos, em 2009
* Região com a maior taxa de analfabetismo.



Fonte: PNAD 2009

Entre as principais metas do PPA para o período 2012-2015 relacionadas à educação básica estão a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental de 4,6 para 5,2; dos anos finais do ensino fundamental, de 4,0 para 4,7; e do ensino médio, de 3,6 para 4,3.¹ Merecem destaque, ainda, as metas de alfabetização de crianças até os 8 anos de idade, de redução da taxa de analfabetismo funcional e de elevação das taxas de escolarização líquida no ensino médio, de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para população na faixa etária de 6 a 14 anos, de frequência à escola para população de 15 a 17 anos e de frequência à escola para população de 0 a 5 anos.

Dadas as disparidades dos principais indicadores do tema entre as regiões e entre diferentes segmentos da população, também são metas do Programa a aproximação da escolaridade média entre negros e não negros, a redução da taxa de analfabetismo entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes e a elevação da escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país e incluída entre os 25% mais pobres.

De maneira geral, as metas estabelecidas do Programa foram construídas visando ao estabelecimento de um ponto intermediário entre os compromissos enunciados no PNE 2011-2020 proposto pelo Poder Executivo do governo federal e o período do Plano. Todas elas devem ser perseguidas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Em síntese, para viabilizar um ensino de qualidade e a elevação dos níveis de acesso,

¹ Considerou-se como base para o IDEB o ano de 2009.

o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos na proposta do PNE 2011-2020: (i) elevar o nível global de escolaridade da população; (ii) melhorar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades; (iii) democratizar a gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; (iv) promover a valorização dos profissionais da educação; e (v) reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes.

Com isso, espera-se consolidar a evolução positiva do quadro da educação básica, construído a partir de ganhos importantes obtidos nos últimos anos, como: a melhoria da qualidade da educação básica, medida pelo IDEB, que, por si, é também uma conquista, pois permitiu avaliar a partir de critérios objetivos a situação da educação, desde a escola até a média nacional, e priorizar sistemas de ensino mais frágeis, em relação ao apoio técnico e financeiro do governo federal; a evolução positiva dos gastos em educação em relação ao PIB; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a criação do piso nacional do magistério; a ampliação das transferências automáticas a toda a educação básica; e as mudanças legais que, por exemplo, tornaram obrigatório o atendimento escolar entre 4 e 17 anos de idade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A expansão econômica vivenciada atualmente pelo país, aliada às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige um forte investimento na formação dos trabalhadores, para garantir a ampliação qualitativa e quantitativa da oferta de mão-de-obra, que ainda é escassa quando comparada com a demanda apresentada pelo setor produtivo.

Este momento traz consigo a exigência de uma educação profissional e tecnológica que atenda às demandas do mercado de trabalho, mas também que forme um profissional capaz de compreender a realidade que o cerca, de ultrapassar obstáculos e de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis à construção de um país menos desigual e mais justo.

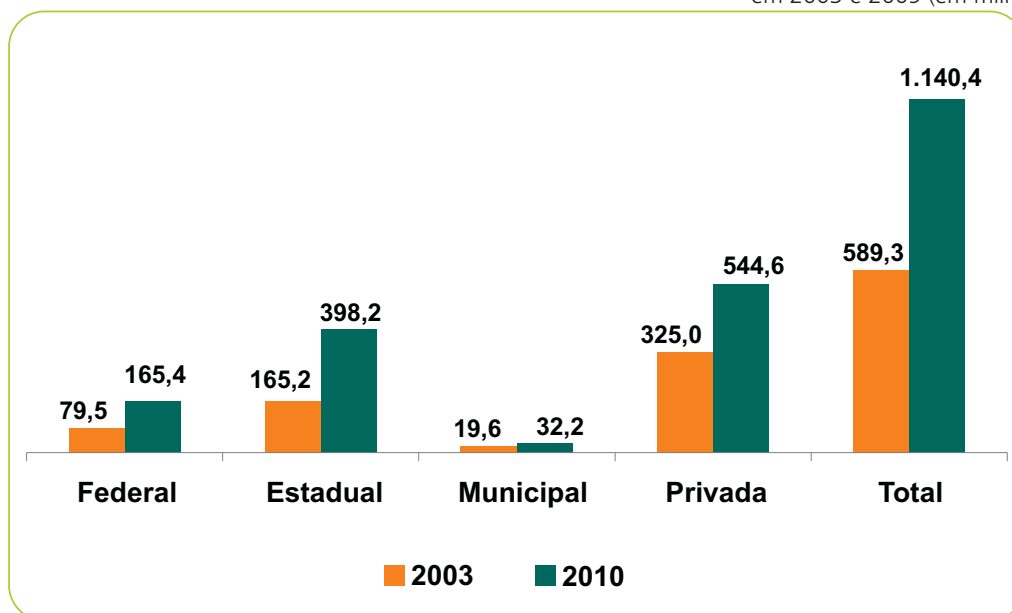
Estudo recente do Ipea¹ ilustra a importância econômica e social dos investimentos na formação dos trabalhadores. Em 2010, do universo de 6,5 milhões de desempregados,

¹ Ipea (2010). Comunicado nº 41 - Emprego e Oferta Qualificada de Mão de Obra no Brasil: impactos do crescimento econômico pós-crise.

somente 1,9 milhão (29%) apresentava qualificação e experiência profissional e, do contingente de 1,7 milhão de novos ingressantes no mercado de trabalho, apenas 751 mil (45%) apresentavam qualificação e experiência profissional que poderia ser considerada adequada para o pronto exercício do trabalho. Além disso, o estudo indicava que 5,5 milhões de trabalhadores necessitavam de formação profissional no país.

Nos últimos anos, ocorreu um crescimento significativo das matrículas na educação profissional e tecnológica. Enquanto em 2003 havia 589 mil matrículas em cursos técnicos de nível médio, distribuídas entre as redes federal, estadual, municipal e privada, em 2010 esse número passou para 1,1 milhão. A rede federal de educação profissional e tecnológica mais que dobrou a oferta de matrículas de educação profissional, com um crescimento de 114% entre 2003 e 2010. O número de unidades de ensino também foi significativamente ampliado, passando de 140 para 354.

Gráfico 25 – Matrículas em educação técnica de nível médio, por dependência administrativa, em 2003 e 2009 (em milhares)



Fonte: MEC/INEP

A expansão da oferta deve também ser acompanhada do desenvolvimento de ações de capacitação e formação para gestores, professores e técnicos diretamente vinculados à educação profissional, tanto da rede federal, como das redes estaduais e privadas.

Nesse sentido, uma série de ações está sendo proposta para acelerar a qualificação e formação do trabalhador. Os objetivos e iniciativas do Programa Temático preveem a expansão da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, mediante a ampliação das redes federais e estaduais, ampliação do acesso mediante a concessão de bolsas voltadas para estudantes e trabalhadores, financiamento estudantil, matrículas em educação de jovens e adultos profissionalizante e a ampliação de processo gratuito de reconhecimento de saberes do trabalhador. Destaca-se que algumas dessas ações foram reunidas para conformação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visa a ampliar de forma significativa o acesso de trabalhadores à educação profissional e tecnológica.

Entre as principais metas do Programa para o período 2012-2015 estão elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563; ampliar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; oferecer 8 milhões de vagas de educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda; ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social; e elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional. Essas metas visam a traduzir os compromissos enunciados no PNE 2011-2020 proposto pelo Poder Executivo do governo federal no PPA e demandam a atuação conjunta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

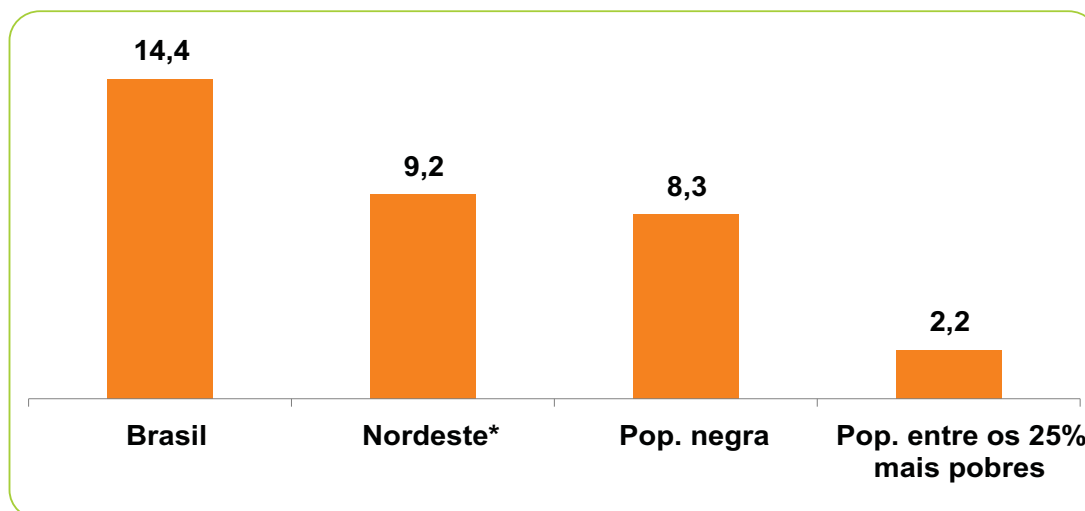
EDUCAÇÃO SUPERIOR: GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Em um mundo em que o conhecimento se sobrepõe como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização, em particular da educação superior, que abrange não apenas cursos de graduação, mas também pós-graduação e pesquisa. A educação superior desempenha um papel relevante na dinâmica da economia nacional, por meio da geração de conhecimentos que, aplicados, resultam em inovações tecnológicas e na oferta de mão-de-obra qualificada ao mercado de trabalho. Além disso, a educação superior é um importante fator de ascensão social. Muitos trabalhos empíricos investigaram e comprovaram o impacto dos níveis de escolaridade nos rendimentos econômicos dos indivíduos.

O Brasil registrou importantes avanços no campo da educação superior em anos recentes. De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões em 2003 para 5,95 milhões em 2009. Especificamente em universidades federais, o número de vagas presenciais para cursos de graduação passou de 109,2 mil em 2003 para 187 mil em 2009. Apesar do crescimento do número de vagas e matrículas, segundo a PNAD, a proporção de jovens de 18 a 24 anos que frequentava o ensino superior, a frequência líquida, ainda era de 14,4% em 2009. Outra questão a considerar é a frequência à educação superior em recortes específicos da população. A taxa de frequência líquida em segmentos de maior renda da população (acima de cinco salários mínimos) era, em 2009, de 55,4%; já para a população entre os 25% mais pobres, essa taxa era de 2,2%. Entre os brancos, a taxa de frequência líquida era de cerca de 21%, e entre os negros, 8%. Por fim, a desigualdade também está presente

entre as regiões: enquanto no Sudeste, essa taxa estava por volta dos 19%, em 2009, no Nordeste ela era pouco maior que 9%.

Gráfico 26 - Taxa de frequência líquida (%) à educação superior, por recortes específicos, em 2009



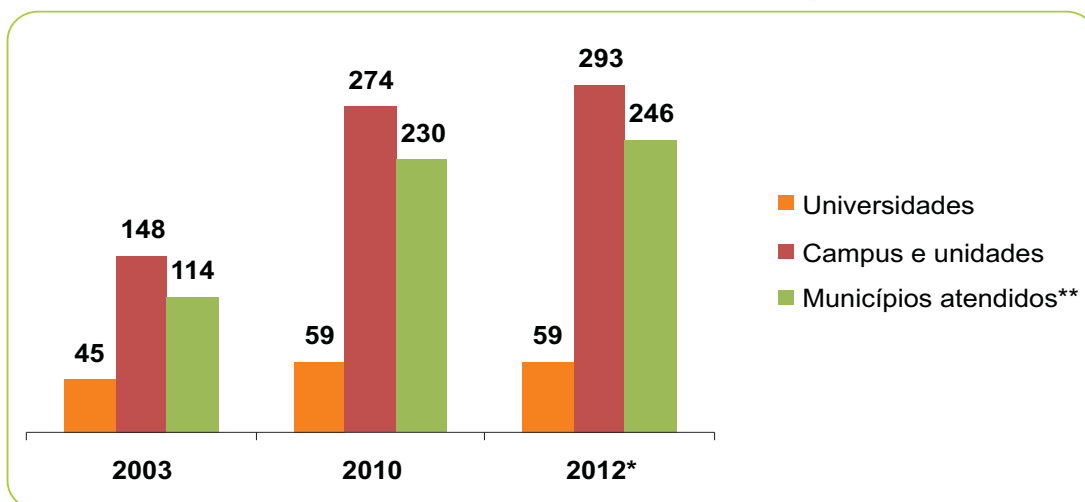
* Região com menor taxa de frequência líquida à educação superior
Fonte: PNAD 2009

Na pós-graduação, o sistema de ciência e tecnologia conta com uma infraestrutura e um modelo de capacitação de recursos humanos de alto nível que têm propiciado inúmeros benefícios concretos. Nesse contexto, é necessário garantir que o maior número possível de alunos conclua seus estudos, bem como atrair um contingente de alunos novos, estimulando-os a ingressar na carreira acadêmico-científica. Estima-se que no período de 10 anos o Brasil terá o dobro de doutores do que dispõe atualmente. Para ir além desse referencial, no entanto, é necessário manter a formação anual de 12 mil novos doutores e acelerar significativamente a formação de pessoal altamente qualificado a cada ano.

Na área da saúde em específico, os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência à disposição da rede do SUS.

Nesse contexto, um primeiro desafio que se coloca é a continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação, de forma a atender às demandas por trabalhadores qualificados, necessários ao desenvolvimento industrial, tecnológico e sustentável do país. Além da dimensão econômica, a expansão da oferta em condições adequadas para o acesso de todos os segmentos populacionais é um importante instrumento de inclusão social. Nesse sentido, outro desafio é a manutenção e ampliação das medidas que garantem condições de acesso à educação superior para todos, como a expansão e interiorização da rede pública federal gratuita, da concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão.

Gráfico 27 – Oferta de educação superior: unidades e cobertura



*Previsão. **Municípios atendidos por mais de um campus foram contados somente uma vez.
Fonte: Sesu/MEC

Para o aumento do número de matrículas na pós-graduação, deverá haver maior oferta de cursos de qualidade nas diversas áreas e disciplinas acadêmicas. Outro fator importante é a concessão de bolsas pelas agências federais e estaduais de fomento à pesquisa. No Brasil, as bolsas de estudo são fundamentais para o crescimento da produção científico-tecnológica nacional, garantindo, em conjunto com outras medidas de incentivo à permanência, que um maior número de alunos conclua seus estudos, estimulando-os a ingressar na carreira acadêmico-científica. A parceria entre a Universidade, o Estado e as empresas é crucial para o fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Seja na graduação, seja na pós-graduação, as medidas de expansão do acesso devem ser concatenadas com ações que promovam a qualidade acadêmica.

Considerando esses desafios, o Programa Temático Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, em consonância com a proposta do novo PNE 2011-2020, tem por eixos norteadores a expansão da oferta de vagas na educação superior, a garantia de qualidade na educação, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Dentre as principais metas, destacam-se a ampliação da participação proporcional dos grupos historicamente excluídos (como negros e índios) na educação superior; a elevação do número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 321 e do número de Universidades para 63; a elevação das taxas de matrículas; a elevação do número de mestres e doutores titulados e em exercício no corpo docente das universidades; e o aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino, seja na graduação, seja na pós-graduação. Por fim, deve-se ressaltar que as metas e estratégias de ampliação da oferta e democratização do acesso e permanência do estudante, propostas no PNE e no PPA, dependem dos esforços conjuntos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO

Arte e cultura são essenciais aos sistemas de inovação de uma sociedade e de um país. Sua força simbólica e dinâmica econômica produz, a um só tempo, aprofundamento da cidadania, qualificação de ambientes sociais, criatividade e inovação, sustentabilidade, respeito à diversidade e redução de níveis de violência direta. É por meio dos valores culturais que a pessoa enxerga-se como sujeito pertencente a uma nação. A política cultural é fator de inclusão social, sem o qual a redução de desigualdades não gera ambientes de prosperidade subjetiva, uma vez que estejam excluídas de opções de lazer, alternativas de geração de renda e ampliação de possibilidades de comunicação e criação.

Sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe, com a participação da sociedade, assumir seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e no estabelecimento de marcos regulatórios para a economia criativa. A atuação do Estado no campo da cultura, entretanto, não substitui o papel da sociedade civil, com o qual deve atuar em parceria. A atuação democrática do Estado na gestão pública da cultura não se constitui, assim, em ameaça à liberdade, mas, ao contrário, assegura os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos. O importante é que a gestão seja transparente e assegure a participação e o controle social.

É também importante o papel dos estados e dos municípios na oferta de bens e serviços culturais. A maior proximidade desses entes do público atendido pela ação governamental propicia condições favoráveis à adequação da política às manifestações culturais típicas de cada comunidade. O Governo Federal, por sua vez, desempenha um importante papel de indutor dos investimentos na área, bem como de propositor e gestor de importantes políticas de alcance nacional.

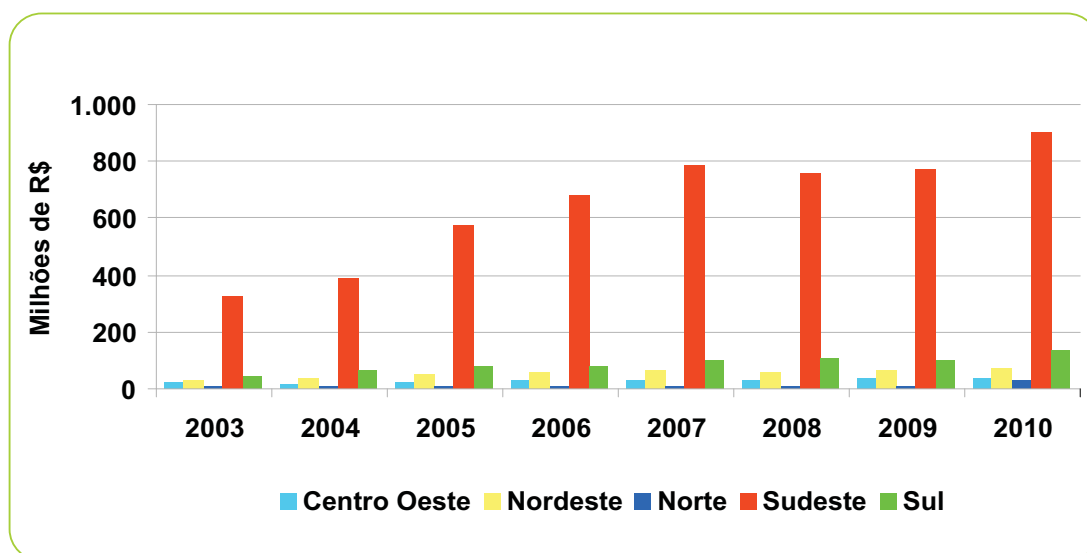
Apesar dos avanços recentes, o quadro atual da área ainda é de restrições no acesso à cultura. De acordo com dados do IBGE, em 2009, apenas 9,1% dos municípios brasileiros tinham salas de cinema, 21,1% tinham teatros ou salas de espetáculos, 23,3%, museus e 29,6%, centros culturais. Dados do Ministério da Cultura também apontam que: em 2005, apenas 14% dos brasileiros frequentavam o cinema ao menos uma vez ao mês, sendo que a frequência do segmento de maior renda da população era cerca de quatro vezes superior à frequência do de menor renda; 78% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, enquanto 93,4% jamais frequentaram uma exposição de arte; o brasileiro lê, em média, 1,8 livro por ano, ao passo que o francês, 7, e o colombiano, 2,4.

Além da oferta de serviços culturais, outros fatores influenciam o acesso da população aos bens culturais, como o nível de renda. É possível verificar a relação entre renda e acesso à cultura por meio da razão entre despesas com o item Alimentação e o item Recreação e Cultura, calculada a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do

IBGE para o período 2008/2009. Observa-se que quanto menores os rendimentos, maior tende a ser essa razão. Os dispêndios das famílias com menor rendimento familiar mensal com alimentação são 24,7 vezes o dispêndio com recreação e cultura, ao passo que para as famílias da maior faixa de rendimento essa razão cai para 5,0.

Verifica-se também o crescimento do fomento à cultura por meio da renúncia fiscal nos últimos anos, consequência do processo natural de conhecimento das leis que estimulam a utilização de incentivos fiscais em benefício de projetos culturais que são realizados no país e do próprio crescimento da economia brasileira, aliado a estratégias de responsabilidade social e gestão de imagem empresarial. Não obstante o aumento absoluto do investimento fomentado, a concentração regional ainda é preocupante, demandando instrumentos reguladores para a desconcentração, como no caso da proposta de legislação, ora em trâmite no Congresso Nacional, que cria o Programa Nacional de Cultura (ProCultura).

Gráfico 28. Valores captados por região



Fonte: SalicNet

Nos últimos anos, após período sendo sustentado pela visão limitada da indústria do entretenimento e das lógicas mercadológicas, o setor cultural passou a contar com políticas públicas baseadas numa visão mais ampla, tomada nas dimensões simbólica, social e econômica. Essa nova orientação possibilitou ações públicas voltadas para a diversidade cultural brasileira, revelando sua riqueza e importância. Dentre as conquistas recentes do setor cultural, vale destacar a realização de duas conferências nacionais de cultura, em 2005 e 2010, e a implementação de programas estruturadores da diversidade e do acesso à cultura. O governo federal passou a formular e implementar políticas de cultura para segmentos que não tinham acesso aos mecanismos de apoio até então existentes, como minorias socioculturais e culturas populares.

O Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso busca manter e aprofundar esse movimento. Tendo por base conceitual e programática o Plano Nacional de

Cultura (PNC), é norteado pelo combate às relações assimétricas e excludentes que historicamente caracterizam o acesso à cultura e à arte no país, o rompimento da força inercial da desigualdade sociocultural, a difusão das artes brasileiras e a promoção da criação, da produção, do acesso e da preservação culturais.

Dentre as principais metas do Programa, destacam-se: a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Cultura, criando-se assim uma rede integrada de planejamento e execução da política cultural; a elaboração de novos instrumentos e o aperfeiçoamento dos instrumentos existentes no campo da proteção dos conhecimentos e das expressões populares e tradicionais; o apoio à modernização e implantação de museus, bibliotecas públicas e espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais; o aperfeiçoamento dos instrumentos de incentivo fiscal, com a implantação do ProCultura; o fomento à fruição de bens, serviços e expressões artísticas, em especial com a implantação do vale-cultura; e a implantação das Praças dos Esportes e da Cultura em áreas de vulnerabilidade social das médias e grandes cidades, conforme previsto no PAC 2.

ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Um direito social garantido pela constituição brasileira, o esporte tem recebido cada vez mais atenção, sendo encarado como um importante instrumento de reversão do quadro da vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação integral dos indivíduos. A democratização do acesso ao esporte requer a ampliação e qualificação da infraestrutura colocada à disposição das comunidades para atividades esportivas e de lazer. No período de 2003 a junho de 2010 mais de 10.500 obras foram contratadas para a constituição de equipamentos esportivos em todas as regiões do país. O desafio que se apresenta para o período 2012-2015 é articular a expansão da construção, a flexibilização e a modernização da infraestrutura às políticas de manutenção e ocupação dos espaços e equipamentos, garantindo o compartilhamento das responsabilidades entre os agentes locais que promovem políticas públicas de esporte e lazer.

As políticas do governo federal para os esportes devem se desenvolver a partir de relações intersetoriais, tendo maior alcance e gerando, assim, efeitos mais significativos nas políticas sociais. Um exemplo é a articulação da política de esporte educacional com as políticas para educação a partir da implementação do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, nas escolas participantes do programa Mais Educação, do Ministério da Educação, que financia o aumento da oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas.

A diversificação das fontes de recursos para a área é outro desafio. O fortalecimento institucional do esporte tem permitido essa diversificação e a consolidação de parcerias

público-privadas. Nesse sentido, é preciso continuar avançando na ampliação do conhecimento qualificado sobre a Lei de Incentivo ao Esporte.

O futebol, como patrimônio da cultura brasileira, transcende a caracterização como modalidade esportiva e merece atenção especial. A cadeia produtiva do futebol representa R\$ 11 bilhões em receitas geradas na economia do país, equivalendo a 0,2% do PIB. Nesse campo também é necessária uma atuação intersetorial, que considere medidas de segurança, qualificação da gestão e governança das entidades esportivas, além da defesa dos direitos do torcedor e ampliação da participação das mulheres na modalidade.

As políticas de fomento ao esporte de alto rendimento têm como princípio estruturar o país para alcançar níveis de desenvolvimento como potência esportiva reconhecida mundialmente. Essa transformação exige um conjunto de atividades e esforços, com prioridade nas modalidades dos programas olímpicos e paraolímpicos. Exige também apoio à formação, preparação e treinamento de atletas para as competições internacionais, à qualificação das equipes multidisciplinares preparadoras dos atletas, à profissionalização da administração das entidades esportivas, ao amplo desenvolvimento da base esportiva e à disponibilização de centros de treinamento que possam oferecer espaços adequados para a formação dos atletas.

Nesse sentido, a aprovação da lei nº 12.395/2011 deu um novo direcionamento para o esporte de rendimento, ao indicar a compatibilização de ações das modalidades esportivas de acordo com o Plano Nacional do Esporte, ao estabelecer a figura dos contratos de desempenho entre o governo federal e as entidades esportivas, instituindo a Rede Nacional de Treinamento, o programa Cidade Esportiva e o programa Atleta Pódio e qualificando o programa Bolsa Atleta. No período 2012/2015 será preciso avançar na efetivação desse novo quadro legal.

Por fim, há a organização dos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, esforço a ser realizado em conjunto com os outros entes federativos e agentes privados envolvidos. No caso da Copa 2014, definiu-se um modelo de governança no qual se destacam como instrumentos de coordenação e monitoramento a Matriz de Responsabilidades, o Comitê Gestor da Copa, o Comitê de Responsabilidades e as Câmaras Temáticas.

A Matriz de Responsabilidades define atribuições nos diversos segmentos em que há responsabilidade compartilhada entre os entes, com destaque para mobilidade urbana, estádios, aeroportos, portos e segurança pública. O Comitê Gestor da Copa, integrado por órgãos do governo federal e coordenado pelo Ministério dos Esportes, tem o objetivo de definir, aprovar e supervisionar todas as ações relacionadas à competição. O Comitê de Responsabilidades é constituído pelas cidades-sede e órgãos federais e desenvolve suas atividades por meio de Câmaras Temáticas.

Para os Jogos Rio 2016, o planejamento e governança do evento serão responsabilidade da Autoridade Pública Olímpica (APO), um consórcio público interfederativo, que coordenará as ações dos governos e cancelará os projetos acordados com os Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacionais. Tanto para a Copa como para as Olimpíadas, há uma forte preocupação com o estabelecimento de legados esportivos, sociais, urbano e ambientais.

Deve-se ressaltar, entretanto, que o Programa Temático Esporte e Grandes Eventos Esportivos não concentra todo o conjunto dos esforços empreendidos pelo governo federal na organização da Copa 2014 e dos Jogos Rio 2016. Como são muitas as áreas envolvidas nos preparativos das competições, diversos programas temáticos contemplam intervenções para garantir a prestação de serviços e os investimentos em infraestrutura de logística e de transporte, em conformidade com as responsabilidades assumidas pela União para a organização e realização dos eventos.

Dentre as principais metas do Programa, destacam-se: a criação de projetos de esporte e atividade física que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população; a ampliação do acesso de crianças, adolescentes e jovens escolares ao esporte, com ênfase em áreas de vulnerabilidade social; o apoio aos atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas que preencham os requisitos e se candidatem ao Bolsa-Atleta; a coordenação do Comitê Gestor para a Copa 2014; e a implantação e modernização da infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016.

PLANEJAMENTO URBANO

O modelo de urbanização brasileiro é marcado pela desigualdade social e territorial, pelo crescimento desordenado das cidades, pela ociosidade do uso do solo de áreas urbanizadas, pela degradação ambiental e pela priorização do uso do automóvel em detrimento do transporte coletivo. Neste contexto, a população de baixa renda é a que mais sofre, tendo que ocupar áreas relegadas pelo mercado imobiliário, como margens de córregos e topos de morros, ficando exposta a riscos, com acesso precário a serviços urbanos e em situação de insegurança da posse.

Buscando enfrentar essa situação, a Constituição de 1988 e, sobretudo, o Estatuto das Cidades, marco legal da reforma urbana brasileira, lançaram instrumentos urbanísticos que contribuíram para o avanço na definição de ferramentas e diretrizes para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Somando-se a criação do Ministério das Cidades em 2003 e do Conselho das Cidades em 2004, avançou-se no fortalecimento de políticas e programas para o enfrentamento de carências urbanas em

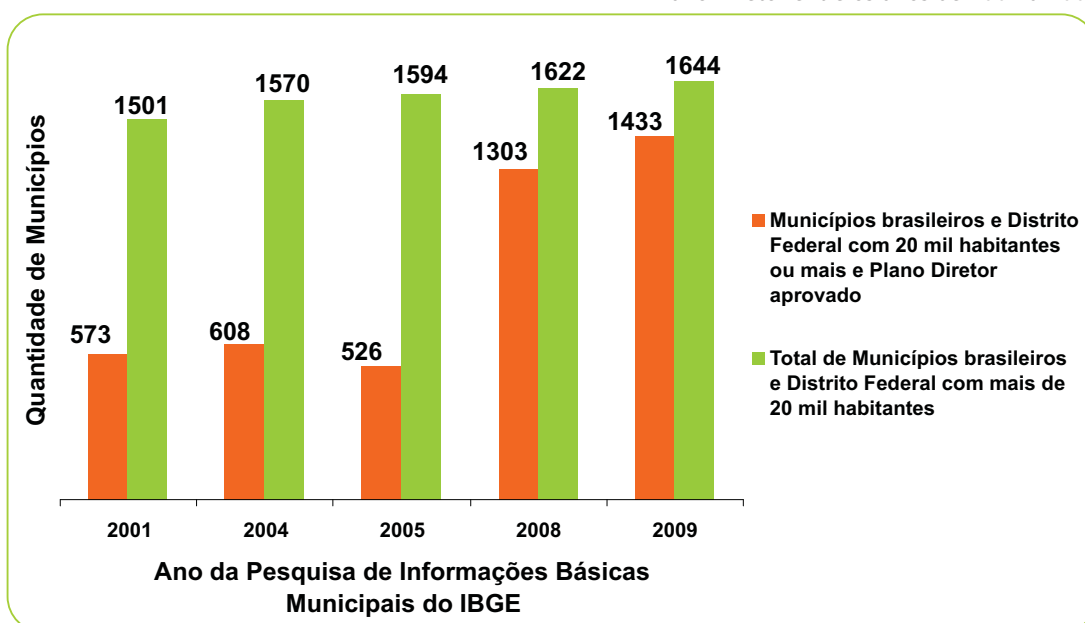
escala nacional. Essas políticas e programas se manifestam em investimentos robustos, tais como o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar a qualidade das cidades e ampliar o acesso a terra urbanizada para todos. É necessário combater os processos de esvaziamento de áreas consolidadas e providas de infraestrutura e serviços urbanos, bem como evitar a ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou de preservação ambiental, que expõe milhares de famílias a situações de risco. Reconhecer as áreas irregulares como parte da cidade formal, provendo-as da infraestrutura e serviços urbanos básicos, bem como regularizando a posse das propriedades e mesmo de cidades inteiras, como no caso dos municípios da Amazônia Legal, é outro desafio constante ao planejamento das cidades.

Outro recorte importante diz respeito a zona costeira, que concentra parte significativa da população do país, e onde o desafio que se coloca ao ordenamento territorial reside na definição dos usos mais adequados aos imóveis da União, delimitando zonas de domínio público e privado e recuperando espaços públicos já ocupados de modo a proteger populações assentadas nestes locais e promover a adequação ambiental desses espaços.

Para tanto, mostra-se imprescindível o avanço nas políticas locais de planejamento urbano e no fortalecimento das capacidades locais e regionais. Com 87% dos municípios com obrigatoriedade constitucional de elaborar Planos Diretores tendo cumprido esse preceito, precisa-se agora avançar na sua qualificação, bem como na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade de modo a garantir o acesso à terra urbanizada às populações mais carentes, o cumprimento da função social da cidade e das propriedades e a gestão participativa e democrática nos municípios brasileiros.

Gráfico 29. Evolução da quantidade de municípios brasileiros acima de 20 mil habitantes e com Plano Diretor entre os anos de 2001 a 2009



Fonte: Adaptado de IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros. 2001 a 2009.

Outro ponto de destaque da política urbana são as aglomerações derivadas da concentração populacional em grandes centros, constituindo as chamadas regiões metropolitanas. Do ponto de vista territorial, trata-se de grandes manchas urbanas não necessariamente contínuas e com diferentes configurações espaciais. Do ponto de vista da gestão, tem-se um mosaico geralmente heterogêneo de arranjos institucionais e Planos Diretores que não dialogam entre si, tornando a governança metropolitana muitas vezes precária e ineficiente. Compreende-se a necessidade de se avançar no marco regulatório da gestão territorial interfederativa de modo a trazer os princípios do Estatuto da Cidade para o campo do planejamento regional.

As principais metas do programa distribuídas nacionalmente para o período de vigência do PPA 2012-2015 são: instituição de conjuntos de instrumentos de gestão do solo urbano e de gestão ambiental em municípios com maiores carências urbanas e altos índices de crescimento demográfico; instituição de Planos Diretores nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração e de Planos de Expansão Urbana para aqueles que tenham essa previsão em seus Planos Diretores e a instituição de Planos de Desenvolvimento Integrado em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas com gestão consorciada.

Adicione-se às metas acima, a ampliação do Programa Papel Passado de modo a promover a regularização fundiária urbana em assentamentos e cidades irregulares e em imóveis da União; desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana e implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e fluvial; fortalecimento das capacidades locais para a gestão urbana e participativa, criação do Observatório das Cidades e fortalecimento do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC).

RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos não são mais encarados como “lixo”, cujo tratamento é de responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, com um mínimo de impacto ambiental.

Com esta visão, após vinte e um anos de tramitação no Congresso, foi aprovada e sancionada a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A atual legislação busca abranger todo o setor, desta forma não se limita aos resíduos sólidos urbanos, mas também aos resíduos gerados em atividades produtivas como os setores da construção civil, agrossilvopastoril, industrial, saúde e resíduos perigosos. Todas estas cadeias devem ter entre seus objetivos a não geração, a

redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Tais objetivos, em conjunto com o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conferem ao setor um novo ordenamento que requer uma participação mais atuante do poder público, do setor produtivo, das associações de catadores e também da sociedade. Cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas, o que pode ser feito pela alocação de recursos, pela definição de diretrizes, por instituição de novas normas ou promovendo a integração entre os atores que atuam no setor.

Além da coleta, é necessário que a disposição final dos resíduos sólidos urbanos ocorra de forma ambientalmente adequada. Entretanto, 50,8% dos municípios ainda faziam a disposição em vazadouro a céu aberto (PNSB 2008). Assim, cerca de 45.710 toneladas de resíduos sólidos são recebidos por dia em lixões, de acordo com dados de 2008 do IBGE. Na busca de elevar de forma sustentável a cobertura por formas de disposição final ambientalmente adequadas, principalmente aterros sanitários, a União, com base na Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, vem progressivamente induzindo a formação de consórcios intermunicipais, o que permite a gestão associada dos serviços de resíduos sólidos, com o conseqüente ganho de escala do empreendimento, além da divisão dos custos de implantação, operação e manutenção de tais serviços.

Além disso, o setor produtivo passa a ter papel de destaque na nova política pública de resíduos sólidos, não só pela reciclagem de material, mas sobretudo pela minimização da geração de resíduos, o que demandará investimentos em novas tecnologias e insumos; e pela logística reversa, que implicará um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial.

Outro pilar da política nacional de resíduos sólidos é a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, cabendo à União induzir e dar suporte financeiro e técnico para a organização institucional e implantação da infraestrutura necessária à inserção das associações de catadores.

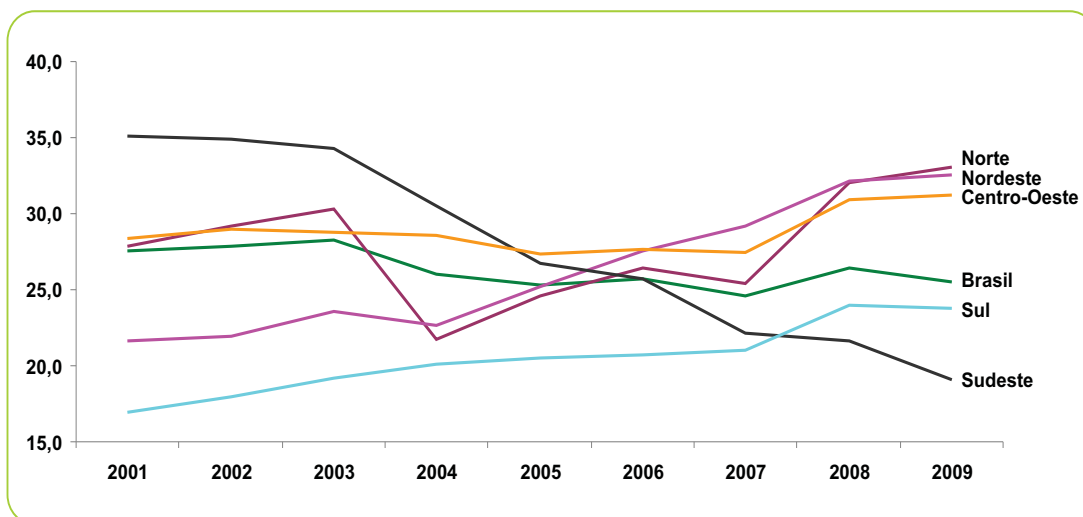
Dentre as metas do programa para o período do plano pode-se destacar: a instituição do Plano Nacional de Resíduos Sólidos; a implantação de planos de gestão integrada de resíduos sólidos em 35% dos municípios do país; a elevação para 20% do percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantado; além das metas associadas ao Plano Brasil Sem Miséria - viabilização de infraestrutura para 280 mil catadores de recicláveis, capacitação e fortalecimento da participação na coleta seletiva de 60 mil catadores e o incremento de 100 redes de comercialização.

SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

A política de segurança pública orienta-se pela garantia do direito fundamental ao serviço de todo cidadão, tratando-se de obrigação constitucional do Estado, compartilhada entre os três níveis de governo, e sob responsabilidade de toda a sociedade. Sua concepção orienta-se pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em 2009, pouco mais da metade da população brasileira (52,8% ou 85,9 milhões de pessoas) sentia-se segura na cidade onde vivia, tendo sido registrado o índice relativo mais baixo na Região Norte (48,2%). A sensação de segurança nas áreas urbanas (49,7%) é bem inferior do que a verificada nas áreas rurais (69,3%), também sendo menor entre as mulheres (50,5%) em relação aos homens (55,2%). A sensação de insegurança está diretamente associada ao fenômeno da violência, que tem nos homicídios uma de suas expressões mais cruéis. Em 2009, foram registrados mais de 48 mil homicídios no país, correspondendo a uma taxa de cerca de 25 homicídios por 100 mil habitantes. No âmbito regional, as maiores taxas são observadas no Norte (33,0) e no Nordeste (32,5), que seguiram trajetórias crescentes nos últimos anos. No que se refere aos segmentos mais vulneráveis, registra-se que a incidência dos homicídios é maior nos homens jovens (102,61), destacando-se os de raça negra (131,75).

Gráfico 30. Evolução da taxa de homicídio (p/ 100 mil habitantes)



Fonte: DATASUS – Elaboração SPI/MP

A observação de índices mais elevados de violência nas áreas urbanas e sua associação com segmentos vulneráveis (jovens, negros) apontam a importância do elemento território no debate da segurança pública. Um dos principais mecanismos de reprodução da violência na realidade brasileira é a segregação socioeconômica dos espaços urbanos,

que configura regiões deflagradas, típicas de grandes cidades, caracterizadas por habitantes em extrema vulnerabilidade Cabe assim avançar no restabelecimento da presença do Estado nessas regiões, fortalecendo a integração de ações de prevenção da violência e combate de suas causas com ações de repressão e ordenamento social.

A consolidação de um novo paradigma de segurança pública também exige o fortalecimento e integração de suas instituições, com destaque para as forças policiais. Deve-se avançar na melhoria de suas condições de trabalho, na sua aproximação com a comunidade e na redução de sua letalidade, em especial, com investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico científicas. Ademais, é essencial investir no aprimoramento da capacidade de combate à criminalidade das Polícias da União, em especial, no que se refere à superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção.

A ampliação da capacidade de policiamento e monitoramento da região de fronteira brasileira também é crucial no combate ao crime organizado e na redução da violência. Além de constituírem as principais entradas de drogas e armas, as áreas de fronteira são caracterizadas por elevadas taxas de homicídios.

Outras faces da insegurança que possuem características próprias e necessitam de políticas específicas, são a violência contra as mulheres e a violência no trânsito. A primeira tem característica velada, geralmente ocorrendo no espaço doméstico e praticada por (ex) companheiros, a segunda é marcada pela sua alta letalidade – somente nas rodovias federais, o número de vítimas fatais foi de 8.623 em 2010.

O aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro também é um elemento estratégico para a política de segurança pública. Observa-se no país uma superpopulação carcerária de quase 500 mil pessoas, com um déficit de quase 200 mil vagas, que tem se agravado nos últimos anos. Além do elevado déficit, o sistema é caracterizado pelo expressivo número de presos alojados nas delegacias de polícia (53 mil) e de presos provisórios (153 mil). O enfrentamento desse quadro passa pela ampliação do número de vagas e pelo oferecimento de condições dignas aos detentos, com olhar para as condições de encarceramento das mulheres, sendo também fundamental estruturar políticas de aplicação de penas alternativas e de assistência aos egressos dos estabelecimentos penais.

Outros desafios na área de segurança pública são a implantação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (RIC), que padronizará e integrará em um único documento diversos cadastros públicos, dotado com as mais modernas tecnologias de segurança; e a realização de grandes eventos esportivos no país, que exigem a implementação de um Plano Nacional de Segurança que garanta um ambiente pacífico durante sua realização e permitam a construção de legados que beneficiem toda a população.

Alguns avanços na segurança pública já foram alcançados nos últimos anos. Destacam-se: a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), trazendo uma nova perspectiva de combate ao crime em uma visão universalista; a criação da Força Nacional de Segurança Pública; a implantação do Sistema Penitenciário Federal; a promoção das campanhas de desarmamento e a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que vem introduzindo gradualmente uma nova concepção que articula políticas de segurança, valorização e formação de seus agentes e políticas sociais e lança olhar sobre territórios urbanos deflagrados. Ademais, em 2011, foi lançada a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), que prevê uma série de operações integradas entre os órgãos de segurança pública federais e as Forças Armadas para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais.

Entre as metas do Programa, destacam-se: implantar 11 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal; garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de Segurança Pública em Ações Educativas, na modalidade presencial; ampliar a frota de 2 para 14 aeronaves do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (Sisvant); implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais; implantar o Centro de Comando e Controle Integrado Nacional voltado à Copa 2014; ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais; fortalecer o Pronasci, com a implantação de 150 Territórios da Paz; emitir 70.000.000 (setenta milhões) de cartões de Registro de Identidade Civil.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

A política sobre drogas no país vem consolidando importantes avanços nos últimos dez anos, destacando-se o realinhamento da Política Nacional sobre Drogas e a elaboração da nova lei sobre drogas – Lei Nº 11.343/2006, suplantando uma legislação ultrapassada e se alinhando às mais modernas orientações sobre o tema. Ressalta-se como principais avanços, por um lado, o tratamento diferenciado para traficantes, usuários e dependentes de drogas, por outro, uma atuação equilibrada do país na redução da demanda e da oferta de drogas.

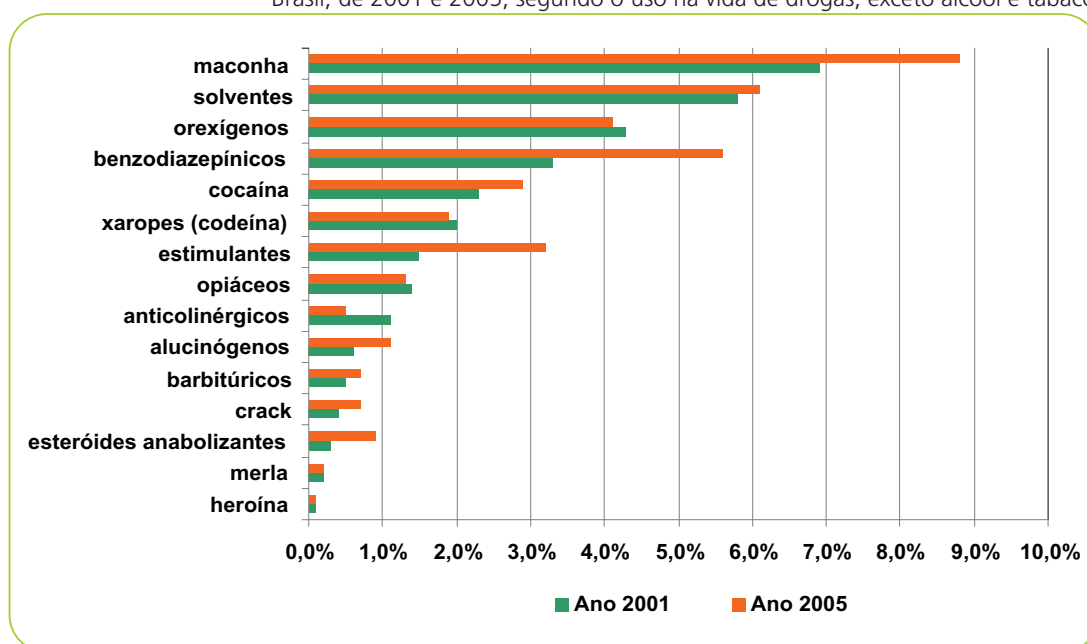
Ademais, vem se concretizando o reconhecimento da necessidade de uma abordagem transversal na política pública sobre drogas para responder com eficácia aos seus inúmeros desafios, ensejando esforços articulados da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), das áreas da saúde, assistência social, educação

e outros diferentes segmentos do governo, que vêm se debruçando sobre as inúmeras interfaces do fenômeno das drogas.

O I e II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2001 e 2005) indicam o álcool como a droga que apresenta maior quantidade de usuários dependentes no Brasil, sendo que, em 2005, 12,3% das pessoas com idade entre 12 e 65 anos das 108 maiores cidades brasileiras eram dependentes de álcool, o que representa um aumento de 1,1% em relação a 2001. Os dados também indicaram o consumo de álcool em faixas etárias cada vez mais precoces, sugerindo a necessidade de revisão das medidas de controle, prevenção e tratamento.

No tocante às drogas ilícitas, o II Levantamento mostra um aumento de prevalência de 2001 para 2005 de nove drogas (maconha, solventes, benzodiazepínicos, cocaína, estimulantes, alucinógenos, barbitúricos, crack e esteroides anabolizantes), diminuição de quatro (orexígenos, xaropes com codeína, opiáceos e anticolinérgicos) e variação próxima a zero de duas (merla e heroína). A droga ilícita com o maior índice de uso na vida foi a maconha, com 8,8%, aumento de 1,9% em relação a 2001. Esse valor é inferior a países como EUA (40,25) e Chile (22,4%), porém inferior a Bélgica (5,85).

Gráfico 31. Comparação entre os Levantamentos Domiciliares sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, de 2001 e 2005, segundo o uso na vida de drogas, exceto álcool e tabaco.



Fonte: SENAD e CEBRID – UNIFESP

Apesar de o consumo de crack ser inferior ao de várias outras drogas, seu consumo vem se configurando como um importante problema de saúde pública com inúmeras implicações sobre a sociedade, provocando inquietações e exigindo a formulação de respostas efetivas face ao problema. Dessa forma, o governo instituiu, em 2010, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas em 2010, articulando ações que abordam o fenômeno do consumo e tráfico de drogas nas suas mais distintas interfaces, numa perspectiva multidimensional e integral.

No que concerne à redução da oferta de drogas, o Governo Federal tem adotado estratégias de intervenção cada vez mais intensas para o monitoramento das fronteiras, o controle de precursores, a erradicação de cultivos ilícitos, a desarticulação do narcotráfico e o combate à lavagem de dinheiro. Outra linha de atuação é a participação governamental em diversos foros multilaterais, de modo a consolidar o protagonismo do país no âmbito da cooperação internacional na área de drogas.

Entre as principais metas do Programa, destacam-se: promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas; implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para Formação Permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares; apoio à organização dos serviços de acolhimento a usuários de droga e seus familiares oferecidos no âmbito das organizações não governamentais, de forma articulada ao SUS e ao SUAS; criação de Centros Colaboradores vinculados a spitais universitários nas diferentes regiões do país.

CIDADANIA E JUSTIÇA

Um dos pilares da cidadania é a garantia do acesso aos direitos, para a qual é fundamental um sistema de justiça democrático, eficiente e transparente.

Conforme a (PNAD) de 2009, 12,6 milhões de pessoas de 18 anos ou mais de idade estiveram em situações de conflito nos últimos cinco anos, destacando-se o Poder Judiciário como a principal instituição procurada para solucioná-las, com cerca de 70% da demanda. Há, no entanto, baixa capacidade de resolução das questões: 43,5% na Justiça; 55,6% nos juizados especiais; e 69,4% nos Procons.

Cabe destacar que 8% das pessoas que estiveram em situação de conflito não procuraram qualquer instituição, tendo optado, em cerca de 27% dos casos, pela resolução dos conflitos por meio de mediação ou conciliação. A falta de credibilidade, a morosidade, o alto custo, a descrença ou mesmo o desconhecimento sobre a possibilidade de utilizar a Justiça foram apresentados como fatores determinantes para que as pessoas não buscassem nenhuma forma de resolver suas situações de conflito, apontando que parcela considerável da população ainda é excluída do sistema de Justiça, não o utilizando como forma de reivindicar direitos.

Um dos principais desafios para reversão desse quadro é a superação da carência de assistência jurídica integral e gratuita, que passa pela estruturação das defensorias públicas dos estados e da União, com investimentos em recursos humanos, equipamentos

e sistemas de informação. Além disso, cabe consolidar o modelo de justiça comunitária, instrumento eficaz de promoção da cultura da paz, que promove o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, reduzindo o número de contenciosos que chegam ao sistema judiciário.

A democratização do acesso a Justiça também demanda avanços rumo a um sistema judicial mais moderno, transparente, ágil, acessível e efetivo, com medidas que promovam o seu reordenamento institucional, a modernização de sua gestão e a atualização da legislação. Com esse propósito, em articulação com os poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público, os governos estaduais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais, o Poder Executivo aprovou a Emenda Constitucional nº 45, em 2004, bem como assinou o Pacto por um Judiciário mais Rápido e Republicano junto com os Poderes Legislativo e Judiciário.

Nesse âmbito, um dos grandes desafios que se apresenta é a redução do número de processos de execuções fiscais em tramitação, que representam um grande entrave para a redução da litigiosidade e concretização do preceito constitucional da celeridade do processo judicial. Atualmente, os processos fiscais apresentam uma taxa de congestionamento de 90%, ou seja, apenas 1 de cada 10 processos de execução fiscal iniciado no ano é solucionado no mesmo ano. A melhoria desse quadro passa tanto pela aprovação de marcos legais que possibilitem a racionalização da propositura e do prosseguimento das execuções fiscais, e que proporcionem à Administração Pública instrumentos para a solução administrativa de conflitos, como pela institucionalização da atividade conciliatória como prioritária na solução de conflitos, evitando recorrer ao Judiciário em ações já pacíficas de jurisprudência ou antieconômicas.

A defesa dos direitos dos consumidores e a defesa da concorrência ganham destaque no exercício da cidadania. No caso do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), é estratégica a ampliação do número de estados e municípios aderentes para dar maior capilaridade à política, ao mesmo tempo em que se torna necessária a priorização da sua atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em mercados regulados. No que tange ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o grande desafio remete à estruturação do Novo CADE, buscando racionalizar os procedimentos de repressão e da prevenção às infrações à ordem econômica, bem como a ampliação da difusão da cultura da concorrência.

A visão inclusiva e cidadã que orienta o Estado Brasileiro ultrapassa a garantia e acesso de direitos exclusivamente aos brasileiros, devendo reconhecer o imigrante, independente de sua classificação imigratória, como um ser humano detentor de direitos. Nesse sentido, cabe assegurar e expandir os direitos dos migrantes, construindo os arcabouços jurídicos que os efetivem e ampliando a prestação de serviços públicos gratuitos aos migrantes.

A cooperação jurídica internacional é outra política de destaque para garantir o amplo exercício da cidadania e acesso à justiça. Na esfera civil, destaca-se o projeto de implantação da Autoridade Central para a prestação internacional de alimentos, que é responsável por 50% de todos os pedidos de cooperação em matéria civil envolvendo o Brasil. A cooperação jurídica internacional na área penal é importante para um efetivo enfrentamento ao crime organizado, sendo que os principais projetos nessa esfera abrangem a repatriação de bens ilicitamente remetidos ou mantidos no exterior, a obtenção de informações, produção de provas, tomada de depoimentos, extradição e transferência de pessoas condenadas, entre outros.

Além disso, o Estado Brasileiro reconhece os direitos à memória e à verdade como fundamentais no processo de aprofundamento da democracia, tendo papel de destaque nesse processo a Comissão de Anistia, que por meio da Justiça de Transição, promove o direito à reparação, à memória, e à verdade. O Arquivo Nacional é outro ator de destaque na efetivação desses direitos, zelando pela gestão, preservação e difusão do patrimônio documental de interesse público e social.

Dentre as metas do Programa, destacam-se: aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da Defensoria Pública da União (DPU) do total das 200 unidades almeçadas até 2015; instituir núcleos de Justiça Comunitária, com destaque para sua implantação nos Territórios da Paz; instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal; implantação de ao menos um laboratório de análise e investigação de cartéis em cada região do país; implementar uma política de construção e fortalecimento dos direitos dos migrantes; estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça.

AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente, a agricultura familiar contou com uma oferta escassa de políticas públicas. O potencial econômico do setor não era devidamente reconhecido, e a modernização tecnológica não significou, necessariamente, melhoria nas condições de trabalho e de renda das populações rurais brasileiras. O modelo econômico e agrícola existente resultou em um quadro com diversas distorções.

Era necessário fazer com que o meio rural brasileiro e a agricultura pudessem oferecer melhores condições de vida para seus habitantes e, ao mesmo tempo, qualificar ainda mais sua contribuição para a implementação de um ciclo sustentável de crescimento e de desenvolvimento do País. A prioridade do governo federal nos últimos anos tem sido a de criar um conjunto de políticas públicas diferenciadas, simultâneas e continuadas de garantia do direito à terra e de democratização da estrutura fundiária, de fortalecimento da agricultura familiar, de segurança alimentar, de promoção da igualdade de gênero,

de raça e de etnia, de desenvolvimento territorial e de integração regional, além da educação e da cultura.

A Lei 11.326/06 estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e definiu o público da agricultura familiar. Esse marco legal reconheceu, ainda, a diversidade das identidades das populações rurais, o que implica a necessidade de se ter uma estratégia de desenvolvimento rural multidisciplinar, garantindo tratamento diferenciado para os públicos menos favorecidos, como povos e comunidades tradicionais e mulheres.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE identificaram 4,37 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84% do total de empreendimentos rurais do País, onde vivem e trabalham 12,3 milhões de pessoas. A agricultura familiar ocupava, naquele ano, 15,3 trabalhadores a cada 100 hectares, e gerava R\$ 677,00 por hectare. Embora ocupasse apenas 24,3% da área total, a agricultura familiar respondia por 38% da renda gerada e empregava 74,4% da mão de obra do campo. Estudos também dimensionaram a participação econômica das cadeias produtivas da agricultura familiar em cerca de 10% do PIB nacional, entre 1995 a 2005, e em um terço do total das cadeias produtivas agropecuárias.

O crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atua em quase 100% dos municípios brasileiros e firma cerca de 1,5 milhão de contratos por ano agrícola, destinados aos mais diversos grupos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Nos últimos dez anos, os recursos disponibilizados cresceram 302%, passando de R\$ 3,98 bilhões disponibilizados em 2000/2001 para R\$ 16,00 bilhões em 2010/2011. Entre 2002 a 2009, a renda média dos domicílios da agricultura familiar teve um crescimento real de 33%, enquanto que a população brasileira no período teve um crescimento real de 11%.

Outro marco importante para a agricultura familiar foi a edição da lei 12.188/10, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). A Lei estabeleceu os parâmetros para um novo modelo de extensão rural, capaz de fazer frente aos grandes problemas identificados no espaço rural.

Alguns dados indicam que a estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar estão gerando resultados concretos. Entre 2002 a 2009, as áreas rurais receberam quase um milhão de novos domicílios. A pobreza rural teve uma queda expressiva, com redução da taxa de pobreza rural de 48,6%, em 2002, para 32%, em 2008, indicando a saída da pobreza de mais de quatro milhões de pessoas, bem como a redução da taxa da pobreza extrema de 19,9% para 11,7%.

Apesar dos avanços, os desafios futuros apontam não somente para a necessidade de continuar fortalecendo a geração de renda dos agricultores que já conquistaram uma posição de dinamismo econômico, como também identificar e incluir na cadeia produtiva aqueles em situação de extrema pobreza, com políticas de crédito, assistência técnica e comercialização, e foco na melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, o Plano Brasil Sem Miséria, na sua vertente voltada ao meio rural, apoiará a inclusão produtiva rural, por meio da assistência técnica individualizada e continuada de 253 mil famílias, da disponibilização de sementes e do fomento de R\$ 2,4 mil por família ao longo de dois anos, para apoiar o aumento da produção e a comercialização excedente dos alimentos.

Será preciso enfrentar o desafio da organização da agricultura familiar para a comercialização, especialmente nos mercados convencionais e diferenciados. Aprimorar sua capacidade de gestão, reforçar a ATER como política estruturante e articuladora das demais ações públicas, qualificar a produção e os investimentos da agricultura familiar e aproveitar a experiência de comercialização para os mercados institucionais.

É preciso, ainda, enfrentar a desigualdade de gênero, buscando valorizar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento sustentável, considerando-as como sujeito ativo do desenvolvimento rural. É imprescindível, também, reverter a migração da juventude rural, tornando o campo mais atrativo e profissionalizado, gerando conhecimento e contribuindo na valorização do papel destes atores. No caso dos Povos e Comunidades Tradicionais, ainda é desafiador aprimorar os instrumentos no sentido de agilizar o acesso dessas comunidades às políticas agrícolas.

No plano internacional, é fundamental seguir incorporando iniciativas e ações da agricultura familiar à agenda, na cooperação Sul-Sul, nos espaços internacionais de governança da Organização das Nações Unidas (ONU) e das negociações comerciais e, especialmente, nos espaços de integração regional, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Para a superação de tais desafios, o Programa Agricultura Familiar apresenta como metas garantir condições de acesso ao crédito do Pronaf para famílias da agricultura familiar; prestar serviços de Ater qualificada e continuada para famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais; apoiar organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas e aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado. Destaca-se ainda o compromisso de ampliar a participação das mulheres rurais com as políticas de crédito, assistência técnica e comercialização, entre outras.

REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A questão agrária continua organizada em torno de problemas históricos, como a concentração da propriedade da terra, tornando-se mais complexa ao incluir questões como a preservação e a democratização de acesso aos recursos naturais e o acesso aos direitos fundamentais.

Com o ressurgimento da vida democrática no Brasil, as mobilizações populares, recolocaram a questão agrária ao centro da agenda nacional. Nos últimos anos, além do assentamento de famílias e da regularização fundiária, também foram empreendidos esforços para a titulação de áreas remanescentes de quilombos, desintrusão de não indígenas e reassentamento de atingidos por barragens, com destaque para a temática ambiental e a igualdade de gênero e de raça.

A expansão recente das políticas agrárias permitiu que fossem alcançados números como o assentamento de 614 mil famílias e área destinada à reforma agrária de 48,5 milhões de hectares. Em 2009, criou-se um programa específico para a regularização fundiária na Amazônia Legal, denominado Terra Legal, que tem por objetivo a destinação das terras públicas federais, a doação das glebas patrimoniais aos municípios de sua área de atuação e a regularização fundiária.

O direito à propriedade da terra passa a ser visto, na ótica do Estado, como fundamental. Assim, as políticas agrárias de reconhecimento e proteção da propriedade legalmente constituída, tais como o cadastro e a certificação de imóveis rurais, são associadas àquelas que asseguram o cumprimento integral da função social estabelecida na lei. Hoje busca-se uma orientação não economicista frente à questão agrária, capaz de contemplar a sustentabilidade e a liberdade como valores constitutivos da reforma agrária e do ordenamento da estrutura fundiária. A regularização fundiária, por exemplo, encontrou novos significados por meio da política de igualdade racial, configurando-se em instrumento da preservação dos direitos dos povos tradicionais e contribuindo para a diversidade cultural do Brasil ao operar a identificação, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

Na reforma agrária, por sua vez, a massificação do assentamento de famílias e o fornecimento da infraestrutura e de créditos tornaram-se elementos que contribuíram também para atrair e modelar diversas outras políticas. As comunidades ribeirinhas e extrativistas da Amazônia, por exemplo, na medida em que são atendidas, recebem também incentivos da política ambiental, o reconhecimento de reservas agroextrativistas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) e as políticas sociais necessárias para as comunidades que nelas habitam.

No Brasil, há mais de oito mil assentamentos, nos quais vivem e produzem 900 mil famílias, em 96 milhões de hectares. Do total, 60% localizam-se no norte do País e grande parte são assentamentos ambientalmente diferenciados. Na Amazônia, o programa Terra Legal já identificou mais de 150.000 posses em 57 milhões de hectares de terras públicas e no Nordeste, em apenas dois estados entre 2009 e 2010, mais de 100.000 posses já foram regularizadas.

Os dados do Censo Agropecuário da Agricultura Familiar, realizado em 2006 pelo IBGE, revelaram que havia, naquele ano, 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares. É possível estimar que a reforma agrária e o público atendido pela regularização fundiária e pelo crédito fundiário no país represente algo próximo de 20% da agricultura familiar.

A Pesquisa de Qualidade nos Assentamento da Reforma Agrária (PQRA), elaborada em 2010 pelo INCRA, traz, em números preliminares, que perto de 30% das famílias assentadas convivem com deficiências na infraestrutura, no acesso a serviços básicos, na assistência técnica e na renda. A qualificação dos assentamentos da reforma agrária passa, assim, pela garantia da inclusão produtiva, com oferta adequada de assistência técnica de qualidade, crédito, políticas de agroindustrialização, comercialização e de seguro agrícola. Passa também pela melhoria na qualidade de vida das famílias, com a oferta de serviços de saúde e educação bem como de oportunidades culturais e esportivas.

Intensificar a reforma agrária, a regularização fundiária e o crédito fundiário para atender às famílias sem terra e o grande contingente de minifundiários com terra insuficiente para o sustento, primordialmente na Região Nordeste, é fundamental na erradicação da extrema pobreza rural.

Nesse sentido, o programa apresenta metas que visam, entre outros, verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR); promover a regularização e a ratificação de títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal; realizar regularização fundiária de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal; assentar famílias, com a obtenção de imóveis rurais e a implantação de projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito, instalação e licenciamento ambiental; qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Em nossa sociedade, o trabalho é a atividade humana que concretiza a dignidade, a cidadania e a própria identidade social dos indivíduos, sendo direito social estabelecido no art. 6º da Constituição Federal. Ao direito ao trabalho também se associam o direito à remuneração justa, a condições igualitárias e satisfatórias de trabalho, ao reconhecimento das convenções e acordo coletivos de trabalho, à proteção contra o desemprego e à aposentadoria, entre outros prescritos no art. 7º de nossa Carta Magna.

Nos últimos anos, o crescimento econômico, aliado às políticas de valorização real do salário mínimo e a execução de programas de investimento em infraestrutura e habitação, possibilitou a ampliação do número de ocupados, sobretudo de empregados com carteira de trabalho assinada. Segundo a PNAD, em 2009, 91,7% da população economicamente ativa (PEA) brasileira estava ocupada, sendo o emprego (protegido ou não) a forma de inserção preponderante na estrutura ocupacional brasileira, representando 58,6% dos ocupados.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) registra a geração de 15,3 milhões de postos de trabalhos formais, entre 2003 e 2010, equivalente a um aumento anual de 5,5%, inédito na história do emprego formal para um período de oito anos sucessivos. No entanto, a informalidade ainda é um problema social com dimensão expressiva. A PNAD apurou que 28% do total de empregados laboravam sem CTPS assinada em 2009.

Diante desse cenário, a qualificação social e profissional do trabalhador brasileiro, consubstanciada no âmbito do programa seguro-desemprego, associada à geração de trabalho de qualidade – trabalho decente – é importante para que o país continue o ciclo virtuoso de crescimento econômico, com distribuição de renda e redução da pobreza.

Dada a correlação positiva do investimento produtivo com o crescimento do nível de ocupação da força de trabalho, é preciso garantir a expansão diversificada do crédito. Em outros termos, cabe estimular o investimento produtivo dos micro e pequenos empreendedores urbanos, o que inclui desde as Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedores Individuais e os empreendimentos econômicos autogestionários e coletivos, próprios da Economia Solidária; além de garantir o investimento em inovação tecnológica e em empreendimentos próprios do setor de Turismo, Exportação e Agricultura Familiar.

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um trabalho decente e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. Ao promover o cumprimento das normas constitucionais e legais do trabalho, há uma contribuição para ampliar a proteção social

no mercado de trabalho brasileiro. Ainda como forma de promover o trabalho decente e de qualidade, destaca-se a política de segurança e saúde no trabalho como instrumento de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

É por meio do diálogo democrático, outro desafio a ser superado, que será construída a modernização da legislação trabalhista, adequada às necessidades atuais do mundo do trabalho, bem como a extensão de benefícios dos trabalhadores urbanos, aos domésticos, temporários, trabalhadores rurais, migrantes, e trabalhadores associados e cooperados, a fim de que não haja subcategorias laborais, em condições de trabalho inferiores aos demais.

Em relação à legislação sindical, é necessário estabelecer formas de fortalecimento destas entidades, com critérios de aferição de legitimidade e de garantia da liberdade sindical, o que vem sendo demandado pela Organização Internacional do Trabalho. É por meio da atuação das entidades sindicais que se possibilita a negociação coletiva de benefícios e avanços, tendo em vista as particularidades entre categorias e regiões.

A fim de obter êxito ante os desafios decorrentes do crescimento e da maior inserção do país no cenário internacional, é necessário um esforço de organização e interlocução visando ao fortalecimento do pacto federativo entre os governos dos entes federados e, ainda, a ampliação de canais de diálogo entre o setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central, por meio do trabalho decente e da erradicação do trabalho escravo e infantil, bem como do incremento nas condições de segurança e qualidade do trabalho, do acesso ao crédito e às fontes de financiamento, da capacitação e desenvolvimento dos trabalhadores nacionais ou estrangeiros e do apoio às formas associativas e cooperativas dos trabalhadores.

Para tanto, o programa apresenta metas como, por exemplo, ampliar o atendimento em intermediação de mão-de-obra no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando afrodescendentes, mulheres, jovens, pessoas com deficiência, trabalhadoras domésticas, população em situação de rua, público do Plano Brasil Sem Miséria, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo, e presidiários e egressos do sistema penal; elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa; incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado; institucionalizar a política de valorização do salário mínimo; entre outras.

Por fim, vale ressaltar o papel das políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a implementação do Plano Brasil Sem Miséria, na inclusão produtiva dos mais pobres mediante cursos de qualificação profissional, intermediação de emprego, ampliação da política de microcrédito e incentivo à economia popular e solidária.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é um direito previsto na Constituição Federal que assegura ao trabalhador e à sua família: cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

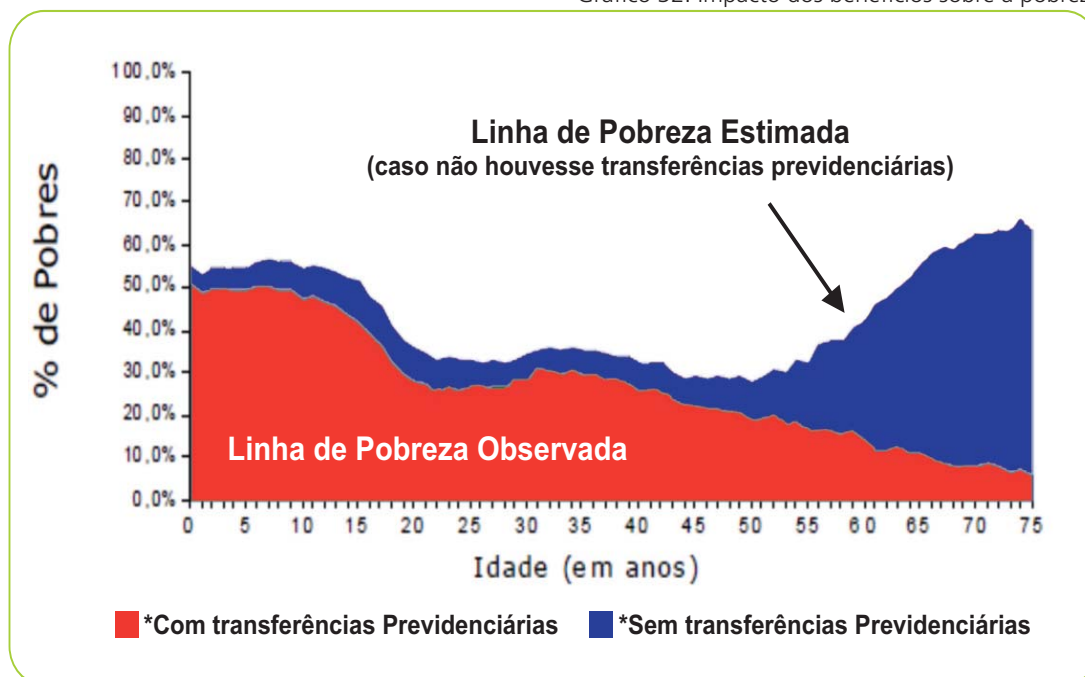
A Previdência Social é organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral, Regime Próprio dos Servidores Públicos e o Regime de Previdência Privada de caráter complementar.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recebe contribuições de cerca de 41,9 milhões de brasileiros, segundo a PNAD de 2009, e emite 28,4 milhões de benefícios, totalizando R\$ 20,2 bilhões. Esses benefícios concentram-se principalmente nas regiões Sudeste (44,69%) e Nordeste (27,30%).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo território nacional, desempenhando papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. A política governamental de conceder aumentos reais nos últimos anos para o salário mínimo, piso dos benefícios previdenciários, vem ampliando a renda e a qualidade de vida da população mais pobre, em especial, das áreas rurais, uma vez que praticamente a totalidade dos benefícios emitidos para clientela rural é de um salário mínimo.

De acordo com o Ipea, em 2009, os benefícios previdenciários fizeram com que mais 23 milhões de brasileiros deixassem de figurar abaixo da linha de pobreza. O impacto dos benefícios sobre a pobreza concentra-se principalmente na população idosa, entretanto, a redução da pobreza ocorre em todas as faixas etárias, conforme o gráfico 32, que apresenta o percentual de pessoas com menos de ½ salário mínimo de renda domiciliar per capita no Brasil por idade, considerando e não considerando a renda previdenciária (MPS – 2009).

Gráfico 32. Impacto dos benefícios sobre a pobreza



Fonte: MPS. Inclui Benefícios Assistenciais.

Os desafios para o RGPS num horizonte de médio prazo são a ampliação da cobertura previdenciária, dando continuidade ao movimento iniciado em 2004, e o aprimoramento das medidas de gestão do sistema previdenciário. Nesse sentido, estão entre as metas do Programa: implantar 651 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão do INSS; reduzir o Tempo Médio de Concessão de Benefícios para 15 dias; ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada; e ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5%, em 2009, para 75%.

O Regime de Previdência dos Servidores Públicos inclui mais de 9 milhões de pessoas no sistema previdenciário brasileiro, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, nos três níveis de governo. As principais metas relacionadas à previdência dos servidores públicos são: reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB; regulamentar a previdência complementar para o servidor público; e fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) integra o sistema de previdência social brasileiro e constitui um importante instrumento de proteção adicional ao trabalhador e a sua família. Atualmente, o RPC protege quase 7 milhões de brasileiros, entre participantes, assistidos e beneficiários. Além disso, é um mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo, ampliando a capacidade de investimento do país, contribuindo para o crescimento econômico. Em função disso, está entre as metas do Programa a ampliação do número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AUTONOMIA

A igualdade entre mulheres e homens é um dos alicerces de uma sociedade justa e equilibrada e, também, requisito para o alcance da democracia plena. No entanto, no Brasil, ainda persistem diferenças significativas de gênero, em seus mais diversos aspectos. A combinação de dados de políticas sociais, em especial as de educação, trabalho e renda, segurança pública, entre outras, ilustra essa situação.

Apesar de as mulheres estudarem mais que os homens, os avanços no acesso e permanência na educação não se traduzem em melhores empregos ou em salários mais elevados. Dados da PNAD indicam que, em 2009, a taxa de participação¹ dos homens no mercado de trabalho era de 81,5%, enquanto a das mulheres era de apenas 58,8%. Em relação aos rendimentos, em 2009, as mulheres recebiam, em média, 66,5% dos rendimentos dos homens. Considerando pessoas com ensino superior, os rendimentos das mulheres eram de 54,6% da renda auferida pelos homens.

Outro dado relevante refere-se à pobreza: do total de domicílios onde residem famílias com rendimento mensal domiciliar per capita de até ¼ salário mínimo, mais de 20% são famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Para além das desigualdades entre mulheres e homens, é necessário atentar para as desigualdades entre as próprias mulheres. Características como raça, idade, orientação sexual ou o fato de morar no campo, muitas vezes se somam às desigualdades de gênero e fazem com que essas mulheres sofram uma dupla discriminação.

Ressalta-se, como exemplo, a “invisibilidade” das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta, no âmbito do trabalho e da produção, uma vez que sua participação ativa em diversos processos produtivos é considerada mera extensão dos afazeres domésticos.

Para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, é preciso avançar no aprimoramento e na implementação dos marcos normativos, e também no fortalecimento institucional das políticas para as mulheres, com vistas a promover sua autonomia econômica, política e social. Para tanto, o programa apresenta metas como certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça e ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.

Além das metas acima, acrescenta-se a revisão a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas; inscrição da temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com

¹ Taxa de participação considerando a população de 16 anos ou mais.

foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo; constituição da estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade das mulheres no mundo do trabalho público e privado; ampliação do número de municípios e unidades da federação com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres e Plano de Políticas para as Mulheres, entre outras.

Outro fenômeno que atinge mulheres brasileiras de diferentes classes sociais, regiões, escolaridade ou raça é a violência em suas diversas formas – psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, institucional, além do tráfico de mulheres. Estudo realizado em 2010, pela Fundação Perseu Abramo, aponta que aproximadamente 24% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Quando estimuladas por meio da citação de diferentes formas de agressão, esse percentual sobe para 40%. O Mapa da Violência, pesquisa recente realizada pelo Instituto Sangari, mostra que, em um período de 10 anos (1998 a 2008), 41.968 mulheres morreram vítimas de homicídios. No mesmo sentido, as informações sobre o tráfico internacional de mulheres, a situação nos presídios e o número de denúncias relacionadas à violência contra mulheres fornecem a dimensão da premência do tema.

Diante dessa situação, o enfrentamento à violência contra as mulheres requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, posto que se constitui em violação dos direitos humanos e em fenômeno de caráter multidimensional. É preciso considerar, também, que o acesso aos serviços e às políticas do Estado se dá de maneira diferenciada para cada grupo social, em função de situações de maior ou menor vulnerabilidade ou de contextos culturais diversos.

Destacam-se, nos últimos anos, avanços no enfrentamento à violência contra a mulher, notadamente a Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Entretanto, ainda é preciso avançar na consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio de ações no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e da plena aplicação da Lei Maria da Penha. Além disso, a produção e a sistematização de dados sobre o fenômeno pode contribuir para a maior efetividade das políticas públicas ligadas ao tema.

Para fazer frente aos desafios no campo do enfrentamento à violência, o programa possui metas, como, ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas; integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06); e implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.

Além do programa específico de políticas para as mulheres, diversos programas do PPA 2012-2015 contemplam a temática, como, por exemplo, Aperfeiçoamento do SUS, com meta de implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências; Segurança Alimentar e Nutricional, com meta de ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes; Trabalho, Emprego e Renda, com meta de ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional para mulheres; Cidadania e Justiça, com meta de apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça; Segurança Pública com Cidadania, com meta de aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão; Educação Básica, com meta de construir 6 mil creches e pré-escolas; entre outros.

ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Com a Constituição de 1988, a questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro, em que o racismo foi definido como crime inafiançável e imprescritível. Desde então verificam-se alguns progressos no âmbito das políticas públicas e da agenda política. E, a partir de 2003, a política alcança novo patamar de institucionalidade com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPir) e do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir).

Apesar dos avanços, alguns dados explicitam a amplitude da desigualdade racial no país. Em 2009, segundo PNAD, a taxa de desocupação para população negra de 16 anos ou mais era de 9,1%, sendo que para os brancos era de 7,1%. Com relação à remuneração, dados da pesquisa revelaram que pretos ou pardos recebiam 56,6% do rendimento auferido pelos brancos. Na questão da educação, a média de anos de estudo da população negra de 15 anos ou mais era de 6,7 anos, sendo de 8,4 anos para a população branca; e a frequência líquida ao ensino superior para a população negra de 18 a 24 anos era de 8,3% e para a população branca, de 21,3%. No mesmo sentido, os dados preliminares do Censo de 2010 indicam que quase 71% da população residente em domicílios particulares permanentes em extrema pobreza é negra.

As diferenças mais marcantes, no entanto, revelam-se quando se trata dos números da violência. O Mapa da Violência de 2010 apontou que, de 2002 a 2008, o número de vítimas brancas caiu 22,3% (de 18.852 para 14.650), enquanto o número de vítimas

negras teve um crescimento de 20,2% (de 26.915 para 32.349). No ano de 2009, com base nos dados do Datasus, dos 51.434 homicídios observados, 91,6% eram do sexo masculino, 54,1% estavam na faixa de 15 a 29 anos e 65,2% eram negros.

O Programa visa superar o desafio de reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência. Para tanto, traz como metas: adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado; realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras; e fortalecer organizações de mídia negra.

Cabe assinalar que é fundamental para o sucesso das ações governamentais de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade considerar suas interseções com a temática de gênero. Nos processos sociais de discriminação, as temáticas de raça e gênero se entrecruzam recorrentemente e formam dimensões estruturantes da realidade brasileira. O enfrentamento dessas discriminações precisa contemplar estratégias que abordam de maneira conjunta essas temáticas.

Vale ressaltar que para a superação das desigualdades raciais é necessária, para além da implementação deste programa, a incorporação da temática racial nas diversas políticas públicas. Assim, outros programas também estão contemplando a questão do enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, como, por exemplo, os programas Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão; Trabalho, Emprego e Renda; Política Externa; Cultura: Preservação, Promoção e Acesso e Aperfeiçoamento do SUS. Há metas de aproximar a escolaridade média entre negros e não negros, reduzir a taxa de analfabetismo entre afrodescendentes, ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional para afrodescendentes, implantar a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, aumentar a taxa de aprovação de candidatos afrodescendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, entre outras.

Em muitos casos, as especificidades relacionadas com os povos e comunidades tradicionais se entrecruzam com processos de discriminação étnico-racial. As comunidades quilombolas, por exemplo, são emblemáticas nesse sentido, pois são fruto da não aceitação de uma sociedade hierarquizada racialmente tanto durante quanto depois da ordem escravocrata.

As Comunidades Quilombolas são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Nesse sentido, sua identidade étnica os distingue do restante

da sociedade, mas é importante explicitar que essa identidade se define a partir de um processo de autoidentificação bastante dinâmico e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como a cor da pele.

A questão quilombola como tema de política pública envolve desafios particulares para a ação governamental. A questão fundiária incorpora outra dimensão para os quilombolas, pois o território – espaço geográfico-cultural de uso coletivo, diferentemente da terra como mero fator de produção econômico – é elemento constitutivo da realidade social, cultural e política, vinculado ao seu direito de autodefinição. Assuntos como desenvolvimento sustentável, equidade e identidade se apresentam de forma indissociável, criando desafios de política pública que exigem um alto nível de integração entre as ações governamentais.

Ciente desses desafios, o governo lançou, em 2007, e vem implementando, desde então, a Agenda Social Quilombola, estruturada em quatro eixos: Acesso a terra; Direitos e Cidadania; Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva; e Infraestrutura e Qualidade de Vida. As iniciativas de coordenação, monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas se apresentam neste Programa, que também possui um objetivo específico relacionado à regularização fundiária das terras quilombolas.

Além das comunidades quilombolas, o programa também contempla outros povos e comunidades tradicionais, em especial as comunidades de terreiro e os povos ciganos. É preciso coordenar esforços para garantir o acesso de povos e comunidades tradicionais às políticas públicas. Para tanto, cabe conhecer as comunidades e suas demandas. Nesse sentido, o programa apresenta como metas: mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas; e implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para essas comunidades e povos de culturas ciganas.

Outros programas também explicitam o compromisso com políticas para comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, com metas de contratação de serviços de ATER para famílias quilombolas com recorte específico para este público, no programa Agricultura Familiar; ampliação da participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos, no Programa Segurança Alimentar e Nutricional; implantação de obras de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos, no programa Saneamento Básico; entre outras.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A efetivação dos direitos da infância e da adolescência, no Brasil, teve conquistas significativas no campo jurídico e político-conceitual a partir do final dos anos 80, em decorrência do processo constituinte, do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da instituição do Sistema de Garantia dos Direitos. Esse marco regulatório, em sintonia com a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada no âmbito da ONU em 1989, introduziu novo paradigma, entendendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem ser protegidas integralmente, com a defesa de seus direitos a um desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural.

Dados da PNAD mostram que, em 2009, o Brasil contava com cerca de 60 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos, representando 31,3% da população. Desse universo, quase a metade (45,6%) vivia em famílias com renda domiciliar per capita mensal de até meio salário mínimo; dessas, 67,7% eram negras.

Nesse sentido, o programa Bolsa Família, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, aumentará o limite dos benefícios de três para cinco filhos, possibilitando a inclusão, no programa, de 1,3 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos

Um número expressivo de crianças e adolescentes ainda é vítima de violações aos seus direitos humanos, o que limita, quando não impossibilita, o efetivo exercício das garantias fundamentais de respeito à dignidade e à integridade física e psíquica. São exemplos o trabalho infantil, a violência letal, a criminalização da adolescência pobre, a violência sexual e as violações do direito à convivência familiar e comunitária, entre outros.

Segundo dados da PNAD, em 2009, ainda havia 5,63% de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 15 anos trabalhando. Outro dado relevante refere-se à violência: segundo o Mapa da Violência, organizado pelo Ministério da Justiça, quase três quartos das mortes por causas externas ocorrem entre jovens na faixa etária de 15 a 24 anos e, considerando apenas os homicídios, esse número chega a quase 40%. Em relação à violência sexual, com base em dados preliminares da atualização da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (UnB/SDH, 2010), 2.798 municípios registraram casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, com maior concentração nas regiões Nordeste (34,45%) e Sudeste (29,59%).

No campo do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, ainda persistem graves violações de direitos. Essas violações vão desde ameaças à integridade física de adolescentes, maus tratos e tortura, passando por situações de insalubridade dos ambientes de atendimento, de negligência em questões relacionadas à saúde, até o comprometimento

dos direitos processuais, a exemplo da permanência em internação provisória por mais de 45 dias, dentre outros. Em 2010, segundo levantamento da SDH, o número total de internos no sistema socioeducativo de meio fechado no Brasil era de 17.703 adolescentes, sendo 12.041 na internação, 3.934 na internação provisória e 1.728 na semiliberdade. Entretanto, com a implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – SINASE, é possível observar uma tendência de estabilização na taxa de crescimento do número de internações a partir de 2006.

No âmbito da convivência familiar e comunitária, a institucionalização ainda é forte no sistema de acolhimento de crianças e adolescentes em medida protetiva. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em pesquisa realizada pela Fiocruz (2010), indicam que cerca de 54 mil crianças e adolescentes se encontravam em abrigo institucional no país, com aproximadamente 2,4 mil serviços de acolhimento.

O Estado ainda tem grandes desafios para a promoção dos direitos da infância e adolescência, em particular no enfrentamento às desigualdades e violações dos direitos bem como na organização da rede de atendimento e na garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, em especial na primeira infância. Além disso, novos cenários devem ser focalizados, como a proteção de crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza, emergência ou calamidade, e no contexto de grandes obras e eventos. É preciso fortalecer prioritariamente os Conselhos Tutelares, base do Sistema de Garantia dos Direitos previsto no ECA, – e fomentar mecanismos de coordenação e articulação nacional da política de direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente com vistas à implementação do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em 2011.

Nesse sentido, o Programa Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes apresenta, entre suas metas: implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais; reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei; extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial; equipar Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menor IDI e IDH, localizados nas regiões Norte e Nordeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte; aprovar no Conanda o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes; elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil Sem Miséria e ampliar o número de Municípios integrados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.

Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, muito se avançou na construção de um arcabouço normativo e de uma configuração institucional destinados a possibilitar a garantia e a proteção dos direitos humanos a todos os brasileiros e brasileiras. Por outro lado, parte significativa desses avanços ainda não se traduziu sob a forma de efetivas garantias para parte significativa da população. Com vistas a cumprir sua função de garantidor dos direitos da população, cabe ao Estado Brasileiro disponibilizar à sociedade as condições adequadas para que os direitos humanos sejam exercidos e exigidos.

Para tanto, inicialmente, o Estado deve assegurar a cada brasileiro(a) o registro civil de nascimento, que permite o reconhecimento legal do nome e da nacionalidade, outorgando-lhes a capacidade de se relacionarem com ele enquanto cidadãos. Os dados preliminares do Censo Demográfico 2010 indicam que 6,2% da população menor de um ano não estavam registradas, sendo que essa taxa era de 12,7%, em 2006. Os bons resultados alcançados demonstram o êxito das políticas empreendidas, notadamente o Compromisso Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania, regiões com os maiores índices de subregistro do país.

O desafio da universalização do registro civil de nascimento em todas as faixas etárias ainda é presente, sobretudo nas regiões priorizadas. Nesse sentido, é imprescindível a ampliação a todos os estados de iniciativas que garantam o registro de nascimento no local do parto (implantação Unidades Interligadas de registro civil em estabelecimentos de saúde), promovam o registro civil às populações com dificuldades de acesso à certidão de nascimento e à documentação civil (realização de capacitações, mutirões e campanhas) e implementem as condições que garantam a estrutura de sustentabilidade do esforço (implantação nacional do SIRC – Sistema nacional).

A garantia dos direitos humanos somente será alcançada no momento em que toda a sociedade brasileira incorporar em seu cotidiano e em suas atitudes o conjunto de princípios e valores que envolvem os direitos humanos. Para tanto, é preciso educar em direitos humanos, promovendo processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, etária, de gênero e de crenças religiosas.

O ambiente democrático deve ser permeado pelo desenvolvimento de relações baseadas na equidade, sem preconceitos de gênero, raça e etnia, com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social. O fortalecimento democrático de uma nação também não admite qualquer discriminação às pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), aos jovens, aos idosos, aos migrantes ou a qualquer outro grupo social¹.

O acelerado processo de envelhecimento da população brasileira – entre 1997 e 2007, o percentual da população com 60 anos ou mais cresceu 47,8% e o grupo etário de 80 anos ou mais, 86,1% – aponta a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. É preciso reconhecer a incidência de práticas discriminatórias e violentas com os idosos brasileiros. Alguns dados são relevantes e instigadores no que diz respeito aos direitos e à violação de direitos de idosos: 49% dos idosos são analfabetos ou analfabetos funcionais; 13 milhões de idosos recebem até 2 salários mínimos; 62% do total de idosos brasileiros representam a única fonte de renda da família; em pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2006), 32,5% dos idosos entrevistados relataram ter sofrido algum tipo de violência; dados do SUS, em 2004, informaram que pelo menos 108.169 idosos foram internados em decorrência de violências e acidentes (296 internações/dia); estimativas apontam que mais de 130 mil idosos vivem em instituições de longa permanência.

Para os próximos anos, o programa Promoção e Defesa dos Direitos humanos apresenta metas como, por exemplo, implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Renadi) em todos os estados brasileiros; aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos; e elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos.

Apesar do avanço na percepção e na compreensão da temática LGBT no Brasil, sabe-se que ainda há muito a ser feito para mudar o cenário de preconceito e discriminação que se expressa nas violações de direitos cometidos contra esse público. Cabe ao Estado, portanto, implementar políticas que garantam ao segmento LGBT o pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais, reconhecendo a cidadania da população de LGBT e contribuindo para a construção de uma cultura de paz, com respeito a todas as diferenças. Ciente desses desafios, o programa traz os compromissos de aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica e implementar uma rede de combate a homofobia e promoção dos direitos de LGBT, dentre outros.

No âmbito da defesa dos direitos humanos, cumpre importante papel as políticas de proteção e assistência às testemunhas, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte, pessoas em situação de privação de liberdade nos diversos tipos e modelos de instituições totais, em situação ilegal de escravidão laboral,

¹ Nesse programa serão tratados idosos e LGBT. Demais segmentos como crianças e adolescentes, mulheres, negros, índios, quilombolas, pessoas com deficiência serão tratados em outros programas.

bem como de reparação das injustiças cometidas em nome do Estado em períodos de exceção e pouco democráticos, entre outros.

Nesse sentido, o programa apresenta metas que visam: consolidar um sistema de proteção para pessoas ameaçadas, com a reformulação e aprovação dos marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que o constituem, bem como a ampliação e integração desses serviços; aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura; acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal; aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo; dentre outras.

Com vistas à consolidação da democracia, o Estado também deve se incumbir de assegurar o direito à verdade e à memória de seu povo, prevenindo a ocorrência de dificuldades já vivenciadas ao longo da história e reparando violações de direitos. Para tanto, há metas de instituir a Comissão Nacional da Verdade, localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares, dentre outras.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Participação e inclusão na sociedade, igualdade de oportunidades, acessibilidade e a não discriminação são temas inerentes aos Direitos Humanos e representam aspectos do respeito e da valorização da diversidade humana. Para consolidá-los e assegurar seu efetivo exercício, é indispensável a construção de marcos legais voltados para a garantia da promoção e da igualdade social.

O Brasil é reconhecido internacionalmente por sua atuação no campo dos direitos humanos, na defesa de valores como dignidade e combate à discriminação. Nesse sentido, é um dos países que dispõe de legislação específica sobre pessoas com deficiência, tendo, inclusive, ratificado a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo – doravante Convenção –, com equivalência de Emenda Constitucional (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009).

Segundo o Censo Demográfico/IBGE 2000, 14,5% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, 70% vivem abaixo da linha da pobreza, 33% são analfabetas ou têm até 3 anos de escolaridade e 90% estão fora do mercado de trabalho. Esse cenário reflete uma situação de exclusão que pode ser visualizada no denominado “ciclo de invisibilidade” (figura 3). Considerando que as políticas públicas devem atender a esse segmento populacional, o Brasil já vem adotando medidas voltadas para romper com essa invisibilidade, garantindo a construção do “ciclo da inclusão” (figura 4).

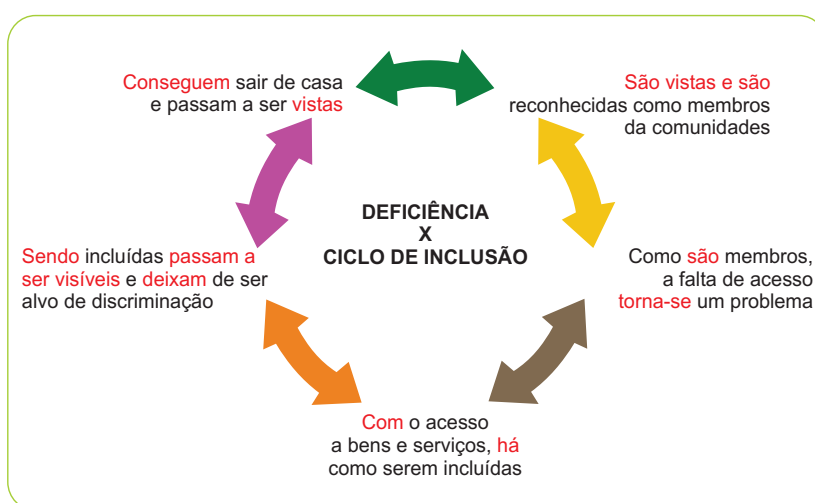
Figura 3. Ciclo da Invisibilidade



Fonte: WERNECK, C. Manual sobre Desenvolvimento Inclusivo para a Mídia e Profissionais de Comunicação. Rio de Janeiro: WVA Ed., 2004.

Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/publicacoes.php> Acesso em: 12maio2011.
 Descrição ciclo da invisibilidade – diagrama com setas no movimento circular apresentando as seguintes palavras: pessoas com deficiência não conseguem sair de casa e, logo, não são vistas pela comunidade; como não são vistas, não são reconhecidas como membros da comunidade; como não são membros, a falta de acesso não é um problema; sem o acesso a bens e serviços, não há como serem incluídas; sem serem incluídas, continuam invisíveis e são alvo de discriminação.

Figura 4 Ciclo da Inclusão (adaptado por RESENDE, A.P.C.)



Fonte: ALMEIDA, P. Comunicação e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 6ª Fórum Senado Brasil, Disponível em: www.senado.gov.br/debatebrasil/pdf/%284%29%20sdb%20%20patricia%20almeida.pdf.

Acesso em 12maio2011.

Descrição ciclo da inclusão - diagrama com setas no movimento circular apresentando as seguintes palavras: pessoas com deficiência conseguem sair de casa e, logo, são vistas e reconhecidas como membros da comunidade; como são membros da comunidade a falta de acesso torna-se um problema; com o acesso a bens e serviços, há como serem incluídas; sendo incluídas passam a ser visíveis e deixam de ser alvo de discriminação.

Nos últimos anos, foram empreendidos esforços para a elaboração e implementação de políticas públicas com base em marcos normativos e técnicos capazes de mudar a realidade das pessoas com deficiência via realização de direitos, especialmente nos

preceitos que regem a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como, por exemplo, a alteração da abordagem sobre deficiência, que passa a considerar as diversas barreiras existentes como o impedimento para a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência.

Entre outras iniciativas, foi criado o Compromisso pela Inclusão de Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.215/2007), construído em articulação com diversos ministérios, sob a coordenação da SDH/PR. Buscou-se, com esse trabalho, fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, com vistas a eliminar todas as formas de discriminação. O Compromisso é composto por ações prioritárias voltadas para as áreas de reabilitação, oficinas de órteses e próteses, acessibilidade na habitação e no entorno das escolas, mobilidade urbana, sistema de transporte, educação inclusiva, capacitação de professores e disponibilização de salas de recursos multifuncionais, campanhas educativas, além do incentivo à qualificação profissional e à empregabilidade.

Depreende-se daí que a articulação institucional é primordial para que os programas governamentais possam ser pensados e executados considerando a transversalidade que caracteriza a política pública voltada para a inclusão desse público.

O Programa Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência continuará priorizando ações voltadas para a garantia de direitos, tais como acessibilidade e equiparação de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência. Avançará também em iniciativas voltadas ao fortalecimento das relações institucionais, ao desenvolvimento de pesquisa, bem como à sistematização e disseminação de informações.

Nesses termos, o programa apresenta metas como, por exemplo, implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas, implantar Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação, e implantar centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia, entre outras.

Além do programa específico para pessoas com deficiência, outros programas do PPA trazem compromissos para esse público como, por exemplo, Fortalecimento do SUAS com metas de criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no programa BPC na Escola e instituir e implantar o programa BPC Trabalho em todas as unidades da federação; Ciência Tecnologia e Inovação com meta de implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva e Educação Básica com meta de elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência na rede regular de ensino.

Destaque-se também os programas Moradia Digna com meta de promover acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no Minha Casa, Minha Vida em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes; e Mobilidade Urbana e Trânsito com metas de adequação dos sistemas metroferroviários à acessibilidade universal e apoio a municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade.

AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE

A juventude é uma etapa do ciclo da vida - para além de uma mera fase de transição ou formação - que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção na vida social.

Essa relevância da juventude por si mesma, aliada à peculiar exposição dos jovens a vulnerabilidades sociais, conforme apontam os índices sociais, expressam a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para esse segmento, representado pela parcela da população situada na faixa etária entre 15 e 29 anos. Por exemplo: em 2009, 61,1% dos brasileiros desocupados eram jovens¹; morreram mais de 52 mil jovens por causas externas no Brasil, dos quais 53,3% foram por homicídios²; 28,5% do total dos casos notificados de AIDS, desde o início da epidemia, nos primeiros anos da década de 1980 até 2009³, se concentravam em jovens entre 15 e 29 anos; em 2009, 69,7% dos jovens de 18 a 24 anos não frequentavam a escola⁴.

As demandas juvenis devem ser contempladas por meio de políticas universais, que levem em conta as singularidades juvenis; por meio de programas e ações emergenciais com foco na juventude em situação de maior vulnerabilidade social e por meio de programas e ações específicas que visem ao desenvolvimento integral de jovens. Destacam-se, dos dados apresentados, como demandas fundamentais, acesso ao sistema educativo, oportunidades de emprego e ocupações produtivas e combate às distintas formas de violência física e simbólica.

Ocorre que relacionar políticas universais não significa que as políticas para a juventude sejam uniformes ou homogêneas, visto que existem profundas desigualdades e diferenças que permeiam os jovens. Por isso, o Estado deve considerar a diversidade de modos como essa condição é vivida e localizar como as desigualdades afetam os jovens no acesso a oportunidades e direitos, especialmente a partir da renda familiar, gênero, raça, orientação sexual, local de moradia, ter ou não alguma deficiência, ser ou não membro de comunidade tradicional. Enfim, significa que a política para a juventude deve considerar o ambiente e o cotidiano do sujeito de direitos para construir e reforçar os caminhos que possibilitem o exercício dos direitos aos cidadãos, garantindo a integração desta geração de brasileiros e brasileiras ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país.

1 Dados da PNAD 2009. Total de desocupados considera população de 16 anos ou mais.

2 Dados do SIM / Datasus.

3 Dados do Datasus.

4 Dados da PNAD 2009.

Uma medida importante no esforço de tornar a política pública de juventude como política de Estado foi a promulgação, em julho de 2010, da Emenda Constitucional 65, que incluiu a palavra “jovem” no capítulo da Constituição Federal “da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”. Tramitam ainda no Congresso Nacional os projetos de lei referentes ao Estatuto da Juventude (PL 4.529/2004) e ao Plano Nacional de Juventude (PL 4.530/2004).

Dada a realidade apresentada, o Programa busca articular e promover mecanismos de suporte adequados para que os jovens possam desenvolver sua formação, processar suas buscas, construir seus projetos e percursos de inserção na vida social. A multiplicidade de dimensões dessa vivência e desses processos remete à combinação de ações de diferentes temas, tais como: educação, trabalho, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte etc.

Para a superação dos desafios, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude apresenta metas como, por exemplo, aprovar o Plano Nacional de Juventude, aprovar o Estatuto da Juventude, constituir o Observatório da Juventude, implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP), ampliar o número de adolescentes e jovens admitidos em contratos de aprendizagem, expandir a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, articular a construção e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, entre outras.

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Este Censo revelou que em todas as Unidades da Federação há populações indígenas. A Funai também registra 69 referências de índios ainda não-contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista. Esta população, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida.

Embora não se tenha indicadores sociais precisos, os indígenas estão entre os segmentos mais vulneráveis da população, considerando-se os indicadores de mortalidade, desnutrição, saúde, escolarização, entre outros. Por exemplo, nas populações indígenas a Taxa de Mortalidade Infantil chega a 41,9 por mil; a tuberculose e a malária alcançam em terras indígenas indicadores muito acima da média nacional; a prevalência de anemia em crianças indígenas de 6 a 59 meses é de 51,3%; a proporção de crianças indígenas

com déficit de estatura para idade é de 26%; a proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade chega a 45,9%. A situação de insegurança alimentar e nutricional na população indígena também pode ser observada a partir do número de famílias, cerca de 47 mil, que atualmente recebem “cestas de alimentos”.

Hoje no Brasil existem aproximadamente 230 etnias, falando cerca de 180 línguas. Há grupos populosos, como os Guaraní (Mbyá, Nandeva, Kaiowá), Ticuna, Yanomami, Mundurucu, Xavante, Guajajara e Kaingang, vivendo em diferentes regiões do Brasil, assim como há línguas indígenas em vias de extinção, com poucos falantes. Recentemente, os índios Apiaká e Umutina do Estado de Mato Grosso perderam seus últimos anciãos que dominavam a língua ancestral. No Brasil há mais de 40 famílias lingüísticas indígenas – uma família abrange muitas línguas – subordinadas em sua maioria a dois grandes troncos lingüísticos, o Tronco Tupi e o Tronco Macro-Jê.

Em julho de 2011, existiam 685 terras cadastradas no Sistema de Terras Indígenas da Funai, em diferentes etapas de regularização fundiária localizadas em todos os biomas brasileiros, com concentração na Amazônia Legal.

Tabela 21 - Terras Indígenas no Brasil segundo situação jurídica e extensão em hectares

Situação	Nº de Terras	Superfície (ha)
Em estudo / Restrição de uso	156	-
Delimitada	19	1.693.876
Declarada	55	2.795.538
Homologada	24	392.025
Regularizada	410	103.692.461
Reservas Indígenas	21	44.439
TOTAL	685	108.618.339

Fonte: Funai.

A superfície total das terras indígenas corresponde a 12,64% do Território Nacional. Dessas 685 terras indígenas cadastradas, cerca de 81 encontram-se ocupadas ou invadidas por não-indígenas. Além das dificuldades para promover a extrusão de ocupantes não-indígenas, a falta de ações contínuas de fiscalização e monitoramento territorial permite a invasão sistemática das terras indígenas por madeireiros, garimpeiros, grileiros e outros, restringindo a plena ocupação e gestão territorial indígena, e tornando as terras indígenas focos potenciais de conflitos fundiários, de degradação ambiental e de práticas de ilícitos.

Este cenário levou a Funai a elaborar uma política de proteção territorial que prioriza a realização dos estudos de identificação para delimitação das terras indígenas situadas nas regiões centro-sul, sudeste e nordeste do país; a implantação de uma política de fiscalização, monitoramento territorial, combate aos ilícitos ambientais e de extrusão dos ocupantes não-indígenas das terras indígenas na Amazônia legal, em articulação

com órgãos ambientais e de segurança pública; e a proteção aos povos indígenas isolados, com a criação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, responsáveis pela fiscalização e monitoramento de aproximadamente 23 milhões de hectares, em áreas interditadas e demarcadas para garantir a integridade física e cultural dos povos indígenas isolados.

Os desafios que se apresentam para a Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas passam pela garantia da plena ocupação e gestão de suas terras, pela implantação e desenvolvimento da política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, pela promoção do acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania, pela preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas, pela formulação e implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato, pela promoção do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis, pela implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, dentre outros.

Para tanto, é preciso adequar as políticas públicas para alcançar essa população, promovendo a integração e sinergia das ações do governo federal em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, com vistas à maior eficiência e eficácia das políticas e compatibilizando suas estratégias de regionalização. Além de promover a consolidação da reestruturação organizacional da Funai com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional.

Nesse sentido, o programa apresenta metas como, por exemplo, homologar a demarcação de 40 terras indígenas, executar obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas; implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas; integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas; formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato; implantar sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes; ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena; e implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

Transporte Rodoviário

Transporte Hidroviário

Transporte Ferroviário

Transporte Marítimo

Aviação Civil

Energia Elétrica

Combustíveis

Petróleo e Gás

Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Oferta de Água

Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Moradia Digna

Saneamento Básico

Mobilidade Urbana e Trânsito

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial e, apesar de possuir extensa malha de rodovias, apresenta uma baixa densidade de cobertura viária. Os mais de 62 mil quilômetros de vias federais pavimentadas refletem, em especial, os avanços conseguidos principalmente na década de 70, quando o país direcionou seus investimentos para o modal. No entanto, estes investimentos diminuíram gradativamente até seu ponto mais baixo, em meados dos anos 90, tendo comprometido a qualidade da malha em face à necessidade do setor e da expansão da economia nacional.

O modal rodoviário compõe o Sistema Nacional de Viação (SNV), o qual é constituído pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e bens, compreendendo os subsistemas rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário. Quanto à jurisdição, este é composto pelo Sistema Federal de Viação e pelos sistemas de viação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O principal modo de transporte no Brasil é o rodoviário, respondendo por mais de 58% do volume de movimentação nacional de cargas, e 48% do transporte interestadual de passageiros.

A malha rodoviária brasileira é organizada por esfera de jurisdição (federal, estadual e municipal), dividindo-se em estradas planejadas e implantadas. As rodovias federais implantadas, por sua vez, se dividem em pavimentadas (62.093 km) e não-pavimentadas (13.759 km), ou seja, 82% das vias implantadas são pavimentadas. Visto a significância da malha, há necessidade de assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes em estado crítico. Conjuntamente com a manutenção, pretende-se adequar a capacidade de mais 4.562 km, através de duplicação, construção de terceiras faixas e outras alterações de geometria da via.

Em relação a adequações, deve-se tratar também da ordenação do tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano dos municípios que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de construção de contornos ou anéis rodoviários e de travessias urbanas. Não obstante, importante primar também pela maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da ampliação da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

As políticas públicas para a área de transportes passaram por períodos de baixos níveis de investimentos no setor e perda da capacidade de planejar as intervenções.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) representa uma busca pela retomada do planejamento nacional de transportes no país, apresentando uma visão de médio e longo prazo. Desta forma, o objetivo do Plano é perenizar instrumentos de análise, sob a ótica logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes, de modo a permitir que o setor possa contribuir para a consecução das metas econômicas, sociais e ambientais do país, rumo ao desenvolvimento sustentado.

As projeções apresentadas no PNLТ direcionam investimentos na matriz de cargas do país de forma a induzir o aumento da participação dos demais modais, sem deixar, contudo, de expandir o modal rodoviário, aproveitando os potenciais e as particularidades intrínsecas de cada um. Os desafios relacionados ao tema são complexos e abrangem todo o território nacional. Nesse sentido, buscando-se a adequação da malha rodoviária brasileira e o desenvolvimento nacional e regional, instituiu-se o PAC, acarretando no retorno e ampliação dos investimentos no setor, permitindo uma melhora nos índices de qualidade da malha e a expansão de trechos integradores do território nacional. Atualmente, 57% da malha federal pavimentada é classificada como boa ou ótima (DNIT, 2010).

Como forma de gerir a malha rodoviária com maior volume de tráfego, sem comprometer as condições de uso futuro e agregando serviços prestados aos usuários, as concessões surgem como alternativa complementar para a expansão dos investimentos necessários ao setor. O programa de concessão rodoviária para a exploração de trechos da malha nacional, ao todo, concedeu aproximadamente 14.920km de vias, sendo 7.070 km de trechos estaduais e 7.850 km de trechos federais. O modelo atual de concessões foi aprimorado de forma que a modicidade tarifária e a melhoria contínua da prestação de serviços norteiem a nova fase do programa. A mudança do modelo de concessão trouxe uma redução da tarifa média de pedágio para R\$ 4,80/100 km (ABCR/ANTT, 2011). Em estudos, há a previsão de concessão de outros 2.234 km de vias federais, visando ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento.

Além de atender às necessidades que o transporte rodoviário possui, há também oportunidades que devem ser buscadas em prol do país. Integrações regionais, interestaduais e também com países vizinhos favorecem o desenvolvimento e o atendimento dos fluxos. Melhores integrações com outros modais de transportes, como acessos aos portos, e pontes sobre travessias fluviais que também são prioritárias para o setor. Desta maneira, em relação à malha federal, projeta-se a expansão ou implantação de 7.475 km das quais 4.451 km são eixos nacionais de grande relevância, 1.208 km de rodovias fronteiriças e mais 1.816 km de rodovias de integração nacional na Região Norte do Brasil, buscando desta forma a conexão dos Estados, a expansão do desenvolvimento e a ligação entre os países sulamericanos.

Em síntese, a melhoria da infraestrutura rodoviária do país implica à realização continuada de investimentos em obras de pavimentação, adequação e manutenção da malha rodoviária brasileira, em todas as regiões e vetores logísticos, considerando-se a particularidade de cada um, objetivando a perenidade da qualidade do estado físico das rodovias e a integração de novas regiões ao restante do território.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Fundamental para o desenvolvimento logístico e para uma maior integração do território nacional, o modal ferroviário tem como característica marcante a elevada capacidade de carga. Além de comportar grandes volumes, o modal se destaca pela eficiência energética, quando comparado ao transporte rodoviário. Um país com a dimensão territorial brasileira e com grandes volumes de carga agrícolas e minerais não pode prescindir de uma alternativa logística estratégica como as estradas de ferro.

O planejamento governamental para o setor procura promover a mudança na matriz de transportes por meio da consolidação dos seguintes eixos estruturantes: Ferrovia Norte-Sul, Nova Transnordestina, Integração Oeste-Leste (FIOL), Integração Centro-Oeste (FICO), Ferronorte e Ferrovia do Pantanal, aumentando a participação do modal de 25% da matriz de transporte de cargas no país para 35% em 2025. Para tanto, é necessário, além das construções de novas ferrovias, adequações de trechos ferroviários (com duplicações de linhas, mudança de geometria ou compatibilização de bitolas) e maior ordenamento do tráfego em perímetros urbanos, visando à redução do número de acidentes (atualmente em 15 acidentes a cada milhão de quilômetros percorridos) e melhorando a operação ferroviária.

Outra vantagem competitiva do modal ferroviário está no custo de fretes mais baixos no comparativo com as rodovias, mas devido à fragmentação dos trechos geridos por diferentes operadores, não há concorrência entre eles. No intuito de aumentar a competitividade no transporte ferroviário, está sendo proposto um novo modelo para as concessões, visando a entrada de novos usuários e a redução no custo do frete.

A malha ferroviária nacional, em 2010, chegou a 29.785 km, sendo que grande parte está concentrada nas regiões Sul, Sudeste e no litoral nordestino. O crescimento para os próximos anos se dará de forma a melhorar o escoamento da produção agrícola e mineral, ampliando o acesso aos portos, viabilizando trechos inoperantes por meio de conexões ferroviárias e expandindo o sistema em bitola de maior capacidade, sendo que a meta para o período do Plano é a construção de 4.546 km de vias.

O transporte ferroviário também necessita de maior integração com outros modais e também do país com os demais países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento. Em 2010, o modal movimentou 818.942 toneladas de carga entre exportações e importações com os países sulamericanos. Objetiva-se, com o Plano, perenizar instrumentos de análise, sob a ótica logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes, de modo a que o setor possa contribuir para a consecução das metas econômicas, sociais e ambientais do país, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Atualmente, os esforços concentram-se no transporte de cargas. Em 2010, foram transportados 435 milhões de toneladas de cargas, com previsão de atingir 530 milhões de toneladas em 2011. O índice Toneladas por Quilometro Útil Transportadas (TKU) é utilizado no modal ferroviário para representar sua produtividade, que é calculada multiplicando a carga útil transportada pela distância percorrida. De 1997 a 2010, a produtividade ferroviária cresceu 104%, chegando a 278 bilhões de TKUs no último ano. Aliado a esse crescimento, os empregos diretos e indiretos aumentaram 131%, atingindo 38 mil postos.

Outro importante ponto da política é o desenvolvimento do transporte interestadual de passageiros, que, no ano de 2010, respondeu por apenas 2% da matriz. O projeto de Trens de Alta Velocidade (TAV) pretende promover a implantação de modernas tecnologias, voltadas para o transporte de passageiros, de forma regular, em velocidades superiores a 250 km/h, interligando grandes centros metropolitanos tais como o de São Paulo/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR e Belo Horizonte/MG. Além dos TAVs, estão em andamento os projetos de Trens Regionais, que visam retomar o transporte ferroviário de passageiros em várias regiões do país, de forma regular, promovendo a integração e a mobilidade entre os municípios, contribuindo para o desenvolvimento regional nos trechos onde serão implantados.

Dessa forma, os esforços oriundos das ações descritas acima, aliados à manutenção contínua – assegurando condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência à infraestrutura ferroviária nacional –, constituem premissa fundamental no sentido de ampliar a capacidade de cargas e passageiros transportados e permitir a redução dos custos logísticos de transportes no país.

TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

A rede fluvial nacional, conforme dados do Ministério dos Transportes, tem cerca de 42.000 km de extensão. Dos 28.000 km navegáveis (60% na Bacia Amazônica), 13.000 km são utilizados economicamente e, destes, 9.785 km comercialmente.

Com relação ao ordenamento jurídico, a Constituição Federal define a competência da União de explorar, diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão os serviços de transporte aquaviário e os portos marítimos, fluviais ou lacustres. A Lei 12.379/11 dispõe sobre o SNV, apresentando o Sistema Federal de Viação e seus subsistemas, como o Aquaviário Federal, que compreende: vias navegáveis; portos marítimos e fluviais; eclusas e outros dispositivos de transposição de nível; interligações aquaviárias de bacias hidrográficas; e facilidades, instalações e estruturas destinadas à operação e à segurança da navegação aquaviária.

Por definição, via navegável é a superfície aquática que oferece condições naturais de navegabilidade. Ao receber implementações e intervenções que a viabilizam para o transporte aquaviário em grande escala, passa a se chamar hidrovía. Nesse sentido, os principais corredores hidroviários devem ter suas condições de navegabilidade garantidas em seus 9.785 km de extensão, por meio de sinalização, balizamento, limpeza e destocamento, dragagens de manutenção e aprofundamento e eliminação de pontos críticos. É importante também que se busque o fortalecimento dos eixos de integração e desenvolvimento por meio da conexão hidroviária desses corredores com países da América do Sul.

O transporte aquaviário de passageiros é uma das principais formas de locomoção na Região Norte do país. Essa região possui vasta malha hidrográfica interligando diversos municípios de difícil acesso rodoviário. Logo, o transporte fluvial é relevante para as comunidades locais e assume forte papel socioeconômico. Nesse sentido, está sendo proposto o desenvolvimento do transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte, por meio da implantação de 52 Instalações Portuárias Públicas.

Por outro lado, para a ocorrência da intermodalidade, a integração do sistema aquaviário com o terrestre é condição necessária. É importante que seja desenvolvida rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal, para que a transferência de carga ou de passageiros possa ser realizada. A localização adequada, a qualidade e operacionalidade dessas instalações são fundamentais para promover o transporte hidroviário.

Com relação à Copa de 2014, a adaptação do terminal de passageiros e das infraestruturas de acessos fluvial e terrestre do Porto de Manaus/AM será importante, pois acolherá a

demanda do turismo na região, melhorando a qualidade do atendimento ao embarque e desembarque, e à atracação de navios, de acordo com as ações de vigilância sanitária, alfândega e de segurança.

A interação com o setor elétrico se dá com a construção de usinas hidrelétricas nas vias navegáveis. Apesar de em alguns casos as usinas permitirem a navegação em trechos antes não navegáveis em função do lago formado pela represa, a hidrelétrica pode se tornar um obstáculo para a continuidade de navegação na hidrovia. Assim, a navegabilidade nos principais corredores hidroviários deve ser compatibilizada com a construção de novas hidrelétricas, no sentido de prever, simultaneamente, formas de transpor as barragens.

O desequilíbrio na participação do modo hidroviário na matriz de transportes é preocupante, especialmente em razão do crescimento de setores exportadores como o agronegócio e a mineração. Além de impactos significativos na redução da emissão de gases poluentes e na redução do custo de frete, o transporte hidroviário contribui para a redução do fluxo de caminhões nas rodovias, o que diminui os acidentes de trânsito e possibilita menores gastos com a manutenção dos corredores rodoviários. Além disso, o modo hidroviário exige menor aporte de recursos para implantação, viabilizando retorno mais rápido do investimento, com menores custos de manutenção. Nesse sentido, o PNLT propõe uma mudança de perfil para a matriz de transportes brasileira, com a participação do modal aquaviário (incluindo o transporte hidroviário, o marítimo e a cabotagem) sendo ampliada de 13% (em 2005) para 29% até 2025.

Uma peculiaridade do transporte hidroviário é a quantidade de atores envolvidos, cada qual com responsabilidades distintas, resultando numa interação entre as ações de cada agente que não é a mais eficiente. A importância de um trabalho em conjunto entre os atores, complementando as ações uns dos outros e evitando a sobreposição de tarefas, geraria para o setor mais agilidade e tempestividade para impulsionar o fortalecimento do modo hidroviário.

Ainda no intuito de estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário tornam-se necessários o desenvolvimento de estudos estruturantes, como por exemplo: o Plano Hidroviário Estratégico (PHE); o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH); o Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros; e o Plano de Corredores Hidroviários. Estes instrumentos têm como objetivo estruturar o planejamento dos corredores hidroviários visando nova abordagem para realização dos serviços de manutenção hidroviária, além de identificar a necessidade de implantação e ampliação de terminais de carga. Estão inclusos, dentre os estudos, a definição das classes e do comboio tipo para as hidrovias, bem como a determinação, por meio de indicadores econômicos, da viabilidade de se executar

investimentos de maior porte, tais como eclusas, retificações de curvas, grandes derrocamentos, alargamento de vãos de pontes, além de identificar potenciais de investimento para iniciativa privada.

Nesses termos, está evidenciada a necessidade de se expandir a infraestrutura logística de transporte nacional, assegurando uma maior participação do modo aquaviário no transporte de cargas, com vistas à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade dos produtos no mercado externo. Torna-se necessário então, desenvolver a navegação interior nacional, garantindo navegabilidade das hidrovias, com disponibilização à sociedade de informações necessárias a navegação, de modo a caracterizar o transporte hidroviário, por meio de um aproveitamento eficiente dos recursos hídricos e compatível com os demais usuários e interesses.

TRANSPORTE MARÍTIMO

O transporte marítimo é uma modalidade do transporte aquaviário que utiliza como vias os mares abertos, para mercadorias e passageiros, tendo sido o modal responsável por 94,4% do volume de exportações brasileiras em 2010. O sistema portuário cumpre importante papel no que diz respeito aos custos e à eficiência da logística de transportes do país, impactando diretamente na competitividade dos produtos nacionais no exterior.

Ainda com relação à competitividade, ressalta-se que o Brasil, apesar de constituir atualmente a oitava economia do mundo, ainda não oferece plenas condições de infraestrutura de transporte que possibilitem às empresas que aqui se instalam competirem internacionalmente.

O Brasil possui potencial para aumentar significativamente a produção e, consequentemente, as exportações nos próximos anos, galgando importantes saldos e fomentando o crescimento econômico. Contudo, o aproveitamento desse potencial depende de uma melhora expressiva na infraestrutura de transportes, incluindo os portos brasileiros, que, em razão do forte crescimento do fluxo de comércio exterior nos últimos anos, encontram-se saturados.

Atualmente, há 34 portos organizados sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Portos (SEP), dos quais 16 encontram-se delegados, concedidos ou tem sua operação autorizada aos governos estaduais e municipais, e outros 18 portos marítimos que são administrados diretamente pelas Companhias Docas – sociedades de economia mista que têm como acionista majoritário a União e são diretamente vinculadas à SEP.

A profundidade inadequada dos portos nacionais e o baixo nível de investimento em dragagens nas décadas anteriores são fatores limitadores do desenvolvimento do

transporte marítimo, visto que o acesso aquaviário a alguns portos só é possível para embarcações de pouco calado. Desta forma, busca-se assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros por meio da implantação do Programa Nacional de Dragagem Portuária (PND), que prevê intervir em 17 portos marítimos brasileiros nos próximos 4 anos.

Complementarmente, os sistemas portuários apresentam infraestruturas inadequadas, com terminais estratégicos concentradores e infraestruturas de armazenagem sofrendo sobrecarga em sua capacidade. Nesse sentido, deve-se ampliar a capacidade portuária por meio não só da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos, como também por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos. Além da implantação de novos portos marítimos, busca-se adequar a infraestrutura e a superestrutura de 21 portos marítimos brasileiros durante o período do PPA 2012-2015. Propõe-se ainda, em relação ao aumento de áreas para a armazenagem, fomentar a implantação de portos secos e zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas.

Outra atividade portuária relevante é a da indústria dos cruzeiros marítimos, que nos últimos 10 anos vem apresentando forte dinamismo, sendo o Brasil um dos líderes mundiais de crescimento do setor. A implantação de 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos visa tanto ao atendimento dessa crescente demanda, quanto à preparação dos portos brasileiros ao volume maior de cruzeiros proporcionado pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 e pelas Olimpíadas de 2016. A questão do turismo marítimo de passageiros traz em seu bojo a necessidade também de investir em uma melhor integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Questão muito relevante para o setor são os investimentos em sistemas de inteligência portuária, conjunto de ferramentas visando à otimização das operações, da segurança e do desempenho portuário – como a Gestão Portuária por Resultados (GPPR), o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) e o Sistema de Atendimento Portuário Unificado (Porto Sem Papel) – com o objetivo de reduzir os procedimentos burocráticos, dar mais celeridade à operação portuária e, ao mesmo tempo, adequar os processos logísticos portuários às normas internacionais de segurança da cadeia de suprimentos. Também será instituído um programa que visa estabelecer procedimentos para a regularização ambiental dos portos e terminais marítimos brasileiros, o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP), de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Outro eixo importante é o aprimoramento da gestão e a formulação de políticas para o setor. Com relação aos planos elaborados para subsidiar o desenvolvimento do modal, pode-se citar: o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC), que visa desenvolver a navegação realizada entre portos brasileiros, utilizando a via marítima ou a via marítima e

as interiores; o Plano Geral de Outorgas (PGO), que tem como objetivo apresentar áreas propícias à instalação de portos públicos e concentradores de terminais de uso privativo de cargas; o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), que contempla a análise do desempenho atual do setor, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão, e a definição do planejamento estratégico com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento; e o PNLT, que orienta decisões de investimentos para o setor, considerando não só a visão integrada do sistema portuário com os demais modos de transportes, mas também fatores como dinâmica produtiva e cadeias logísticas, fluxos de carga, infraestrutura existente, além do portfólio atual de projetos.

Desta forma, os objetivos expostos neste Programa visam tornar o sistema portuário marítimo e o transporte aquaviário brasileiro competitivos frente ao mercado internacional e sustentáveis ambientalmente, por meio do aumento da capacidade de movimentação de cargas e passageiros nos portos, da ampliação do transporte de cabotagem, da redução dos custos de movimentação portuária, e da simplificação dos procedimentos administrativos e fiscais de desembaraço de mercadorias.

AVIAÇÃO CIVIL

O transporte aéreo desempenhou, ao longo do século XX, um importante papel no desenvolvimento econômico e social brasileiro ao proporcionar a redução do custo e do tempo de deslocamento de pessoas e mercadorias, e, conseqüentemente, contribuiu para a geração de novas oportunidades de negócios, empregos e renda, mesmo em regiões antes pouco acessíveis por vias terrestres ou aquáticas.

Nesse contexto, a atuação do Estado por meio de políticas públicas como o controle de tarifas, de capacidade e de rotas – especialmente a partir da década de 1960 –, bem como os investimentos públicos em infraestrutura aeroportuária e de navegação aérea civil ajudaram a consolidar o transporte aéreo como instrumento essencial para o objetivo de integração nacional. O transporte aéreo deve ser visto, portanto, não apenas como um vetor para integração de regiões pouco acessíveis no Brasil, mas, principalmente, como elemento de transformação da dinâmica produtiva do país.

Nesse sentido, a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, estabelece como principal propósito “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sulamericano e mundial”. A PNAC constitui-se como a principal política setorial da aviação civil e traz um conjunto

de objetivos distribuídos em questões que abrangem a segurança do transporte aéreo, a prestação do serviço adequado, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor, bem como o desenvolvimento e a eficiência da aviação civil.

O transporte aéreo regular de passageiros no Brasil apresentou índices expressivos de crescimento a partir de 2000, especialmente em seu segmento doméstico. Em 2010, a demanda total alcançou 93,7 bilhões de passageiros-quilômetro transportados. Porém, esse mercado doméstico de transporte aéreo regular de passageiros ainda apresenta pouca concorrência. Duas companhias aéreas responderam por 82,3% do total de passageiros-quilômetro transportados no último ano.

Vários motivos justificam o crescimento da demanda, tais como a redução do preço das passagens aéreas (em algumas rotas o transporte aéreo apresenta hoje um custo inferior ao do transporte rodoviário), o aumento da renda média dos brasileiros e a ampliação da oferta de crédito. Para o crescimento sustentado do setor, a expansão da oferta de serviços e da infraestrutura aeroportuária representa o principal desafio. Dessa forma, objetiva-se aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Importante ressaltar que essa infraestrutura nem sempre está distribuída de acordo com o território, ou com a circulação de passageiros. Os aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) na Região Sudeste do país receberam, em 2010, cerca de 51,9% do total de passageiros movimentados, que equivale a 80,6 milhões de pessoas. Já em termos de infraestrutura, a mesma região possui 199 dos 726 aeródromos públicos brasileiros - 27,4% do total. Em contraposição, a Região Norte, a despeito de sua área de 3,85 milhões de quilômetros quadrados (45,3% do território nacional) possui apenas 132 aeródromos públicos (18,2% do total), e recebeu apenas 5,5% do movimento total, equivalente a 8,5 milhões de passageiros.

No intuito de viabilizar investimentos, o Governo Federal estuda alternativas de inclusão do setor privado na gestão e financiamento do setor aéreo, com o objetivo de atrair novas fontes de recursos que proporcionem ganhos de eficiência na operação dos aeroportos. Neste sentido, destacam-se as alternativas de concessão comum (como a realizada no Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN – ASGA) e as parcerias público-privadas. Estas novas fontes de financiamento, provenientes do setor privado, serão importantes para preparar os aeroportos para dois eventos que o Brasil irá sediar: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas, em 2016, no Rio de Janeiro.

Em termos de malha aérea doméstica, há uma forte concentração de rotas regulares de passageiros ao longo do litoral brasileiro, onde se concentra a maior parte da população do país. Vale destacar ainda, o papel dos aeroportos de São Paulo - Congonhas e

Guarulhos - como principais pontos de origem e destino das rotas de maior densidade de tráfego, bem como o de Brasília para a distribuição de voos entre as Regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste. Por isso, um dos principais eixos do Programa é a expansão da oferta de transporte aéreo regular (incorporação de novos aeroportos e novas rotas) – ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, e aumentar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Além do crescimento da aviação civil brasileira, e da crescente utilização do espaço aéreo, é esperado um aumento do movimento de aeronaves no Brasil de, em média, 5% ao ano. Esses fatos exigem que esse espaço seja gerenciado de forma segura e eficiente, por meio do emprego das mais modernas tecnologias, visando aumentar a sua capacidade, e assim acomodar um número crescente do tráfego aéreo, mantendo níveis idênticos ou superiores de segurança e eficiência, favorecendo a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos.

O Programa estabelece, portanto, objetivos, metas e iniciativas voltadas para o desenvolvimento da Aviação Civil, por meio da coordenação de ações que viabilizem a adequação da capacidade das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica à expansão do transporte aéreo regular de passageiros e carga de forma segura. Ademais, busca-se ampliar a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita, bem como, desenvolver a aviação civil mediante a formulação de políticas, o planejamento e a coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

ENERGIA ELÉTRICA

O Brasil, que junto com outros países emergentes deverá liderar o crescimento mundial, precisará ampliar sua oferta interna de energia elétrica.

Em janeiro de 2011 o país possuía um total de 2.339 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, com 113 GW de potência instalada, e aproximadamente 100.000 km de linhas de transmissão no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Considerando os cenários macroeconômicos de referência, as projeções demográficas e as premissas setoriais, o Plano Decenal de Energia (PDE 2020) projeta a expansão do consumo total de eletricidade de 479 TWh, em 2011, para 581 TWh, em 2015, considerando um crescimento médio do PIB de 5,0% ao ano. Desta forma, o parque gerador nacional deverá atingir aproximadamente 140 GW de capacidade instalada em 2015.

Uma importante escolha para o setor diz respeito a quais fontes priorizar para atender ao crescimento do consumo de energia elétrica e, para tanto, faz-se necessário considerar questões como a disponibilidade da fonte primária, os impactos socioambientais, o custo da energia e o domínio tecnológico dos processos.

Sendo o Brasil um país que dispõe de grande potencial de fontes renováveis, estas são consideradas como candidatas prioritárias no plano de expansão da geração de energia elétrica. Essa escolha torna-se ainda mais oportuna na medida em que as fontes renováveis apresentam preços de geração de energia bastante competitivos, com destaque para os resultados apresentados pela energia eólica nos últimos leilões de 2010. No período entre 2012 e 2015 existe a previsão de adição à capacidade instalada nacional de geração de energia de 10,3 GW, a partir da fonte hídrica, 3,7 GW, a partir da fonte eólica e 1,7 GW, a partir da fonte térmica.

A promoção da modicidade tarifária, ou seja, do menor custo possível ao consumidor, continuará em pauta. Essa é uma das bases do setor elétrico. Desta forma, será dado seguimento à realização de estudos de inventário e viabilidade para a determinação de novos empreendimentos e à realização de leilões para a obtenção dos menores preços de geração e transmissão.

Para que os agentes de mercado tenham livre acesso à rede, possibilitando um ambiente propício para a competição na geração e na comercialização de energia elétrica, a expansão da transmissão deve ser estabelecida de forma suficientemente robusta. A tabela a seguir apresenta as projeções de expansão do SIN. Dois pontos merecem ser evidenciados quanto à expansão da transmissão no período 2012-2015: a adequação do SIN aos fluxos de energia interregionais e as medidas para a integração ao SIN de todos os estados brasileiros e dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica.

Tabela 22. Estimativa da evolução física do sistema de transmissão

SIN: Estimativa da evolução física do sistema de transmissão - Linhas de transmissão (km)							
Tensão	750 kV	±600 kV	500 kV	440 kV	345 kV	230 kV	TOTAL
Existente em 2010*	2.698	1.612	34.190	6.809	9.991	44.349	99.649
Período 2011-2015	-	7.050	15.474	9	252	9.512	32.297
Período 2016-2020	-	3.750	6.176	-	-	330	10.256
Total 2011-2020	-	10.800	21.650	9	252	9.842	42.553
Estimativa 2020	2.698	12.412	55.840	6.818	10.243	54.191	142.202

Nota: * Inclui linhas em fase de implantação com previsão de energização até dez/2010
Fonte: EPE 2011

Em termos de acesso à energia elétrica, em 2009, de acordo com a PNAD, o serviço chegava a 99,9% dos domicílios urbanos e a 93,6% dos domicílios rurais. Os objetivos do Programa abordam a universalização, pois expandir o acesso à energia elétrica, especialmente na área rural, contribui não só para a qualidade de vida dessa população

e para a inclusão social, mas, também, para a adoção de novas técnicas produtivas possíveis com a eletricidade.

Neste sentido, merece destaque o Programa Luz para Todos, que objetiva incluir, no período 2012-2015, 495.000 domicílios rurais com energia elétrica, incluindo indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e famílias contempladas no Programa Brasil Sem Miséria. Tanto a universalização do acesso quanto o acesso seguro estão em pauta. Ligações clandestinas colocam em risco a segurança dos usuários, a segurança do sistema e oneram os usuários regulares.

Do lado do consumo, a evolução tecnológica revelou que o mesmo “serviço de energia” (iluminação, força motriz, aquecimento, condicionamento de ambientes e equipamentos eletroeletrônicos) poderia ser proporcionado com menor consumo energético, repercutindo econômica, ambiental, social e culturalmente. A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica também é tratada no PPA 2012-2015, pois além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade. A meta do período do PPA é conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação.

Em termos de qualidade do serviço de energia elétrica, a fiscalização eficaz e o avanço regulatório serão a linha de atuação governamental. Pretende-se reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) para 14 horas por ano e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) para 10 vezes por ano.

COMBUSTÍVEIS

Há um crescente esforço mundial direcionado ao desenvolvimento de tecnologias que viabilizem o uso de fontes energéticas alternativas, mais limpas e sustentáveis. O Brasil é país de destaque nesse contexto, visto que possui hoje uma das matrizes energéticas mais limpas e equilibradas comparativamente aos demais países.

É crescente a participação dos combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, alavancada, dentre outros, pelos investimentos em veículos flex-fuel e pela obrigatoriedade de adição de etanol anidro à gasolina e de biodiesel ao óleo diesel.

Para que os biocombustíveis aumentem ainda mais a sua participação é necessária a ampliação das pesquisas, do desenvolvimento e da inovação nas áreas agrícola e industrial da cadeia produtiva, na tecnologia de motores, na produção agrícola e na logística

do produto. Além disso, é preciso que os biocombustíveis possuam competitividade econômica, social e ambiental em relação aos combustíveis fósseis.

Para que o mercado mundial de etanol se consolide é importante transformá-lo em commodity. Nesse sentido, merece destaque a agenda diplomática brasileira para a promoção do etanol no cenário internacional, caracterizando-o como um combustível economicamente competitivo e com diversas externalidades positivas nos campos social e ambiental.

Ainda no que se refere aos biocombustíveis, vale salientar que a cadeia produtiva do biodiesel tem sido um dos instrumentos do Governo Federal para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento regional. Esses são os princípios orientadores básicos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Hoje, mais de 100 mil agricultores familiares estão incluídos no programa, fornecendo matérias-primas às usinas produtoras de biodiesel. A meta é ter, até 2015, 200 mil famílias participando da cadeia produtiva do biodiesel.

No que se refere aos derivados de petróleo, existem hoje no Brasil 12 refinarias da Petrobras, 3 refinarias privadas e uma em que a Petrobras possui participação não majoritária. Projetadas a seu tempo para refinar petróleo leve importado e para produzir gasolina em larga escala, a maior parte das refinarias brasileiras está sendo modernizada, de modo a permitir o processamento do petróleo pesado nacional e a maximizar a produção de derivados leves. As modernizações ainda visam à melhoria da qualidade dos combustíveis, de forma a atender exigências ambientais e de saúde humana.

O Programa abrange os esforços desenvolvidos pelo governo e pela indústria para o controle da poluição atmosférica de modo a promover a melhoria da qualidade ambiental. Nesse sentido, a proporção de enxofre no óleo diesel e na gasolina será reduzida. A partir de 2014, o óleo diesel S-1800 será substituído pelo diesel S-500 (teor de 500 partes por milhão - ppm de enxofre), a ser usado em veículos de fabricação até 2012; já o diesel S-50 será substituído, a partir de 2013, pelo diesel S-10, a ser usado em veículos cuja fabricação seja posterior a 2012. No que se refere à gasolina, o teor de enxofre reduzirá de 1.000 para 50 ppm até 2014.

A meta de expansão da capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno prevê processar 2.205 bpd, produzir 30.000 m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 62.000 m³/dia de gasolina, 152.000 m³/dia de óleo diesel, 21.000 m³/dia de Querosene de Aviação (QAV).

As oportunidades oriundas das demandas de transporte de petróleo e derivados têm estimulado a indústria nacional. O Programa de Modernização e Expansão da Frota

(Promef) prevê a aquisição de 49 navios a serem produzidos no Brasil para transporte de petróleo, produtos claros e escuros e gases liquefeitos.

Outro ponto importante relaciona-se à eficiência energética no consumo de combustíveis. Nesse sentido, o Programa visa elevar para 50% o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), evitar o consumo de óleo diesel em 650 milhões de litros por meio de ações de eficiência energética e atingir um Índice de Conformidade de combustíveis superior a 96%.

Por fim, as questões relacionadas à garantia do fornecimento de combustíveis e à proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos são pontos importantes da Política Energética Nacional. Para tanto, destacam-se as atividades de fiscalização e de regulação do setor, com o intuito de assegurar a qualidade e a melhoria do índice de conformidade de combustíveis.

PETRÓLEO E GÁS

O setor de Petróleo e Gás Natural compreende mais do que recursos minerais aproveitáveis, elementos geradores de renda, riqueza ou motores de uma indústria complexa. Relaciona-se à construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento a partir do aproveitamento dos mesmos com ênfase no equilíbrio econômico do território, na geração de benefícios para todas as gerações de brasileiros (presentes e futuras), no impacto em outras indústrias e na inserção competitiva brasileira na economia global.

Isso parte de escolhas de Estado, escolhas sobre produzir ou não, com que velocidade, no presente ou no futuro, a que preço, por quais meios, com que agregação de valor, distribuída de que forma no território e em benefício de quem. Nesse sentido, as compensações financeiras vigentes pela exploração de Petróleo e Gás, que incluem os royalties e as participações especiais, cumprem apenas parte do propósito do aproveitamento sustentável dos recursos, destinando-se aos entes federados produtores e à União, bem como aos demais entes federados por meio do fundo especial. Há, portanto, um caminho a perseguir para que as escolhas públicas de aproveitamento dos recursos minerais se traduzam em novas políticas públicas que tenham o território como base e se preocupem em organizar a atividade de modo a gerar novas economias e estruturas produtivas que beneficiem as gerações atuais e futuras.

O Brasil deve entrar, até 2020, no rol dos cinco países detentores das maiores reservas. Apenas com a incorporação das reservas já concedidas do Pré-Sal, que correspondem a

apenas 28% da área do mesmo, o país deverá somar algo entre 35 e 40 bilhões de barris em reservas. Considerando-se que 72% da área do Pré-Sal ainda não foi concedida, e que esta, segundo estimativas, pode acrescentar outros 40 bilhões de barris às reservas brasileiras, o país se aproximaria de grandes produtores como a Rússia, a Venezuela, os Emirados Árabes Unidos, o Irã e o Iraque. Essa proeminência é de se destacar, dada sua importância econômica, as oportunidades que dela derivam e o contexto internacional que, à exceção do Brasil, não revela novas grandes descobertas e convive com o declínio da produção.

Cenários construídos pela Agência Internacional de Energia demonstram que a adição de capacidade requerida para fazer frente à demanda mundial deve ser da ordem de 55 a 65 milhões de barris/dia no horizonte 2020, e projeções mais recentes, apresentadas pela Petrobras, estimam que a adição de capacidade requerida até 2020 seja da ordem de 38 milhões de barris/dia. Qualquer que seja a projeção, o cenário que se desenha é o de uma demanda mundial que precisará ser suprida pela geração de novos depósitos de classe mundial, por novas tecnologias, pela recuperação de campos existentes e pela entrada em produção de campos até então inviáveis economicamente.

Nesse contexto, o Brasil assume posição privilegiada como produtor e como grande possuidor de reservas e de uma vasta fronteira exploratória. Especialmente pelo desenvolvimento dos projetos do Pré-Sal, a Petrobras, em 2015, poderá se tornar a segunda maior petrolífera do mundo, estimando-se uma produção de 3,99 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

Para tanto, o programa de investimentos da Estatal ultrapassa a casa dos US\$ 224 bilhões para o período 2011-2015. O que está em curso é uma estratégia de expansão da exploração e do desenvolvimento da produção, onde se concentram as maiores margens de retorno, especialmente nas áreas do Pré-Sal e da cessão onerosa que, juntas, concentrarão 32% do investimento em exploração e 52% dos investimentos em desenvolvimento da produção no período. Também serão realizados esforços em empreendimentos com vistas à agregação de valor e à diversificação do portfólio dos investimentos, nos casos em que o retorno supere o custo de oportunidade do investimento.

Esse programa de investimentos se concentra, sobretudo, em mar, sendo grandes os desafios para difusão dos investimentos em terra e com interesse no desenvolvimento equilibrado do território, para além da expansão das malhas dutoviárias de transporte e distribuição e das refinarias presentes na costa.

O Brasil, segundo o marco regulatório vigente, adota o regime de concessão, que continuará a valer para as áreas comuns, das quais menos de 10% do território emerso

brasileiro foi licitado. Para as reservas do Pré-Sal e Áreas Estratégicas, o país adota um novo marco regulatório, onde se inclui o regime para a partilha de produção, que valerá para as áreas ainda não concedidas do Pré-Sal, a fim de reverter para o Estado uma parcela maior do retorno da atividade. Para essas áreas há baixo risco exploratório. Há também a necessidade de aplicar seus rendimentos em investimentos que deem maior retorno à sociedade e cumpram a chamada justiça intergeracional.

O novo marco regulatório do setor do Petróleo e Gás será de especial importância para o equilíbrio de seus benefícios a todos os brasileiros, detentores originários da riqueza, uma vez que os recursos que cabem à União serão destinados ao Fundo Social, cujos rendimentos possibilitarão investimentos em todas as unidades da Federação.

Dentre as principais metas do Programa estão: a ampliação do conhecimento geológico, visando disponibilizar novas áreas segundo seu risco exploratório; a definição de um plano de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha e de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento; a identificação de novas acumulações de petróleo e gás em terra e mar; o aumento da produção de petróleo e da participação da oferta nacional no mercado de gás natural; a elevação dos índices de conteúdo local nos contratos de exploração e produção; a formação de polos empresariais, produtivos e tecnológicos com interesse territorial, no desenvolvimento da cadeia de fornecedores e na sustentabilidade sócioambiental; e a conclusão de estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros.

GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL

O trato dos minerais envolve diversas áreas do conhecimento e da atividade humana. A partir de suas cadeias produtivas e de agregação de valor, os minerais adquirem forma nas infraestruturas, na indústria, na agricultura, na construção civil e na habitação.

Nas próximas décadas haverá uma pressão sem precedentes sobre os recursos minerais. Em um cenário de expansão média anual de 2,5 a 3% do PIB mundial, com a população podendo chegar a nove bilhões de habitantes em 2050, com longevidade cada vez maior e padrões de consumo mais elevados, estima-se que, de 2009 até 2050, a humanidade consumirá três vezes mais minerais do que já consumiu até 2009 e duas vezes mais recursos do que pode gerar por ano (Vision 2050, World Business Council for Sustainable Development - WBCSD, 2010).

Com essas expectativas, ficam claras as oportunidades que o setor mineral cria para o Brasil. Fica evidente também a necessidade de serem desenhadas uma nova estratégia de inserção no mercado global, uma nova estratégia nacional de desenvolvimento alicerçada em base mineral e uma nova distribuição dos benefícios pela sociedade. Essas estratégias devem levar em conta a rigidez locacional das jazidas, o rompimento desta rigidez pela transformação mineral e pela logística, as necessidades de tecnologia, financiamento e garantias e a mobilização dos recursos, no sentido de que tudo isso ocorra de modo a promover o desenvolvimento equilibrado do território, a sua rede de cidades e a consolidação de polos estratégicos, novos ou existentes.

Conforme dados da Sinopse Mineral 2010 (ano base 2009) do Ministério de Minas e Energia, a Mineração e Transformação Mineral no Brasil (M & TM) representou 14,7% do PIB industrial e 3,1% do PIB brasileiro, consumiu 30% da energia da indústria e 15% da energia do Brasil e exportou 20,1% do total brasileiro, contribuindo para o saldo comercial em 56,7%. Apesar disso, as exportações brasileiras do setor mineral se concentram em *commodities*, com destaque para o ferro, do qual o país possui 10% das reservas mundiais (5º maior possuidor), mas produz 16% da produção mineral mundial (2º maior produtor).

Por milhão de toneladas, a siderurgia emprega de 20 a 40 vezes mais do que a mineração e pode produzir um faturamento 20 vezes maior, evidenciando como, a partir de um mesmo bem mineral, pode-se arranjar estruturas produtivas com impactos diferenciados no território. Nesse sentido, o Programa buscará o desenvolvimento de mecanismos de estímulo à agregação de valor e à ampliação da produção mineral com sustentabilidade e eficiência ecológica.

A pequena mineração representa 73% das empresas ativas de mineração, sendo responsável por cerca de 25% do total de empregos formais da atividade. Esse segmento lida com materiais como argila, pedra e gesso, associados a grandes movimentações de terra e à economia da construção civil, que no Brasil cresce a dois dígitos por ano. Por isso, o Programa aborda a ampliação da formalização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas do setor mineral. Está prevista a consolidação de 60 cooperativas, associações e distritos mineiros, a organização e desenvolvimento de 42 Arranjos Produtivos Locais (APLs) e a consolidação de 56 APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral.

O ponto de partida para uma melhor governança sobre os recursos minerais dá-se pelo conhecimento geológico que serve de base para o planejamento econômico e territorial. O território é amplo, envolvendo os conceitos de terra e mar. O território emerso brasileiro hoje tem 8.514.876,6 km². Somando-se a ele a Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) - que abrange o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a extensão da

plataforma continental solicitada à ONU, com área de 4,5 milhões de km² - tem-se, aproximadamente, um total de 13 milhões de km² (Plano Nacional de Mineração 2030, MME, 2011). Deste total, apenas 13,3% são conhecidos na escala 1:100.000, adequada para revelar novos potenciais. Os levantamentos geológicos e das províncias minerais, bem como pesquisas do potencial dos fundos marinhos em águas internacionais, estão entre as iniciativas para os próximos quatro anos. Somente na escala 1:100.000 estão previstos aproximadamente 600 mil km² de levantamento geológicos, que também ocorrerão nas escalas 1:50.000 e 1:250.000.

A tecnologia é fundamental para o desenvolvimento da mineração e da transformação mineral e para sua irradiação a outros setores, como o de máquinas e equipamentos. Pode-se reduzir a pressão importadora, dinamizar a indústria de fornecimento local e permitir a exploração de potenciais que até então eram econômica ou ambientalmente inviáveis. O desenvolvimento tecnológico e de mecanismos financeiros representa oportunidades que podem ser estruturadas a partir da mineração e transformação mineral, criando uma economia para além dela, a ponto de sustentarem uma macrorregião ou país mesmo quando a mineração deixar de ser economicamente viável. Nesse sentido, estão entre as metas do Programa a realização de estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral e a implantação de rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) ainda não atinge os valores esperados para a promoção de justiça intergeracional pela exploração dos recursos minerais, que são bens da União e, portanto, de todos os brasileiros. Assim, está em curso um novo marco regulatório que prevê a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, uma alteração na CFEM e medidas para dinamizar as áreas exploratórias, para criação de áreas especiais e para o procedimento licitatório para as mesmas.

OFERTA DE ÁGUA

A definição das escolhas para o Programa Temático Oferta de Água fundamentou-se na universalização do acesso à água e na promoção da saúde pública, tendo em vista a busca prioritária da erradicação da miséria e, ainda, a necessidade de assegurar a oferta de água para a indução do desenvolvimento econômico.

Pretende-se, a partir dessas bases, a implementação de uma política nacional de infraestrutura hídrica que contribua para dirimir disparidades regionais, sejam elas sociais e econômicas ou de disponibilidade de água.

Um importante parâmetro a ser utilizado no direcionamento da atuação pública é a relação entre demanda e oferta de água. As relações mais desfavoráveis concentram-se na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais e nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

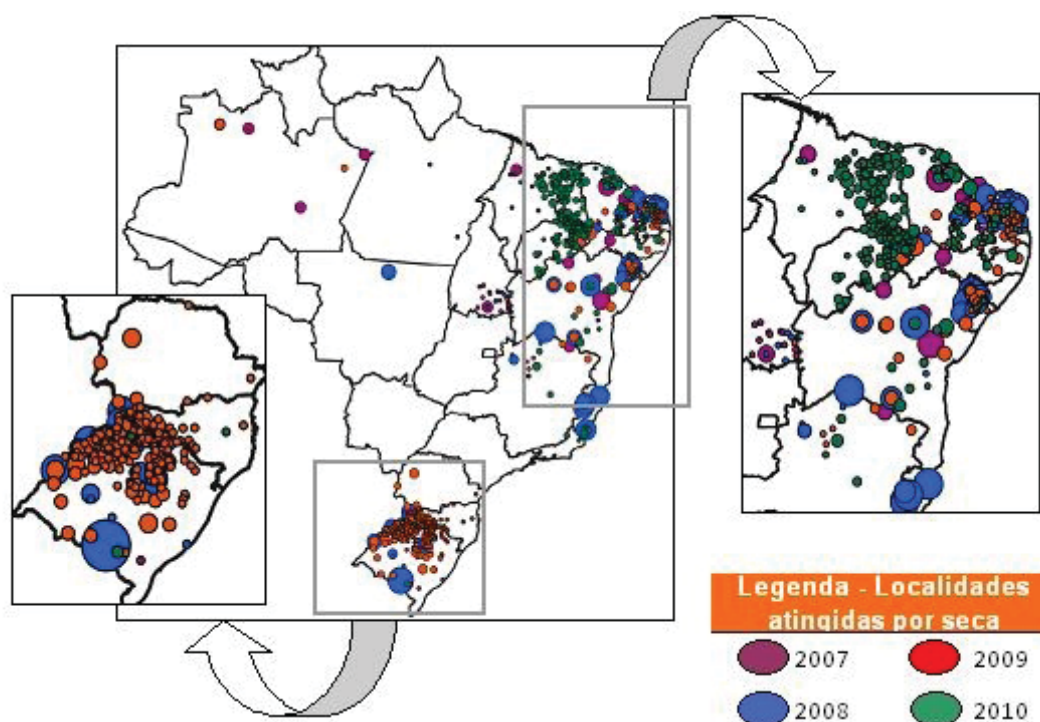
Mapa 12 – Relação entre a demanda e disponibilidade hídrica no Brasil



(Fonte: ANA, 2009)

Outro importante parâmetro a ser utilizado é o mapeamento das ocorrências de seca no país. O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública devido a desastres naturais é realizado pelo poder executivo federal e dá-se mediante requerimento do ente afetado, seja ele poder executivo municipal, estadual ou distrital. No mapa 13 abaixo são destacadas as localidades onde foram reconhecidas situações de emergência devido à seca e à estiagem entre os anos de 2007 e 2010. O tamanho do ponto nos mapas é proporcional ao número de afetados. Observa-se uma concentração dos registros e a recorrência dos fenômenos no estado do Rio Grande do Sul, na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais, com casos isolados em 2007, na Região Norte e 2008, no estado do Espírito Santo.

Mapa 13 – Mapeamento das ocorrências de seca reconhecidas pelo Ministério da Integração



Fonte: Defesa Civil (2007-2010). Elaboração: SPI (2011)

O Programa Oferta de Água baseou-se em dois eixos para o incremento da oferta hídrica, considerando as necessidades destacadas e as oportunidades de desenvolvimento: a execução de obras de captação, adução e reservação nas regiões com déficit hídrico e a recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas, pois, além da expansão, faz-se necessário conservar a infraestrutura existente.

No período 2012-2015 serão elaborados o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica e os marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, construídas infraestruturas hídricas que regularizarão a oferta de água para os sistemas de abastecimento de 297 municípios e revitalizadas infraestrutura existentes, com destaque para as que receberão as águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF). Com o PISF, o Governo Federal busca disponibilizar água para a população de uma das áreas de maior déficit hídrico do país. A conclusão dos maiores trechos do PISF, incluídos no PAC, está prevista para 2015 e, até lá, serão desenvolvidos os arranjos institucionais para a gestão das águas, de forma a otimizar sua utilização.

Para proporcionar o acesso à água em quantidade e qualidade, a política pública de oferta de água é complementar às políticas de conservação e gestão dos recursos hídricos e de saneamento básico, presentes em outros Programas do PPA.

GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

O homem vem intensificando alterações no meio ambiente a fim de moldar o meio físico às suas necessidades e usos. Tais alterações provocam perturbações no equilíbrio dos sistemas naturais, resultando em situações de vulnerabilidade que podem provocar desastres. No Brasil, a ocorrência e a intensidade dos desastres naturais dependem mais do grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas do que da magnitude dos eventos adversos. Os desastres naturais mais frequentes no país são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais.

O processo de urbanização do país, que se acelerou intensamente a partir da década de 1950, não foi acompanhado de políticas de desenvolvimento urbano que se preocupassem em prover moradia digna para toda a população. Sem condições de adquirir no mercado legal uma residência, importantes parcelas da população mais pobre ocuparam aqueles terrenos menos valorizados em função de restrições à ocupação legal, seja devido à situação de risco potencial, seja devido à necessidade de preservação ambiental. Assim os assentamentos precários implantaram-se e expandiram-se, com ocupação de áreas de elevada declividade e margens de rios, gerando um quadro urbano de vulnerabilidade a deslizamentos de encostas, inundações e enxurradas.

Revelam-se, desse modo, situações em que políticas públicas municipais, estaduais e federais devem ser intensificadas a fim de reduzir o grau de vulnerabilidade das comunidades frente a estes fenômenos, já que são os que mais provocam danos humanos e materiais. Esses eventos estão no foco da atuação preventiva do Programa Temático Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, que também aborda a preparação para a resposta e a atuação quando os desastres ocorrerem. A atuação preventiva para outros desastres, como os causados por secas, estiagens e epidemias, são tratados de forma específica em outros Programas Temáticos do PPA 2012-2015.

No que diz respeito às inundações e enxurradas, é importante destacar sua relação com as ocupações nas cidades que, em sua maioria, se deram em áreas ribeirinhas, principalmente nos lugares em que a frequência de enchentes era mais baixa. Porém, com o expressivo aumento da superfície urbana impermeabilizada, provocado pelas ocupações, e sua contribuição para o aumento da área de enchente, houve o aumento da frequência e a intensificação das inundações gerando, desse modo, danos a essas populações. Colabora ainda com o problema a alteração na cobertura vegetal em áreas rurais, que acarreta a modificação da dinâmica das águas na bacia hidrográfica, impactando os rios quanto à quantidade e a qualidade da água e ainda provocando assoreamento.

Quanto aos deslizamentos, o aumento de ocorrências de desastres é, em sua maioria, derivado da ocupação inadequada de áreas de risco geológico potencial. A ocupação de

áreas íngremes por assentamentos precários, caracterizados pela ausência de infraestrutura urbana, a execução de cortes e aterros instáveis, os depósitos de lixo nas encostas e a vulnerabilidade das construções, potencializam a fragilidade natural dos terrenos, o que resulta em áreas de risco sujeitas a deslizamentos, principalmente nos períodos chuvosos mais intensos e prolongados. Contudo, os bairros legalmente implantados também estão sujeitos a desastres associados a deslizamentos, pois o conhecimento do comportamento do meio físico ainda não foi adequadamente incorporado aos planos diretores, às leis de uso e ocupação do solo ou ao processo de licenciamento dos novos parcelamentos urbanos.

Os objetivos do Programa tratam da ampliação do conhecimento público sobre as áreas de risco nos municípios mais críticos, por meio do mapeamento da suscetibilidade geológica-geotécnica aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas; do mapeamento de riscos nas áreas ocupadas; da definição de diretrizes para a ocupação urbana segura; e do monitoramento para reduzir a ocupação de áreas de maior fragilidade natural.

Será implantado o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e, até 2015, 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa e 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas terão monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade. Esse será o sistema central de monitoramento, previsão e alerta de desastres naturais. Esse sistema fará uso de tecnologias modernas e terá capacidade de monitoramento ininterrupto. Ele será capaz de incorporar e processar informações de diversas fontes, a exemplo da rede de radares meteorológicos, da rede nacional hidrometeorológica, de imagens de sensores remotos e da rede nacional de sismógrafos, produzindo a informação que permita alertar sobre a probabilidade de ocorrência de desastres e viabilizar a ação preventiva dos órgãos de defesa civil e da sociedade.

Quanto ao sistema nacional de defesa civil, se induzirá a atuação em rede do sistema, fortalecendo os órgãos municipais, estaduais e regionais de defesa civil. Está prevista a capacitação de 4.500 pessoas em atividades de defesa civil, a implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios e a modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres.

As intervenções de caráter preventivo serão continuadas e ampliadas, como a implantação de sistemas de manejo das águas pluviais, a implantação de parques, bosques e áreas de lazer em regiões de grande suscetibilidade a inundações rápidas e enxurradas, a execução de obras de estabilização e contenção de encostas e a remoção criteriosa de moradias em áreas de risco.

COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

A área das comunicações vem passando por uma verdadeira revolução, cujos efeitos permeiam todas as esferas da atividade humana, moldando as relações sociais, o avanço industrial, a ciência e a tecnologia. Nesse contexto, os setores da comunicação se mostram estratégicos e importantes para o desenvolvimento do país.

No Brasil, a maioria dos serviços de comunicações é prestada pelo setor privado, à exceção dos principais serviços postais, que são monopólio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Três saltos evolutivos se verificaram no setor de comunicações desde a década de 1970. No primeiro deles, o Brasil passou a ser dotado de rede satelital própria, o que propiciou a integração dos grandes troncos de comunicação nacionais e desenvolveu sólida política produtiva e tecnológica no setor. Na transição do século XX para o XXI, com a mudança do modelo no setor, o segundo salto se deu na área de telefonia, com forte expansão da telefonia fixa e da telefonia móvel. No horizonte de 2012-2015, o salto necessário diz respeito à ampliação das redes de banda larga no país, à convergência de mídias, que une as diferentes mídias de áudio, vídeo e texto, ao uso massificado dessas redes através da política de Inclusão Digital, sendo esses os principais desafios do Programa.

Estão entre as metas: o atendimento de todas as escolas públicas rurais com Internet banda larga; a oferta de banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como o atendimento aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos, notadamente a estabilidade na largura de banda oferecida e no fornecimento do serviço.

Outra meta relevante é chegar a 40 milhões de domicílios com internet banda larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e atingir 70% da população fazendo uso da internet (seja em casa, no trabalho, ou em telecentros e outros pontos de acesso), levando em consideração desigualdades regionais e com foco no atendimento das classes de menor poder aquisitivo.

Considera-se a necessidade de aperfeiçoamento do marco regulatório, de forma a aumentar a competição na prestação dos serviços, a avançar na universalização, a alcançar melhor qualidade e preços menores na prestação desses serviços e a permitir um ambiente regulatório propício à convergência das mídias digitais e da infraestrutura de redes para o transporte desses conteúdos.

No que concerne à competição, percebe-se que ainda hoje existem fortes barreiras à entrada de novas empresas no setor, principalmente devido à dificuldade do acesso delas à infraestrutura de rede no atacado. No caso da universalização, há necessidade de expandir os serviços para atender a população de modo geral e populações específicas, como a rural, quilombolas, ribeirinhas e outras de localização remota, o que depende de novas outorgas, do uso de novas tecnologias já disponíveis e mudanças na regulação dos preços que permitam a redução das tarifas, tanto na telefonia fixa quanto na móvel.

Em relação à política produtiva e tecnológica, o momento é de aproveitar as oportunidades geradas pelos investimentos decorrentes do PNBL e dos grandes eventos esportivos para elevar o grau de internalização da produção tecnológica dos bens de capital e dos bens de consumo utilizados nas operações de telecomunicações visando reequilibrar a balança comercial desses bens. Para tanto, sobressai a importância do incentivo à inovação por meio de ações contínuas e sistemáticas de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos.

No Brasil, a maioria dos serviços de telecomunicações é prestada pelo setor privado e, por diversas razões, a oferta diversificada de serviços é restrita aos grandes centros urbanos e a algumas cidades-polo. As regiões periféricas e mais remotas permanecem com a cobertura de apenas um ou nenhum operador. Diante disso, os desafios que se apresentam não são pequenos.

Embora haja êxito nas metas de universalização da telefonia fixa, ainda há significativa parcela da população desatendida, particularmente nas áreas rurais e nas pequenas localidades, e os serviços ainda são oferecidos a preços altos. Assim, as principais metas nesse segmento são instalar telefone de uso público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas em área rural, ofertar o acesso telefonia fixa na área rural, atender os pedidos de instalação de telefone de uso público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, nos assentamentos de trabalhadores rurais e nas aldeias indígenas e perseguir a diminuição dos preços do serviço com aumento de qualidade.

A comunicação pela telefonia celular, por sua vez, já apresenta grande penetração no mercado, larga cobertura do serviço no território e aparente competição entre as operadoras, que deve ser estimulada. Contudo, esses aspectos não têm garantido preços acessíveis para a população e competição entre as prestadoras de serviço em todos os municípios. Portanto, os desafios no setor implicam a perseguição da melhoria da qualidade e da política tarifária, além de cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel.

O Programa responde ainda a desafios relacionadas aos segmentos de TV por assinatura, radiodifusão, TV analógica, que deverá ainda ser substituída pela digital nas localidades ainda não digitalizadas, e serviços postais.

No que tange a TV digital, busca-se ampliação dos países que adotam a tecnologia desenvolvida no Brasil com base na versão japonesa. Esse aumento na adoção significaria um estímulo à indústria nacional representando um aumento de mercado para os equipamentos nacionais fabricados para esse padrão, o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

Nos casos da TV por assinatura e da radiodifusão as metas se ligam à densidade de oferta e de cobertura e ao aperfeiçoamento do sistema de outorgas, onde se destacam políticas de estímulo para a ampliação do número e cobertura da radiodifusão pública e comunitária, fortalecimento do sistema de rádios e TVs públicas, conjuntamente com a busca da expansão e interiorização das emissoras e retransmissoras de TVs comerciais.

Para os serviços postais, já com o novo modelo de negócios da ECT estabelecido pela Medida Provisória 532/2011, as metas mais ambiciosas dizem respeito a atender 85% da população com serviços postais, a alcançar 100% de satisfação com os serviços, e a atender 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico.

MORADIA DIGNA

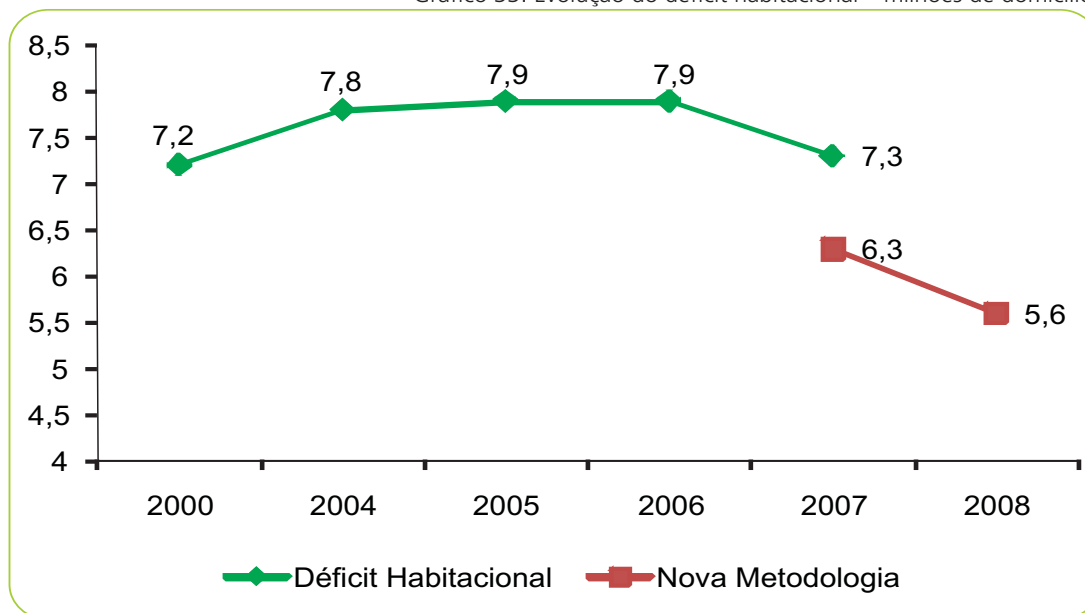
A política habitacional é norteadada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, necessidade básica e indispensável para a sobrevivência e dignidade dos cidadãos e um direito social assegurado pela Constituição em seu artigo 6º. Ao definir a habitação como moradia, a Constituição amplia seu escopo, incluindo além da edificação da unidade habitacional, os serviços básicos inerentes a ela. Dessa forma, a moradia digna associa-se à garantia de condições de habitabilidade, envolvendo aspectos como a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, a segurança da posse da terra, a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, a estrutura do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

Uma das expressões da carência de moradia é o déficit habitacional quantitativo – referente à necessidade de novas unidades habitacionais por motivo da constatação de domicílios improvisados, de domicílios rústicos, de coabitação familiar, de ônus excessivo com aluguel e de adensamento excessivo em domicílios alugados. Em 2008, o déficit alcançava 5,6 milhões de domicílios (9,7% do total de domicílios do país), com grande concentração nas áreas urbanas, que respondiam por 83% do déficit. Em relação ao

território, as regiões Sudeste e Nordeste respondiam pela maior parcela do déficit habitacional - 2,1 milhões de moradias (36,9% do total) e 2 milhões de moradias (35,1% do total) respectivamente – ao passo que a Região Norte apresentava o maior percentual do déficit em termos relativos – 600 mil moradias (13,9% dos domicílios da região).

A carência habitacional também guarda estreita relação com o custo da moradia e com a distribuição de renda da população, verificando-se sua concentração na faixa de renda de até três salários mínimos (89,6%) e entre três a cinco salários mínimos (7,0%), faixas que somam juntas 96,6% do déficit.

Gráfico 33. Evolução do déficit habitacional – milhões de domicílios



Fonte: Ministério das Cidades. Elaboração: SPI/MP.

As condições de moradia também são expressas pelo déficit habitacional qualitativo, que diz respeito ao estoque de domicílios urbanos existentes que não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade, sem, contudo, apontar para a necessidade de construção de novas unidades. Dentre os componentes que caracterizavam a inadequação das moradias em 2007, destaca-se o número de domicílios com carência de infraestrutura (10,45 milhões), seguido daqueles com inadequação fundiária (1,9 milhões) e inadequação por adensamento excessivo (1,5 milhões). A inadequação das habitações guarda relação com o fenômeno dos assentamentos precários, associados à ocupação de lotes irregulares e sem urbanização, em que é comum a autoconstrução de moradias com materiais não adequados, por populações sem condições de acessar o mercado formal de moradias.

Para a universalização do acesso à moradia digna, são desafios das políticas habitacionais tanto a tradicional construção de moradias, como outros meios de facilitar o acesso à moradia pronta, como urbanizar/regularizar áreas ocupadas precariamente e/ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade mediante a provisão dos serviços básicos essenciais. Além disso, sendo um bem essencial e que está sujeito a

falhas de mercado, a intervenção do Estado no mercado habitacional deve procurar orientar os processos de regulação, financiamento, promoção e produção da moradia.

Nesse sentido, é estratégica a definição de arranjos que potencializem o alcance das políticas de provisão habitacional, que podem ser realizadas de muitos modos diferentes, como entrega da unidade pronta, a fundo perdido; financiamento subsidiado para compra de unidades novas; concessão de subsídio no financiamento da construção da moradia; concessão de subsídio no financiamento da compra de unidade usada; aluguel subsidiado etc. Para tanto, há uma grande diversidade de modelos de execução possíveis, envolvendo o próprio poder público, a iniciativa privada - incluindo formas de auto-gestão como cooperativas e associações - ou o particular.

A partir desses modelos, como aponta o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em fase de finalização, cabe estruturar uma estratégia de atuação do poder público para romper a tradição de beneficiar uma parte da demanda e deixar sem atendimento a maioria da população, devendo-se procurar reduzir o custo da habitação, diversificar os produtos e adequá-los às características da rede urbana brasileira. Configuram-se assim desafios relacionados a urbanização de assentamentos precários, permitindo a sua transformação em bairros populares, a construção de novas unidades habitacionais, a partir de subsídios que aproximem a capacidade de pagamento das famílias, em especial as de menor renda, do custo do produto moradia, a facilitação e o barateamento do acesso ao financiamento imobiliário e o fortalecimento institucional dos diferentes agentes que atuam no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com ênfase no poder público.

Nesse sentido, é importante destacar o novo marco político-institucional que tem caracterizado a política habitacional nos últimos anos, com destaque para a elaboração da Política Nacional de Habitação (PNH), em 2004, a instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005, bem como a elaboração, em andamento, do PlanHab. Também cabe destacar o alcance de um novo patamar de investimentos em habitação, com prioridade de atendimento às famílias de mais baixa renda e o fortalecimento das relações federativas, potencializado com a criação do eixo de Infraestrutura Social e Urbana no PAC em 2007 e com o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, que contratou, desde 2009, mais de 1 milhão de unidades habitacionais.

A produção habitacional para a classe média também foi ampliada com a criação de um novo mercado imobiliário para essa faixa de renda, em razão do aumento do crédito derivado da estabilidade econômica, da melhoria de renda da população e do aperfeiçoamento das normas do setor, que permitiram elevar a ampliação dos financiamentos – foram contratados R\$ 94,2 bilhões com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Dentre as metas do programa para o período do PPA 2012-2015, destacam-se: a disponibilização de 30,5 bilhões de reais para urbanização de assentamentos precários; a produção ou reforma de cerca de 2 milhões de moradias nas áreas urbanas e rurais no âmbito do MCMV; a instituição de um programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável; a contratação de R\$ 176 bilhões em operações do SBPE; a priorização de áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social; a certificação de 100% das empresas de serviços e obras que executam empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SIAC).

SANEAMENTO BÁSICO

A política de saneamento desempenha papel essencial na indução do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Com essa visão, em 2007, foi sancionada a Lei nº 11.445, que “estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico” e o define como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A cobertura dos serviços de saneamento avançou nos últimos anos. Entre 2002 e 2009, 10,7 milhões de domicílios passaram a dispor de acesso à rede de água com canalização interna, ampliando a cobertura dos serviços de abastecimento de água, em áreas urbanas, de 89,3% para 92,6% dos domicílios. Na zona rural, o resultado também foi expressivo, passando de 18,3% para 28,9% dos domicílios.

No mesmo período, a cobertura da rede de esgotos e a utilização de fossas sépticas cresceu de 76,6% para 80,4% dos domicílios nas áreas urbanas e, nas rurais, de 17,1% para 26% dos domicílios. Igualmente, foi satisfatório o resultado observado para a coleta de resíduos sólidos nas áreas urbanas, que abrangia 98,5% das residências em 2009. Quanto à drenagem, em 2008, destaca-se o significativo aumento de 21,5% no número de municípios que passaram a realizar drenagem urbana em relação ao ano de 2000, equivalente a 929 municípios, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB/2008).

Observa-se que o acesso aos serviços é fortemente associado às condições socioeconômicas dos domicílios, sendo essencial priorizar a atuação estatal em áreas de baixa renda para o

alcance da universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente, no contexto de erradicação da extrema pobreza. Por exemplo, aproximadamente 71% da população brasileira que não tinha acesso ao abastecimento de água por rede geral (com canalização interna) possuía renda domiciliar mensal de até 3 salários mínimos.

Também são observadas desigualdades regionais no acesso aos serviços: 55% dos domicílios brasileiros que não dispõem de rede de abastecimento de água e 43% dos domicílios com déficit de acesso ao esgotamento sanitário estão localizados nos estados da Região Nordeste. Cabe ressaltar que expressiva parcela do déficit de água concentra-se em áreas rurais, que apresentam características peculiares, como pequenos agrupamentos populacionais e baixa densidade, que dificultam o acesso aos serviços de saneamento básico através das soluções convencionais adotadas em áreas urbanas, demandando do poder público uma abordagem diferenciada tanto no aspecto tecnológico, quanto na gestão e na relação com as comunidades.

A superação de carências relativas a aspectos qualitativos dos serviços também é um desafio. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS 2008), o Brasil coleta apenas 43,2% do esgoto gerado e trata 66% do esgoto coletado. Quanto aos resíduos sólidos, os vazadouros a céu aberto (lixões) constituíram o destino final dos resíduos sólidos em 50,8% dos municípios brasileiros, conforme revelou a PNSB 2008.

A melhoria da eficiência e a sustentabilidade da prestação dos serviços também deve ser objeto da atuação governamental. De acordo com o (SNIS), o índice médio das perdas de faturamento de água foi de 37,4% em 2009. Trata-se do menor valor observado nos 14 anos da série histórica de coleta de dados do Sistema, porém, ainda existem prestadores de serviços com índices de perdas superiores a 70%. No componente resíduos sólidos urbanos, 44,8% dos municípios afirmaram não realizar a cobrança pelos serviços de limpeza urbana (SNIS 2007).

Outro grande desafio setorial relacionado à gestão diz respeito à formulação da política pública de saneamento pelos titulares dos serviços. A aprovação da Lei 11.445/07 trouxe uma série de mudanças para o setor, dentre elas a separação das funções de planejamento, regulação e fiscalização e prestação dos serviços. Entre os seus instrumentos, estão a elaboração dos planos de saneamento básico, a definição da forma de prestação dos serviços, a definição dos entes responsáveis pela regulação e fiscalização, o estabelecimento de mecanismos de participação e controle social, o estabelecimento do sistema de informações e a fixação dos direitos e deveres dos usuários.

Diante desse quadro, são necessários investimentos em medidas estruturantes, que forneçam suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação de serviços, para os quais é de fundamental importância o apoio financeiro e técnico da União aos entes federados e prestadores de serviços. Em consonância com suas competências constitucionais, também cabe Governo Federal garantir a segurança jurídica no setor, e, sobretudo, implantar, monitorar e avaliar o Plano Nacional de saneamento Básico (Plansab).

Os avanços institucionais dos últimos anos foram acompanhados pelo lançamento do PAC, que definiu uma robusta carteira de investimentos em saneamento em todo o País e com a implementação de um conjunto de medidas institucionais para acelerar a execução dos empreendimentos. Nos últimos anos, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória econômica recente do setor, tendo sido elevado o volume de contratações de investimentos de uma média de R\$ 3 bilhões anuais verificada de 2003 até 2006, para cerca de R\$ 10 bilhões por ano até 2010.

Entre as metas do programa, destacam-se: contratação de R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água; contratação de R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico; implantação de obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais e em 375 comunidades remanescentes de quilombos; contratação de R\$ 1,3 bilhão e de R\$ 960 milhões para apoio respectivo à execução de intervenções de esgotamento sanitário e de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes; contratação de R\$ 12,5 bilhões e de R\$ 6,5 bilhões para apoio respectivo à execução de intervenções de esgotamento sanitário e de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente.

MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

O Programa de Mobilidade Urbana e Trânsito é o resultado de um conjunto de políticas atinentes à circulação de pessoas e cargas, infraestrutura de transporte, acessibilidade e trânsito que visa proporcionar o acesso amplo e equânime ao espaço urbano, propondo ações socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis que viabilizem a convivência urbana coletiva. Desta forma, no plano estratégico trabalha-se com duas temáticas importantes: a Mobilidade Urbana e o Trânsito. No âmbito da Mobilidade Urbana são alicerces o desenvolvimento urbano, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. No tocante ao Trânsito, os pilares são: engenharia, educação e fiscalização. A acessibilidade surge como conceito transversal que permeia todo o planejamento e compõe as ações em busca da mudança do paradigma brasileiro de mobilidade.

Os desafios da área passam pela indução a que governos subnacionais optem por uma perspectiva na qual a mobilidade urbana é elemento integrador das cidades, expandindo os sistemas a partir da lógica do planejamento urbano, da expansão do transporte coletivo, da integração e barateamento tarifário, uso mais adequado do transporte individual, maior estímulo ao uso do transporte não-motorizado, intensificação da relação entre transporte e meio ambiente, entre outros. De maneira que medidas integradas possam

repercutir na qualidade de vida das cidades brasileiras, em especial os grandes centros urbanos.

Tais elementos têm o potencial de contribuir para uma organização do espaço urbano mais coeso e equilibrado, a partir de uma combinação de medidas institucionais e ações que envolvem expansão e qualificação de infraestruturas, contribuindo para o acesso aos sistemas de mobilidade, e integração com outras áreas como meio ambiente, planejamento urbano, serviços e equipamentos sociais, habitação, indústria, desenvolvimento econômico e sustentável. Combinação que impacta, especialmente, as grandes cidades brasileiras e suas áreas periféricas, com elevação da velocidade média dos percursos, maior qualidade dos serviços, com integração entre diversos modais, melhores condições de eficiência energética, efeitos sobre a qualidade do ar e, de modo geral, sobre o meio ambiente.

O crescimento da frota de veículos é um desafio no que se refere às vítimas de acidentes de trânsito. Sobretudo aquelas mais vulneráveis, como as que circulam por meios não-motorizados, a exemplo de passeios, sinalização, travessias e ciclovias. Para tanto, é central expandir as infraestruturas, com vistas à circulação confortável e segura de meios não-motorizados, afetando, sobretudo, pessoas com rendimentos mais baixos e com alguma restrição de mobilidade. A viabilização do uso mais intenso de meios não-motorizados também tem impactos sobre a redução de mortes por causas externas, sinalizando para uma interação virtuosa com a segurança das cidades e suas condições de saúde.

A mudança deste quadro exige um novo paradigma de política que considere a necessidade de integração dos diversos modos de transporte, proporcione uma distribuição mais justa dos espaços urbanos e de circulação e garanta a sustentabilidade das condições de mobilidade. Para tanto, é importante induzir a priorização dos modos não motorizados e os sistemas de transporte coletivo, principais meios de deslocamento da população de menor renda.

O PAC ampliou os investimentos federais em sistemas de transporte público de alta capacidade focalizando prioritariamente nos centros urbanos e regiões metropolitanas, representando um importante esforço para a consolidação de uma política nacional de fomento robusta, com caráter amplo e com fontes de financiamento estáveis, capaz de alavancar os investimentos estaduais e municipais. Essa agenda foi fortalecida com o lançamento do PAC 2, que prevê recursos federais para o financiamento de investimentos em sistemas de transporte público coletivo em grandes cidades, além da previsão de investimentos em mobilidade urbana para a realização da Copa do Mundo em 2014.

O PAC 2 também prevê investimentos em pavimentação de vias urbanas em regiões de baixa renda, com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, visando à melhoria das condições de circulação e da qualidade de vida dos habitantes dessas localidades.

Nesse contexto, é fundamental avançar no aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito, no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito e na Instituição da Política Nacional de Trânsito, fomentando a municipalização e realizando investimentos na área. Ademais, cabe avançar na consolidação de uma política nacional de mobilidade urbana que reforce a pactuação federativa, incentive uma reformulação progressiva da gestão do setor, orientada pela maior integração das políticas de transporte e trânsito às políticas de desenvolvimento urbano, pela modernização das instituições e pela concepção de sistemas de mobilidade em rede.

Entre as principais metas do Programa, podemos destacar: o investimento de 18 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível; a implantação e requalificação de sistemas de mobilidade urbana para realização da Copa do Mundo de Futebol; a pavimentação e qualificação de 4.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente; o aumento da demanda transportada por dia útil nos sistemas metroferroviários sob a gestão do governo federal; a adequação dos sistemas metroferroviários federais à Acessibilidade Universal até 2014; o apoio à elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes; o aumento em 10% da população atendida pela municipalização do trânsito e o suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT); a implantação do programa “Educação para Cidadania no Trânsito” em todos os municípios do país.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

Desenvolvimento Produtivo

Ciência, Tecnologia e Inovação

Política Nuclear

Política Espacial

Micro e Pequenas Empresas

Comércio e Serviços

Comércio Exterior

Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Inovações para a Agropecuária

Agricultura Irrigada

Pesca e Aquicultura

Defesa Agropecuária

Turismo

Biodiversidade

Mudanças Climáticas

Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Licenciamento e Qualidade Ambiental

Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Uma política pública de desenvolvimento econômico agrega medidas e ações capazes de viabilizar a aceleração ou a manutenção da taxa de crescimento futura. Em termos agregados, a principal condição de viabilidade de taxas de crescimento econômico satisfatórias em médio e longo prazo é um nível de investimento produtivo relativamente alto. Embora o nível de investimento produtivo tenha aumentado significativamente acima do PIB em todos os anos desde 2004 (exceto em 2009), é quase consensual que o nível atual de formação de capital é incompatível com a manutenção de taxas de crescimento semelhante à que obtivemos em 2010, de 7,51%.

Apesar da taxa de investimento ser condição indispensável para sustentar uma alta taxa de crescimento, existem outras condições que contribuem decisivamente com que os efeitos desses investimentos sobre a economia sejam mais efetivos. O Brasil para se desenvolver deverá aliar o aumento da taxa de investimento a mudanças estruturais no seu parque produtivo e ao incremento no uso de conhecimento na produção. Pode-se afirmar que os processos de desenvolvimento são, do ponto de vista produtivo, um afastamento progressivo das vantagens comparativas naturais em direção a atividades mais intensivas em tecnologia e em uso de conhecimento. Coerentemente, políticas de desenvolvimento econômico precisam ser capazes de ao mesmo tempo aumentar o investimento produtivo e direcioná-lo para atividades tecnologicamente mais intensivas e capazes de gerar acumulação de conhecimento.

Os desafios de aumentar a taxa de investimento, promover mudança estrutural do parque produtivo e incrementar o uso de conhecimento na produção defrontam-se com ameaças como a apreciação cambial, o acirramento da concorrência internacional, a carência de infraestrutura física e humana e o progresso tecnológico relativamente lento na indústria de transformação.

Por outro lado, há nítidas oportunidades, tais como: a demanda potencial derivada da realização de grandes eventos esportivos; o poder de compras públicas; oportunidades ambientais e de negócios na área de energia, que podem abrir espaços para que o país ocupe lugar entre os maiores produtores de energia do mundo; e a emergência de um núcleo de empresas inovadoras com acumulação de competências tecnológicas, financeiras e corporativas. Nesse cenário, tem de ser posto em prática um rol variado e extenso de iniciativas, voltadas tanto para o aproveitamento dessas oportunidades quanto para a minimização dos efeitos negativos das ameaças que se colocam.

Um complexo produtivo considerado de grande relevância é o da saúde. A existência de poderoso sistema de promoção da saúde no país, conjugado ao processo de rápido envelhecimento da população, obriga a dispêndios crescentes nesse setor. Assim, estão

incluídos entre os objetivos do Programa o fortalecimento do complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde. Das metas a serem alcançadas destacam-se a ampliação da produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015 e ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.

É imprescindível promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Do mesmo modo, é estratégico modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros para atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação anterior. Nesse sentido, está entre as metas fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos de embarcações e a construção de 9 estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante.

O fortalecimento do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação nacional, mediante o incentivo à implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento tecnológico local, posicionando o país como produtor e exportador relevante de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI emerge como objetivo transversal relativamente aos de aprimorar os estímulos à inovação empresarial e de fornecer orientações em prol da competitividade.

Importante ressaltar o papel do extenso e diversificado setor de bens de capital, considerado como promotor do progresso técnico do conjunto da economia, bem como a necessidade de estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados decorrente da própria demanda gerada pela ênfase central no aumento da propensão a investir buscada pela política de desenvolvimento produtivo.

Num cenário internacional cada vez mais globalizado e competitivo, a metrologia, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade são ferramentas essenciais para produção de bens e serviços cada vez mais complexos ao prover confiança em toda a cadeia produtiva – do fornecedor da matéria-prima ao consumidor final. Para alcançar esse objetivo, estão previstas a implantação de 10 laboratórios delegados à Rede de Laboratórios Associados ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e a existência de 1.180 organismos de avaliação de conformidade acreditados por aquele órgão.

Também é necessário estimular a inovação, promover a competitividade e favorecer o desenvolvimento tecnológico, econômico e social, por meio da concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à

disseminação da cultura da propriedade intelectual. Entre as metas estão reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI quanto à viabilidade dos pedidos de patente, e de 25 para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca.

Dentre os objetivos fundamentais, revelam-se, ainda: o fortalecimento dos empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs) por meio do apoio à melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas à desconcentração da produção no país; a promoção da formação de empresas globais e o apoio à internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, tendo como meta internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação até 2015; e a ampliação da capacidade da indústria petroquímica nacional e a promoção da substituição competitiva das importações da indústria química.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O desenvolvimento econômico dos países está cada vez mais assentado na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, o Governo Federal inseriu as políticas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) no centro da estratégia de desenvolvimento sustentável do país.

A ampliação das taxas de investimento e de inovação no país criou as condições para que a economia brasileira ingressasse numa rota de crescimento sustentado. No entanto, a continuidade desse processo está condicionada a:

- i) a redução da defasagem tecnológica brasileira em relação à fronteira tecnológica mundial;
- ii) a melhoria de nossa inserção internacional, ampliando a participação de produtos mais intensivos em conhecimento na nossa pauta de exportações;
- iii) a continuidade do processo de inclusão social e de redução da desigualdade e da pobreza; e
- iv) a sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento.

Para fazer frente a esses desafios, é necessário fortalecer os eixos estruturantes da política de C,T&I, como a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação, o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

O Brasil é um país em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico, mesmo com a ampliação significativa do investimento em atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) nos últimos anos. O dispêndio em C&T em relação ao PIB passou de 1,30%, em 2000, para

1,57% em 2009. Enquanto as economias desenvolvidas investem aproximadamente 2% do PIB em atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (P&D), o Brasil investiu 1,19% do PIB nessas atividades em 2009.

Com a retomada do crescimento econômico, a economia brasileira vem sentindo a falta de pessoal qualificado em várias áreas do conhecimento, especialmente nas engenharias e demais áreas tecnológicas. O Brasil possuía, em 2008, 1,4 pesquisadores por mil pessoas ocupadas, ou seja, menos de 20% da proporção de pesquisadores encontrada em países como Estados Unidos, França, Japão, Canadá, Alemanha, Coreia e Austrália.

É fundamental, portanto, aprofundar o processo de formação e capacitação de recursos humanos qualificados para C,T&I e estimular o intercâmbio de pesquisadores e pós-graduandos brasileiros com as melhores instituições científicas e tecnológicas mundiais. Para atingir esses objetivos, pretende-se alcançar, em 2015, a concessão de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional pelo CNPq. Além disso, será ampliada a participação das engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 25%.

Apesar de o Brasil ter ampliado sua participação na produção científica mundial, não houve o mesmo avanço do ponto de vista da produção tecnológica.

A taxa de inovação de empresas inovadoras em relação ao total de empresas na economia brasileira, apesar de ter crescido significativamente no período recente, ainda é bastante inferior à observada nos países desenvolvidos. Menor ainda é a taxa de inovação em produtos novos para o mercado mundial. Isso reforça constatação antiga no Brasil: a distância entre o mundo da ciência e o mundo da tecnologia. É preciso, mais do que nunca, encurtar essa distância, levando em conta que existe grande potencial de retroalimentação entre produção científica e produção tecnológica.

A ciência brasileira tem pouca sintonia com matriz de C&T mundial, que está focada nas áreas tecnológicas como tecnologia da informação, biotecnologia e eletrônica. Investir esforços nessas áreas possibilitará maior integração entre a produção científica e tecnológica do país e gerará oportunidades para que nossa excelência científica seja convertida em maior capacidade de inovação no setor produtivo.

A agenda de C,T&I deverá incluir o fortalecimento, ampliação e modernização qualificada da infraestrutura de P&D das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) brasileiras. Também é essencial maior integração acadêmica com o setor produtivo, o estabelecimento de redes cooperativas de P&D e a articulação e integração entre os diversos órgãos e instituições que compõe o sistema nacional de C,T&I.

Embora a taxa de inovação das empresas industriais brasileiras tenha aumentado no período recente, ela ainda é bastante inferior à observada nos países desenvolvidos. É preciso fortalecer os instrumentos destinados a ampliar a inovação no setor produtivo brasileiro.

Nesse sentido, um dos principais propósitos do programa é ampliar os investimentos empresariais em P&D de 0,59% do PIB, em 2010, para 0,9% do PIB, em 2015. Pretende-se, ainda, aumentar de 22,3% para 30% a participação de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação e elevar de 3.425 para 5.000 o número de empresas que fazem P&D contínuo.

São consideradas prioritárias para a ampliação dos investimentos em P&D da economia brasileira as tecnologias da informação e da comunicação; aeroespacial e de defesa; o complexo econômico-industrial da saúde; e as tecnologias transversais como biotecnologia e nanotecnologia, que possuem aplicações nos mais diversos setores de atividade, e que devem ser fomentadas com ênfase.

Nessa direção, pretende-se aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento e promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país.

A política de C,T&I deverá contribuir para o processo de erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Torna-se fundamental o apoio da C,T&I aos esforços nacionais de erradicação da pobreza, a popularização da C,T&I, a inclusão digital e o extensionismo tecnológico, o desenvolvimento de tecnologias assistivas e a promoção da P&D e da inovação voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável. Da mesma forma, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de tecnologias voltadas à construção de uma economia mais verde e mais sustentável.

POLÍTICA NUCLEAR

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nucleares e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Como principais desafios para a política nuclear, destacam-se:

- i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeleétrica;
- ii) ter autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes;

- iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria); e
- iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

O Brasil – face à sua extensão territorial, às reservas uraníferas já asseguradas e ao domínio da tecnologia das diversas etapas do ciclo do combustível – poderá ocupar posição estratégica em relação à oferta de fontes de energia nuclear. Por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral, está previsto aumentar em 30%, até 2015, a reserva medida de urânio no país, sendo 10% na Região Norte e 20% na Nordeste.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial. Em escala industrial, nas etapas de conversão e enriquecimento não há capacidade instalada suficiente para atendimento da atual demanda das Usinas de Angra I e Angra II. Com a entrada em operação de novas usinas, ganha ainda mais relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, uma vez que se acentuará a atual dependência de serviços e insumos externos. Está entre as metas do PPA atender, a partir produção nacional a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I.

Seguindo a tendência internacional, o Governo Federal, por meio do Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), deverá aprimorar a segurança das atividades nucleares e o atendimento a situações de emergência. De forma complementar, buscará fortalecer o sistema de regulação nuclear, para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país. Nesse sentido, uma das metas do Programa é a Implementação do Sistema de Monitoramento dos Indicadores de Segurança de Instalações Nucleares.

Além da geração de energia elétrica, há ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, em saúde, no meio ambiente e na agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Na área da medicina nuclear, são utilizados radiofármacos para diagnósticos, terapias, avaliação e tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades. Atualmente, mais de 300 clínicas e hospitais em diversos locais do país realizam procedimentos de medicina nuclear. O Brasil apresenta demanda crescente por este tipo de serviço, com taxa em torno de 10% ao ano. Com o objetivo de prover o atendimento integral da demanda nacional por esses insumos e o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em vários campos da ciência, está previsto o desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), projeto para o qual se prevê 50% de sua implantação durante o período do PPA, em Iperó (SP).

É necessário, também, incrementar a renovação e a reposição dos quadros técnicos existentes. Para tanto, será implantado programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear. Com isso, pretende-se formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear.

POLÍTICA ESPACIAL

Este programa trata da política governamental de construção e consolidação de capacidade autônoma no desenvolvimento tecnológico, construção e operação de sistemas espaciais e suas aplicações, além da infraestrutura terrestre necessária para a consecução das atividades espaciais. Estão incluídos nessas atividades o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes (suborbitais e veículos lançadores), satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, bem como as atividades de normalização e certificação de sistemas espaciais, de propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo.

As atividades espaciais oferecem diversos benefícios socioeconômicos, decorrentes das aplicações dos satélites artificiais em diversas áreas, como previsão de tempo e clima, inventário e monitoramento de recursos naturais, telecomunicações, navegação e ciência. As características geoeconômicas do Brasil, como a grande extensão territorial, as vastas regiões de florestas tropicais, as amplas áreas de difícil acesso e baixa ocupação, as extensas fronteiras e costa marítima e o significativo volume de recursos naturais, fazem com que as potencialidades de aplicação da tecnologia espacial sejam ainda mais importantes.

A política também busca a autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de sistemas espaciais, de especialistas, de pesquisa e de serviços, buscando reduzir a dependência com relação às necessidades de acesso a dados e informações providos por esses sistemas ou às decisões tomadas em outros países.

Assim, considerando que as aplicações espaciais são decorrentes de serviços prestados por satélites, essa autonomia exige a capacidade de produção de satélites no país e de infraestrutura terrestre que permita seu controle e operação. Uma vez que um satélite, para ser funcional, precisa ser lançado em órbita, a autonomia exige também a produção de veículos lançadores de satélites (foguetes) e de centro de lançamento no país, onde possam ser lançados.

No desenvolvimento e construção dessa autonomia, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos é outro importante aspecto da política espacial, que busca a ampliação e organização da cadeia de valores e de fornecedores de bens e serviços para o setor espacial.

Atualmente, o Brasil possui dois satélites em órbita, os satélites de coleta de dados SCD-1 e SCD-2, os primeiros satélites desenvolvidos e construídos no Brasil a entrarem em órbita. Os principais serviços são ofertados aos brasileiros por satélites desenvolvidos e lançados no exterior.

Todos os satélites brasileiros foram levados à órbita a partir de centros de lançamento no exterior e com veículos lançadores estrangeiros. Embora o país possua dois centros de lançamento, o Centro de Lançamento de Alcântara/MA (CLA) e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno/RN (CLBI), o Brasil ainda não tem a capacidade de lançamento de satélites, representada por um veículo lançador de satélites (VLS) funcional, apesar dos esforços nesse sentido. Assim, o país ainda depende de outros países para colocar em órbita cada um dos satélites que desenvolve. Em comparação, os outros países do BRIC possuem capacidade espacial consideravelmente maior.

Para que o Brasil garanta aos seus cidadãos o usufruto dos serviços espaciais, com autonomia, é necessário que sejam desenvolvidos e levados a órbita novos satélites, especialmente para observação do território, meteorologia, telecomunicações e aplicações científicas, capazes de prestar serviços compatíveis com as necessidades do Estado e da sociedade brasileira.

Também é importante garantir o acesso ao espaço para os satélites brasileiros, desenvolvendo e lançando um VLS a partir de Alcântara. Ainda que esse primeiro modelo de VLS não seja capaz de levar a órbita os satélites brasileiros atualmente em desenvolvimento, por limitação de sua capacidade, este é um passo importante no caminho da autonomia do Brasil em relação à capacidade de lançamento de satélites.

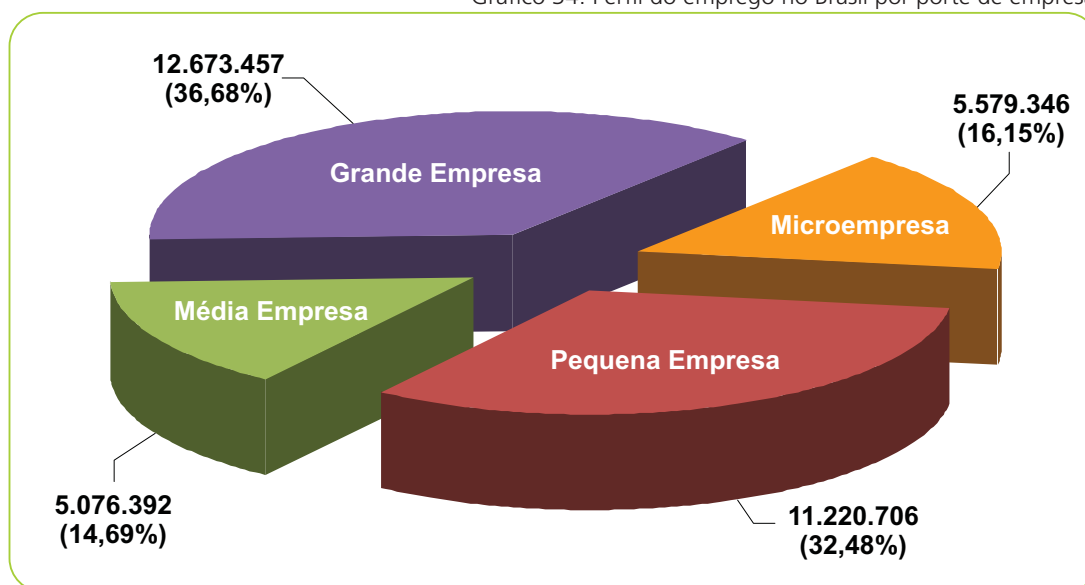
É, ainda, de grande importância que o desenvolvimento e construção de sistemas espaciais dêem-se com ampla participação da academia e da indústria privada brasileira, e que o setor privado passe a produzir equipamentos espaciais que já tenham tecnologia dominada no Brasil. Para isso, será necessária a promoção do desenvolvimento industrial de toda a cadeia produtiva vinculada às atividades espaciais.

Por fim, o Brasil deve aproveitar a oportunidade que se apresenta na forma de uma localização geográfica privilegiada para o lançamento de satélites, especialmente para órbita geoestacionária, e desenvolver a infraestrutura necessária para a exploração comercial desse tipo de serviço. Nesse contexto, a operação da empresa binacional brasileiro-ucraniana Alcantara Cyclone Space (ACS) permitirá ao Brasil participar do restrito mercado internacional de lançamento de satélites.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham papel importante no cenário econômico brasileiro, contribuindo destacadamente para a geração de empregos, com 17 milhões de postos de trabalho, o que corresponde a 48% do emprego formal. Contribuem ainda para a geração de renda e para a diversificação e desconcentração espacial da atividade econômica.

Gráfico 34. Perfil do emprego no Brasil por porte de empresa.

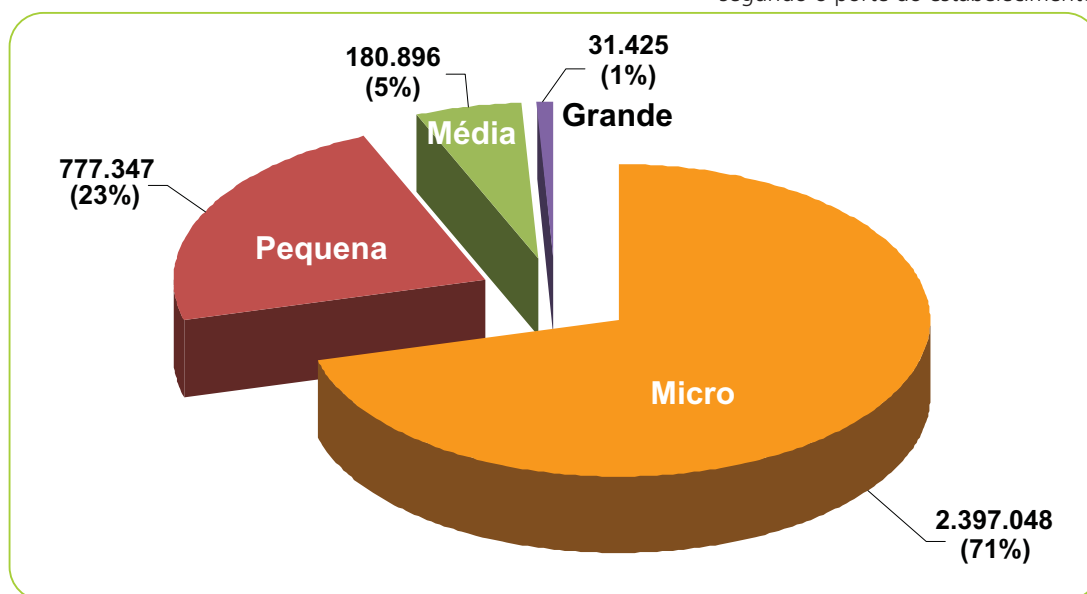


Fonte: CAGED/RAIS/MTE/2010.

Obs.: a) os dados foram categorizados de acordo com a classificação do porte empresarial adotada na Resolução GMC nº 59/98; b) os dados excluem a participação do emprego gerado pelas atividades de administração pública.

Considerando apenas as empresas com vínculo empregatício efetivo, existem atualmente no Brasil cerca de 3,4 milhões de empresas em funcionamento, das quais 94% são de micro e pequeno porte. Em termos da composição setorial, observa-se predominância dos setores de comércio e serviços, que juntos concentram aproximadamente 75,5% das micro e pequenas empresas em funcionamento.

Gráfico 35. Empresas formais em funcionamento no Brasil, segundo o porte do estabelecimento.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais(RAIS)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/2010

Obs.: a) os dados foram categorizados de acordo com a classificação do porte empresarial adotada na Resolução GMC nº 59/98;

b) os dados excluem os estabelecimentos classificados nas atividades de administração pública.

A importância das MPEs na estrutura da atividade econômica brasileira contrasta com um cenário de graves e sensíveis gargalos enfrentados por essas empresas, tanto estruturais quanto intrínsecos à sua própria estrutura de gestão, que limitam em grande medida sua competitividade e capacidade de manutenção e sustentabilidade no médio e longo prazos.

Entre os gargalos mais importantes, destacam-se questões como o acesso precário ao crédito, à tecnologia e à inovação, falta de capacitação técnica e gerencial, regulamentação insuficiente do setor, ônus burocrático e distorções fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Estas restrições se refletem principalmente na baixa competitividade e no alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida do negócio.

Este alto índice de mortalidade é comprovado quando comparamos, por exemplo, a taxa de mortalidade nos dois primeiros anos de vida para as MPEs constituídas em 2005 no Brasil - 22%, e em Portugal e Estados Unidos da América - em torno de 10%, no mesmo período.

Contudo, a maior qualificação do empresariado brasileiro e a melhoria do ambiente de negócios em decorrência da consolidação econômica do Brasil têm contribuído para reduzir o índice de mortalidade empresarial nos últimos anos.

E é neste novo cenário de desenvolvimento econômico e social brasileiro que se vislumbra a grande oportunidade de consolidação do papel das micro e pequenas empresas como base de um desenvolvimento duradouro, sustentável e inclusivo. E, neste contexto, o

empreendedorismo, enquanto forma de melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos, amplia sua relevância. As boas práticas empreendedoras devem ser mais disseminadas, podendo resultar em bolsões de inovação e de produtividade únicos no globo.

Em relação ao caráter inclusivo desse novo ciclo de crescimento, o artesanato brasileiro e os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem vetores importantes para a manifestação das especificidades regionais e locais da atividade econômica das micro e pequenas empresas.

Enquanto que o artesão brasileiro figura como um importante agente de produção dentro das cadeias de atividade econômica de menor porte econômico relativo, os APLs são fortes catalisadores para a desconcentração da produção de MPEs, em termos regionais e locais.

Existem, atualmente, no Brasil, 1.491 aglomerações produtivas identificadas, em diferentes estágios de desenvolvimento, envolvendo atividades produtivas de 97 diferentes segmentos, presentes em 2.499 municípios. Neste programa temático, uma meta para 2015 é capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs, assim distribuídos regionalmente: Norte, 5.000 unidades; Nordeste, 20.000; Centro-Oeste, 15.000; Sudeste, 40.000; Sul, 20.000.

Outro instrumento importante para o fortalecimento dos processos de inclusão das MPEs neste novo ciclo de crescimento econômico e social reside na figura jurídica do Empreendedor Individual, criada para reduzir a informalidade no Brasil. Para o Registro Mercantil, significa uma quebra de paradigma, ao possibilitar, em minutos, via internet, a abertura e o funcionamento de empresas. De acordo com dados do Portal do Empreendedor, mais de 1,2 milhão de pessoas já se formalizaram como empreendedores individuais, até meados de junho/2011.

Ao se formalizar, o empreendedor passa a ter acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria por idade e invalidez; auxílios doença, acidente e reclusão; pensão por morte; e salário maternidade. Os inscritos adquirem também CNPJ, podem emitir notas fiscais, participar de compras governamentais e ter acesso a crédito e financiamento.

Em relação à atuação estratégica do Governo Federal de forma a fortalecer as MPEs, esta pode melhorar os mecanismos fiscais, creditícios e regulatórios; o uso do poder de compra do setor público; o apoio continuado à inovação e evolução tecnológica; e o fortalecimento e aproveitamento das vocações regionais e locais.

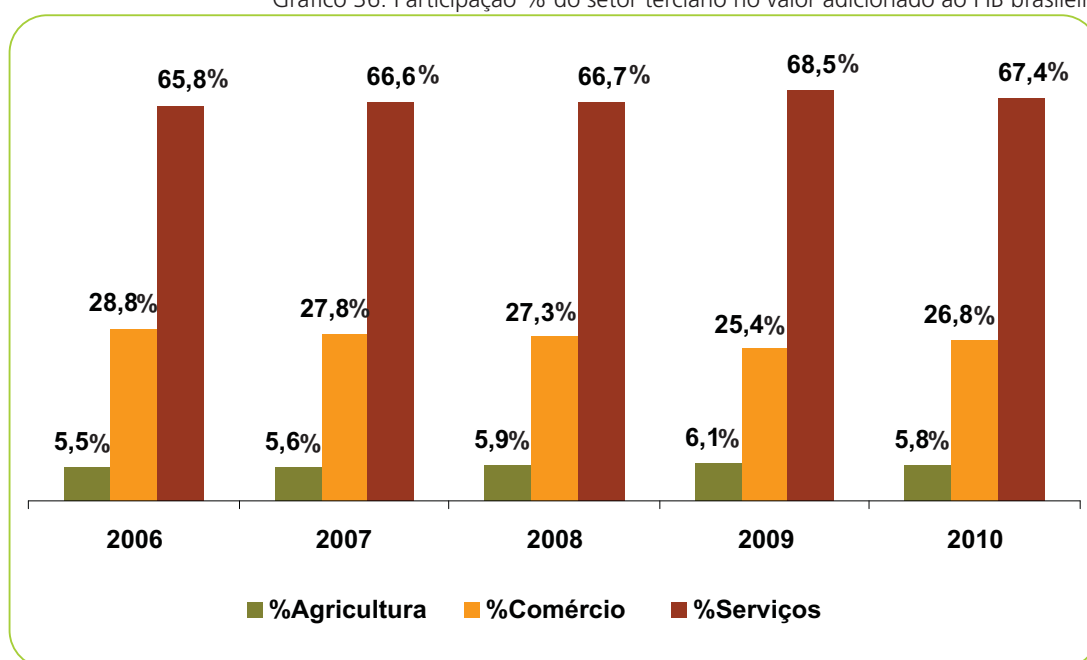
De forma a buscar o fortalecimento das MPEs, o programa busca algumas metas, tais como: 1) regulamentar vários aspectos da Lei Complementar 123 de 2006; 2) Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs; 3) Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação; e 4) Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Brasil é um novo país impulsionado pelo aumento de consumo e pela multiplicação de empresas e das oportunidades de investimento, tanto em áreas tradicionais quanto em áreas novas.

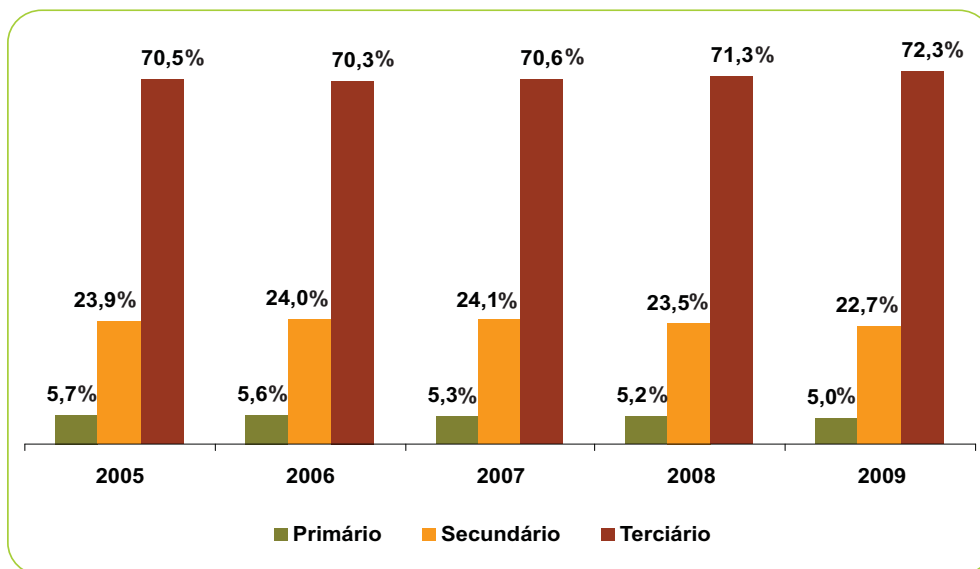
A importância do setor terciário, que envolve as atividades de comércio e serviços, vem ganhando a atenção de investidores e dos Governos Federal, Estaduais e Municipais não só por sua dimensão em termos de renda – nos últimos anos, o setor foi um dos propulsores do desenvolvimento econômico no País, sendo responsável por mais de 67% do PIB brasileiro em 2010 – e emprego, pois engloba 72,3% dos trabalhadores formais, mas também em razão da sua relevante interface com os demais segmentos produtivos, como a indústria e o agronegócio.

Gráfico 36. Participação % do setor terciário no valor adicionado ao PIB brasileiro



Fonte: IBGE / Elaboração: SCS/MDIC

Gráfico 37. Participação % do setor terciário no número de empregos formais*



* Excluídos do setor terciário os empregos do setor público
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/ Elaboração: SCS/MDIC

Nos últimos cinco anos, o Brasil incluiu 16 milhões de cidadãos nas classes A e B e aumentou em 39 milhões os cidadãos da classe C. Nas próximas décadas o Brasil estará vivendo um momento positivo, decorrente da mudança da estrutura etária da pirâmide populacional. No entanto, essa janela de oportunidade pouco contribuirá para a solução dos problemas sociais se o País não for capaz de absorver a mão de obra disponível e incentivar suas potencialidades para a elevação da produção e da produtividade.

Nesse sentido, o Plano Brasil Maior, lançado em 2011, está fundamentado em parcerias entre diversas instituições do Governo Federal e do setor privado. Nessa nova política está contemplado o Plano Nacional de Comércio e Serviços (PNCS).

O PNCS busca orientar, por meio de ações coordenadas entre o setor público e privado, um modelo mais dinâmico de desenvolvimento do setor terciário, mediante a promoção de iniciativas para concretização de todo seu potencial de geração de empregos e riquezas, voltado para o crescimento sustentável da economia nacional e a melhoria do bem-estar dos cidadãos.

Esse plano privilegia ações voltadas para a melhoria do ambiente de negócios, mediante simplificação de procedimentos para registro e legalização de empresas, o aumento da satisfação do consumidor, por meio da crescente melhoria da qualidade e da oferta dos serviços prestados, da capacitação de mão de obra e da inovação, entre outras. As principais metas nessa direção são:

- Concessão de registro na Junta Comercial para as micro e pequenas empresas de baixo risco no prazo de até 2 dias úteis, para atos sujeitos a decisão singular, e de até 5 dias úteis para empresas de baixo risco, no caso de atos sujeitos a decisão colegiada;
- Elaboração do Atlas de Comércio; e
- Elaboração do Atlas de Serviços.

COMÉRCIO EXTERIOR

Nos últimos anos tem se observado uma mudança significativa na estrutura da economia mundial. Países em desenvolvimento estão apresentando índices de crescimento econômico acelerados em comparação com as economias avançadas. Esse fenômeno se intensificou após a eclosão da crise econômica mundial de 2008. Uma consequência disso é a crescente participação dos países em desenvolvimento no total das importações mundiais. Em 2003 os emergentes contribuíam com apenas 24,6% das importações mundiais. Seis anos depois, em 2009, essa participação subiu para 33,2%.

Esse contexto também tem favorecido as exportações brasileiras, que constituem fonte importante de demanda para a produção nacional e tem papel significativo no crescimento da renda nacional e equilíbrio no balanço de pagamentos no longo prazo. Elas passaram de US\$ 73,1 bilhões em 2003 para US\$ 198 bilhões em 2008, apresentando crescimento médio de 22,1% ao ano no período. Com a crise, houve queda significativa de 22,7% em 2009, mas a recuperação de 32% em 2010 mais do que compensou o declínio anterior.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras acima da média mundial elevou nossa participação no total mundial de 0,88% em 2000 para 1,33% em 2010, segundo estimativas da SECEX, com base em dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A indústria de transformação ainda tem papel predominante na composição da nossa pauta exportadora, representando cerca de 63% do total exportado, apesar do aumento recente da indústria extrativa que passou de 6,7% em 2000 para 23,7% em 2010.

Cabe observar que grande parte das exportações está concentrada em poucas empresas, localizadas em pequeno número de Estados brasileiros. Ademais, em um contexto de menor crescimento das economias avançadas, de vigoroso crescimento do mercado interno e da forte competição de outros países em desenvolvimento, particularmente a China, o desafio de exportar produtos de maior valor agregado tem se tornado cada vez maior.

Desse modo, para garantir o aproveitamento de todo potencial da economia brasileira, é fundamental que o Governo Federal continue a atuar de forma a propiciar às empresas brasileiras melhores condições de competitividade no mercado nacional e internacional, promovendo, dentre outras ações: a simplificação, a desburocratização e a modernização das normas e sistemas de gestão do comércio exterior; a divulgação dos produtos e marcas brasileiros no mercado internacional; o acesso a mercados aos produtos brasileiros; e o fortalecimento dos sistemas de combate a práticas desleais e ilegais de comércio.

As metas principais estabelecidas para o Programa são:

- a simplificação dos procedimentos aduaneiros, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dia, e o despacho de exportação de 0,51 para 0,4 dia;
- o aumento de 31 para 89 do número de empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização, de 35 para 100 do número de empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e de 371 para 1060 do número de empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento;
- a elevação em 27,5% do número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil; e
- o aumento em 20% do número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de *drawback*.

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

O setor agropecuário é de fundamental importância econômica e social para o Brasil, sendo responsável por relevante parcela da produção mundial de alimentos, obtida pela incorporação de novas tecnologias e capacitação dos produtores, amparada em pesquisas de ponta, que produziram verdadeira revolução na economia brasileira. O bom desempenho do setor possibilitou oferecer à população brasileira alimentos em quantidade, diversificação, qualidade e preços que minimizaram os efeitos inflacionários da demanda interna por alimentos e combustíveis.

A produção agropecuária brasileira é alocada primariamente para abastecer o mercado interno, gerando empregos e renda, mas gera também importante volume de divisas cambiais, com a exportação dos excedentes. No papel de país exportador, o Brasil é um protagonista da segurança alimentar no mundo, assim como no segmento de tecnologias e matérias-primas para a geração de energia a partir de fontes renováveis.

O Brasil deverá identificar e estabelecer novas estratégias para enfrentar os desafios que se colocam para manter e fortalecer a sua posição de liderança no mercado, a sua capacidade produtiva e tornar o produto agrícola brasileiro não apenas competitivo, mas de elevada qualidade, com sistemas produtivos aderentes aos parâmetros de justiça social e equilíbrio ambiental.

Nas próximas décadas, a agropecuária nacional tem pela frente importantes desafios: mitigar sua contribuição às mudanças climáticas e se adaptar aos novos cenários climáticos, promovendo a expansão sustentável da atividade, garantindo a segurança alimentar e energética dos brasileiros e contribuindo para a oferta mundial de alimentos e de energia.

Em termos macroeconômicos, o setor representava em 2010, 22,4% do PIB e 37,9% das exportações nacionais, gerando 37% dos empregos (Fonte: CEPEA-USP, Banco Central, MAPA e IPEA). Por outra vertente, o panorama do Censo Agropecuário de 2006 aponta que os estabelecimentos rurais ocupavam 329,9 milhões de hectares, sendo 18% (59,8 milhões de hectares) destinados a lavouras e 48% (158,7 milhões de hectares) a pastagens.

O setor agropecuário atua intrinsecamente em ambiente de elevados riscos, associados a problemas climáticos, sanitários e mercadológicos, tais como secas, doenças, pragas, variações de preço e imposição de barreiras comerciais, que podem comprometer o desempenho econômico e a renda do produtor rural.

Neste programa temático estão contempladas as políticas e os instrumentos de ação para:

- o Fomento à Produção, em que o crédito rural, nas modalidades de custeio, investimento e comercialização, desempenha papel central;
- a Gestão do Risco Agrícola, com iniciativas de aprimoramento do zoneamento agroclimático, monitoramento meteorológico e seguro rural;
- o Abastecimento e Comercialização, por meio da política de garantia de preços mínimos ao produtor – PGPM, da melhoria no escoamento da produção, da regulação dos estoques;
- a Armazenagem, com o aumento da capacidade estática dos armazéns públicos e a certificação das unidades armazenadoras;
- a Defesa e da Promoção Internacional dos produtos brasileiros;
- a Sustentabilidade na Agropecuária, por meio da promoção da agricultura orgânica e de outros sistemas de produção com a agregação de valores ambientais, sociais e econômicos à atividade rural;
- a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, com o Plano ABC, que foca na adaptação do setor às mudanças climáticas e na redução das emissões de gases de efeito estufa;
- a Agregação de Valor à Agropecuária, promoção do associativismo e cooperativismo e melhoria da infraestrutura produtiva que viabilize a redução de custos e perdas;
- a Agroenergia, com iniciativas para a produção de biomassa como fonte energética e vetor de desenvolvimento rural; e
- a Política de Modernização da Gestão Institucional, com reforço da gestão estratégica na execução e revisão das políticas setoriais e no provimento de serviços de qualidade à sociedade.

Para atingir os objetivos, foram estabelecidas várias Metas e dentre elas destacamos as principais: i) Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 para 30 milhões de hectares;

ii) Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2,148 milhões de toneladas para 2,792 milhões de toneladas; iii) Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração em sistemas agropecuários de produção sustentável dentro do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC); iv) Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis; v) Capacitar 40 mil produtores e 20 mil técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica; e vi) Ampliar de 26 para 90 os núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica. Observe-se que as metas foram devidamente regionalizadas no território, de acordo com as grandes regiões brasileiras.

Desta forma, considerando o interesse social e as incertezas em que o setor agropecuário opera, é fundamental a participação do Estado, que aporta e gerencia vários instrumentos e políticas para garantir o abastecimento, a segurança alimentar, a renda dos produtores rurais, a preservação do meio ambiente, a geração de divisas e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro

INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

O Brasil é internacionalmente reconhecido por sua capacidade de gerar conhecimentos e tecnologias inovadoras que muito contribuíram para o sucesso da agricultura tropical.

O programa Inovações para a Agropecuária foi desenvolvido com suporte nas leis e nos dispositivos setoriais, de forma transversal e multidisciplinar, pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Ciência e Tecnologia (MCT), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Pesca e Aquicultura (MPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social (MDS) e da Integração Nacional (MI), para fazer a interface da CT&I com as políticas públicas setoriais correlatas à agricultura, que demandam novos conhecimentos e inovações: agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização, agricultura irrigada, biodiversidade e florestas.

A importância da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) agropecuária pode ser verificada nos dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que revelam ser a pesquisa do setor público a principal fonte de crescimento da Produtividade Total de Fatores (PTF) na agropecuária, por outro lado, estudos mostram que o aumento de 1% nos gastos em P&D agropecuária, feitos pela Embrapa, impacta positivamente 0,17% esta mesma PTF.

A Tabela abaixo apresenta ganhos de produção no período de 1975-2008, para produtos selecionados.

Tabela 23. Ganhos de Produção na Nova Era Tecnológica (1.000 t)

Produto	1975	2008	Taxa Anual (%)
Algodão	1.748	3.983	2,53
Arroz	7.782	12.062	1,34
Batata – inglesa	1.655	3.074	2,45
Cana-de-açúcar	91.525	645.300	6,10
Carne bovina	2.115	10.382	4,94
Carne de frango	878	10.216	7,72
Carne suína	760	3.107	4,36
Feijão	2.283	3.461	1,27
Laranja	5.145	18.538	3,96
Leite (bilhões de litros)	8	28	3,89
Milho	16.335	58.933	3,96
Ovos (milhões de dúzias)	878	3.074	3,87
Soja	9.893	59.243	5,57
Trigo	1.788	6.027	3,75
População (mil habitantes)	105.380	189.613	1,80

Fontes: IBGE e Conab

Nesse sentido são vários os desafios a serem enfrentados, no interesse social de garantir a segurança alimentar da população, manter a competitividade da agropecuária nacional, aumentar os empregos e melhorar a renda, saúde e educação dos produtores:

- (i) o desenvolvimento e a incorporação de conhecimentos e inovações tecnológicas e organizacionais na agropecuária brasileira;
- (ii) a transferência tecnológica (TT) para o setor agropecuário nacional;
- (iii) a inclusão tecnológica dos pequenos e médios produtores, assim como da agricultura familiar;
- (iv) a viabilização da sustentabilidade produtiva e ambiental; e
- (v) a implantação da agricultura de baixa emissão de carbono e de outras alternativas tecnológicas sustentáveis.

O programa concentrará os esforços para a identificação, o monitoramento e a atuação sobre as principais forças, agentes e fatos portadores de futuro que influenciarão a Pesquisa e Desenvolvimento da tecnologia agropecuária nas próximas décadas (e.g. mudanças climáticas, uso sustentável da biodiversidade, genética, transgenia e nanotecnologia), bem como a gestão do conhecimento e a atuação internacional na forma de parcerias e convênios, a integração dos agentes que compõem o sistema de pesquisa agropecuária brasileiro, a formação de novos pesquisadores e a transferência de tecnologias aos produtores rurais.

As principais políticas e instrumentos de ação abordados por este programa temático são:

- (i) P&D para atender aos desafios nacionais, promovendo a competitividade, a adaptação às mudanças climáticas e a sustentabilidade setorial;
- (ii) modernização da infraestrutura, da estrutura institucional e da gestão, com atuação nacional e internacional em P&D agropecuária;
- (iii) P&D para as regiões cacauzeiras e o fortalecimento das suas cadeias produtivas;
- (iv) agregação de valor aos processos, sistemas, produtos e serviços agropecuários via qualificação de recursos humanos e fomento das várias modalidades de propriedade intelectual.

O programa está alinhado com os objetivos de governo voltados para reduzir a miséria, melhor definir zoneamentos agrícolas, melhorar as estimativas de safras e gestão de riscos agroclimáticos e proteger a propriedade intelectual pela proteção do patrimônio genético, das cultivares desenvolvidas e organização de cadeias agropecuárias para uso da indicação geográfica e de marcas coletivas.

As principais Metas dos Objetivos deste Programa são: i) Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano; ii) Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal; iii) Estabelecer 2 cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta; iv) Promover a formação de competências na Embrapa e Organizações Estaduais de Pesquisa em Agricultura, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico; v) Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão -AP, Recursos Genéticos); vi) Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas; e vii) Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas.

AGRICULTURA IRRIGADA

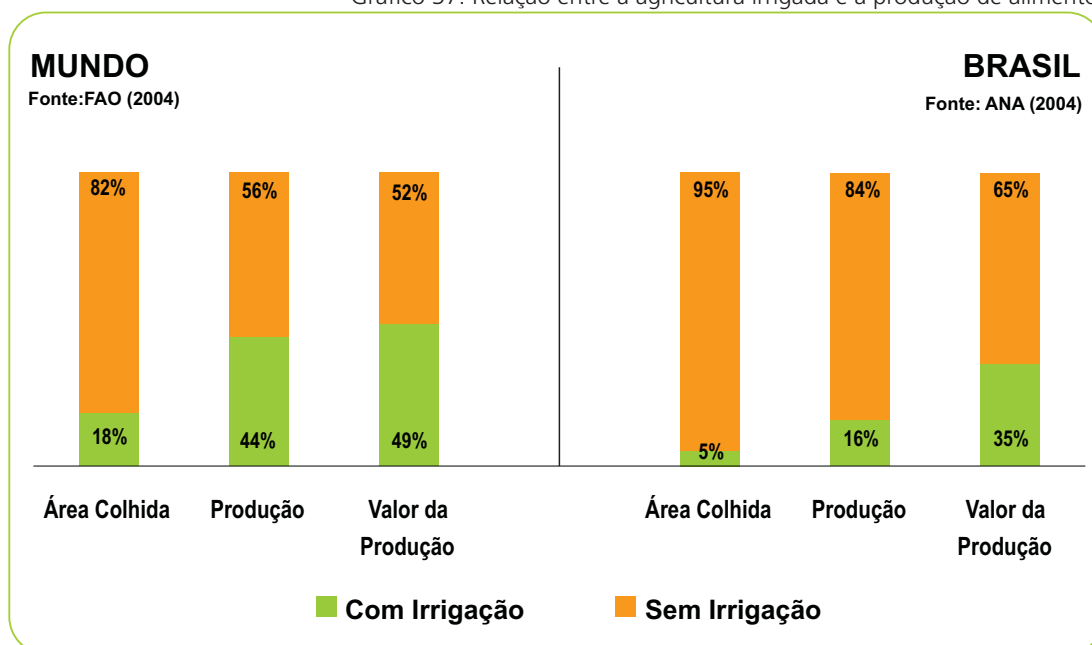
As projeções divulgadas pela ONU estimam que a população mundial, de atuais 6,78 bilhões, atinja 8,13 bilhões de pessoas em 2030 e, segundo estimativas do IBGE de 2008, a população brasileira, que hoje é de cerca de 190,73 milhões de pessoas, deve alcançar 216,41 milhões em 2030. Considerando esse crescimento populacional e a melhoria da renda de expressivas parcelas da população brasileira obtida ao longo das últimas décadas, certamente haverá aumento na demanda de alimentos.

As alternativas para o aumento da oferta de alimentos são: a redução das perdas nos processos de produção, processamento e distribuição - que apresenta potencial limitado de ganhos; a abertura de novas áreas destinadas ao plantio e à pecuária - o que também é limitado pelas questões ambientais e pela competição com outras atividades; e o aumento da produtividade das áreas ativas.

O aumento da produtividade implica maior produção por unidade de área, o que resulta em menor pressão para a expansão da área agrícola que seria necessária para atender a crescente demanda de alimentos. Esse incremento na produtividade pode ser potencializado pela associação das técnicas de irrigação e de drenagem, o que permite o controle da água disponibilizada ao desenvolvimento das culturas. A irrigação é uma técnica que possibilita o fornecimento de água às plantações, no tempo e na quantidade necessária ao pleno desenvolvimento vegetativo, enquanto os sistemas de drenagem permitem o escoamento da água que excede a necessidade das plantas.

A comparação da agricultura irrigada no Brasil com o cenário internacional ilustra o grande potencial de expansão da atividade no País. No cenário mundial, 44% do total da produção de alimentos provém de 18% da área cultivada que é irrigada, os demais 56% da produção são provenientes de métodos tradicionais de agricultura sem irrigação, que ocupam 82% da área colhida. No Brasil, apenas 5% da área colhida é irrigada, o que corresponde a 16% do total da produção de alimentos, conforme dados da ONU.

Gráfico 37. Relação entre a agricultura irrigada e a produção de alimentos



Fonte: FAO, 2009. ANA, 2006. ITEM, 2008. Elaboração SPI/MPOG.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, a Região Sudeste concentra a maior parte das áreas irrigadas do País com 37% do total, seguida pelas Regiões Sul com 27%, Nordeste com 22%, Centro-Oeste com 12% e Norte com 2%. Apesar de necessitarem de detalhamento, estudos preliminares apontam que as Regiões Norte e Centro-Oeste

apresentam os maiores potenciais de aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.

Para que o aproveitamento desse potencial se realize é premente que haja a modernização da Política Nacional de Irrigação com a promoção de incentivos fiscais, da facilitação ao acesso ao crédito, da disseminação de pesquisa e tecnologia, da ampliação do período de tarifas diferenciadas de energia elétrica para a atividade e da regularização fundiária de todos os perímetros de irrigação. De forma semelhante, para que os investimentos alcancem a máxima eficácia é necessário que sejam orientados por um Plano Nacional de Irrigação e que haja uma estrutura institucional adequada à gestão da política.

Entre as principais metas do Programa estão: a ampliação da atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos; a aprovação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação; a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada; a transferência da gestão de 18 perímetros públicos de irrigação, a conclusão das infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha; a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação; a disponibilização de R\$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada; a disponibilização de serviços de Assistência Técnica Rural (ATER) para 25.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação; a obtenção da conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação e a construção da infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação.

PESCA E AQUICULTURA

No Brasil, a pesca e a aquicultura são pilares essenciais para a inclusão social, pois são atividades de grande potencial de desenvolvimento. Isto se deve ao fato de o setor absorver parcela importante da população que se encontra no limiar da exclusão social. No setor pesqueiro, são cerca de 1 milhão de trabalhadores que têm no pescado o seu principal meio de vida, além de mais 3,5 milhões de empregos indiretos em toda a cadeia do pescado.

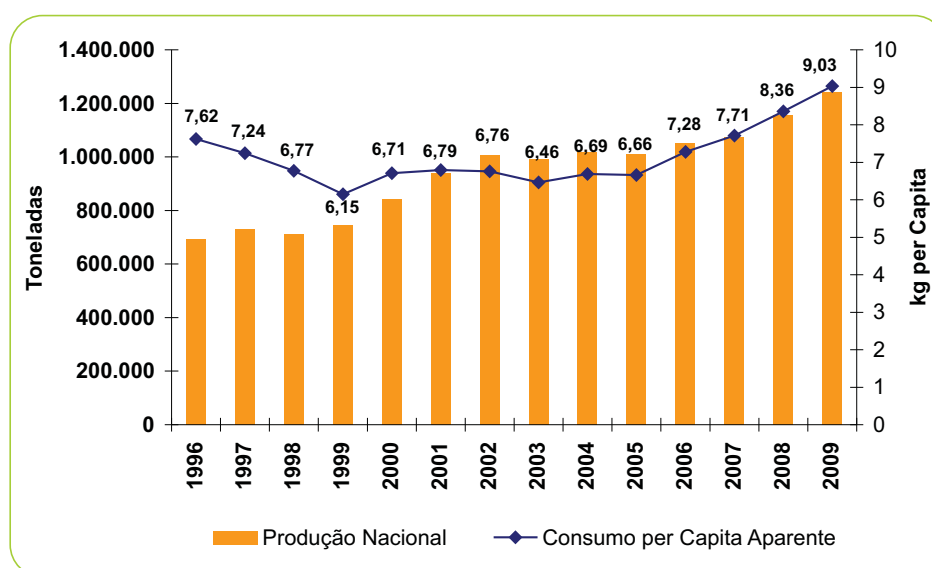
Em termos potenciais, o Brasil tem condições de se transformar em grande produtor de pescado, principalmente por meio da aquicultura, uma vez que os elementos essenciais para essa realidade estão disponíveis: água de qualidade, áreas potenciais, capacidade técnica, espécies promissoras, clima adequado em boa parte do território e, principalmente, um contingente de pessoas que podem atuar no setor, como na produção, comercialização e beneficiamento.

Todas as vertentes sociais, econômicas e ambientais reconhecem que a potencialidade de produção aquícola é subaproveitada, podendo atender à demanda crescente por pescado

e incluir socioambientalmente comunidades tradicionais. No ranking mundial dos países produtores de pescado, o Brasil aparece em 21º lugar, com produção pesqueira em torno de 1.200.000 toneladas/ano, considerando dados de 2008 da FAO.

Da mesma forma, o consumo médio aparente per capita de pescado ainda é considerado baixo, estando em 2009 em torno de 9 kg/hab/ano, com crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Segundo estimativas da FAO, está previsto para 2030 um consumo per capita de pescado de cerca de 22,5 kg/hab/ano.

Gráfico 38. Consumo per Capita Aparente x Produção Brasileira de Pescado



Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010

Além da produção sustentável, a recuperação dos estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais e o desenvolvimento da grande capacidade da aquicultura marinha e continental é política fundamental estabelecida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Para isto o Ministério prevê importantes investimentos focados na superação dos entraves para o incremento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, de forma a estruturar a cadeia produtiva a fim de garantir a regularidade e qualidade da oferta de pescado.

Para atingir esse objetivo, conta com o apoio de entidades como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

No entanto, alguns dos problemas que dificultam o aumento da produção e causam entraves no desenvolvimento produtivo da pesca e aquicultura são: baixo investimento na geração e no fomento de pesquisa e tecnologia; dificuldade no acesso às linhas de crédito; assistência técnica insuficiente; falta de publicidade para aumento no consumo de pescado; ineficiência e desarticulação com órgãos de ordenamento e controle;

ocorrência da pesca irregular; alta informalidade no setor produtivo; precariedade do sistema de controle de sanidade dos produtos provenientes da atividade pesqueira e aquícola, sendo que este último problema é abordado no Programa Defesa Agropecuária.

Mesmo com os problemas enfrentados, o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2008 – 2009, elaborado pelo MPA, mostra que a produção de pescado do País aumentou, de acordo com os dados já amplamente divulgados. A produção total da pesca extrativa no Brasil, em 2008, foi de 791.055 toneladas e, em 2009, de 825.163 toneladas, representando incremento de 4,3 % no período. Já na aquicultura percebe-se a potencialidade do setor, com um aumento de 13,8% no mesmo período, cuja produção passou de 365.366 toneladas para 415.649 toneladas.

Outro dado relevante no que diz respeito à produção de pescado é referente à balança comercial. Nota-se que as exportações brasileiras no ano de 2008 alcançaram o montante de US\$ 239 milhões, correspondendo a 36 mil toneladas. Já em 2009, houve um recuo para US\$ 169 milhões, sendo equivalente a 30 mil toneladas de pescados, uma redução, portanto, de 29% em valores e 18% em termos físicos, no período indicado. Já no que se refere às importações brasileiras, verifica-se um comportamento inverso, tanto para o volume quanto para o valor. Em 2008 o País importou US\$ 658 milhões, valor relativo a 208 mil toneladas de pescado, enquanto que em 2009 o valor do pescado importado foi de US\$ 688 milhões, relativos a 230 mil toneladas, que corresponde ao crescimento percentual de 5% e 10%, respectivamente.

A balança comercial do pescado nos anos de 2008 e 2009 evidencia déficits comerciais. Alguns fatores podem justificar esse déficit: a) câmbio propício ao aumento das importações; b) diminuição das exportações do pescado brasileiro, em virtude do crescimento do mercado interno; c) produção insuficiente voltada, apenas, a atender as demandas internas.

Essas estatísticas sinalizam que o Brasil possui potencial para se tornar um grande produtor mundial de pescados, especialmente por meio da aquicultura. Segundo a FAO, até 2030 a produção pesqueira nacional teria condições de atingir 20 milhões de toneladas. Caso alcance essa produção, será causado impacto econômico considerável, gerando, aproximadamente, 10 milhões de empregos na atividade aquícola e pesqueira.

Com o intuito de explorar esse potencial, o Programa Pesca e Aquicultura abordará os seguintes pontos: aumento da produção de pescados de forma sustentável; implementação de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado; promoção da inclusão social, do acesso à cidadania e qualificação profissional dos trabalhadores da pesca e aquicultura; gestão da atividade pesqueira e inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional.

Além disso, o Programa Pesca e Aquicultura espera atingir as seguintes metas: atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola; implantar 9 terminais pesqueiros públicos; atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado; alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação; e implantar 6 escolas nacionais para profissionais da pesca e aquicultura.

DEFESA AGROPECUÁRIA

O Brasil tem buscado constantemente a transparência nas suas relações de comércio e a oferta de alimentos seguros e de qualidade, o que o credenciou a ser hoje um dos principais fornecedores de alimentos em âmbito mundial. O crescimento acelerado da agricultura traz novos desafios à defesa agropecuária em termos de políticas públicas e serviços eficientes. Por isso, o alimento seguro, a sanidade dos animais e vegetais e a idoneidade dos insumos e dos serviços usados na agropecuária são partes importantes da Agenda do Governo Federal.

A ação da defesa agropecuária brasileira atuando na prevenção, no controle e na erradicação de pragas e doenças é que garante a posição do Brasil de grande fornecedor de alimentos para o mercado mundial.

No caso da produção e do comércio de carnes bovinas, suínas e de aves, os maiores riscos referem-se a doenças como a febre aftosa, a peste suína clássica, a brucelose, a tuberculose, a encefalopatia espongiforme bovina (vaca louca), a gripe aviária e a doença de Newcastle das aves. Destaca-se o progresso significativo alcançado na erradicação da febre aftosa, sem dúvida alguma o maior fator sanitário limitante ao livre comércio das carnes bovina e suína in natura. Neste momento a febre aftosa encontra-se totalmente erradicada em dezesseis Unidades da Federação

No caso de alimentos de origem vegetal, como o açúcar, café e dos sucos os riscos são de danos a produção por ocorrência de pragas como o “greening”, cancro cítrico, mosca das frutas, ferrugem, broca no café e broca da cana, entre outras.

O Brasil produz aproximadamente 1,25 milhões de toneladas de pescado, sendo 33% oriundos da aquicultura. A atividade gera um PIB pesqueiro de R\$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais entre pescadores e aquicultores e proporciona 3,5 milhões de empregos indiretos. No âmbito da pesca, são igualmente indispensáveis investimentos no monitoramento da ocorrência de enfermidades e resíduos e contaminantes a fim de garantir a qualidade e sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

No âmbito da cadeia de insumos agropecuários são executadas as atividades de fiscalização e registro de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos e afins, de material genético animal, de sementes e mudas, de produtos para alimentação animal, dos fertilizantes e

afins e das atividades com organismos geneticamente modificados, visam garantir níveis de segurança e qualidade em consonância com as normas nacionais e internacionais.

A fim de dar suporte às atividades de sanidade agropecuária, a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários conta com seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) e nove unidades avançadas, além da rede credenciada de 604 laboratórios públicos e privados localizados em todas as regiões do Brasil. Para a ampliação da capacidade analítica da rede, é necessário modernizar a estrutura física dos Lanagros, mediante a aquisição de insumos e equipamentos que propiciem a implantação de métodos com respostas analíticas mais rápidas e em maior volume, assim como o treinamento do corpo técnico e ampliação do número de servidores e funcionários. O credenciamento de laboratórios também é importante ferramenta na ampliação da capacidade analítica, além de possibilitar que os laboratórios oficiais concentrem-se em atividades que não podem ser delegadas, como o desenvolvimento e a validação de métodos, o controle e monitoramento da rede de laboratórios credenciados e outras atividades indelegáveis que servem às atividades de fiscalização ou perícia.

Embora tenham sido fortalecidos os programas de controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais bem como os programas de controle e rastreabilidade dos produtos e insumos agropecuários em todos os segmentos da cadeia produtiva, é necessário ampliar as atividades de fiscalização, pois essas não possuem abrangência e penetração suficientes em todo o território nacional para garantir um nível de qualidade uniforme dos produtos agropecuários.

Nesse sentido, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) continua sendo a opção de reforço para ampliar a abrangência da defesa agropecuária em todo o território nacional no âmbito dos estados e municípios. O Suasa foi instituído pelo poder público com o objetivo de coordenar as atividades de sanidade agropecuária nas três instâncias: federal, estadual e municipal, em articulação com a iniciativa privada.

A implementação do Suasa visa aos seguintes propósitos: (1) ampliar o alcance e abrangência dos serviços de defesa agropecuária no território nacional; (2) fortalecer as ações preventivas da defesa agropecuária evitando a disseminação de pragas e doenças; (3) garantir respostas rápidas e efetivas às emergências sanitárias em todo o território nacional; (4) facilitar o acesso de produtores de qualquer parte do País a mercados mais amplos, pela adoção, pelas três instâncias, de procedimentos equivalentes de inspeção, e; (5) modernizar e aperfeiçoar os processos de trabalho, em todo o Sistema, de forma a aumentar significativamente a eficiência, eficácia e efetividade de suas atividades.

Além disso, as atividades de educação sanitária em defesa agropecuária visam promover a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros, estimulando ações públicas e da sociedade organizada. São realizados cursos de educação sanitária para capacitação profissional de agentes de saúde agropecuária e formação de multiplicadores, além de projetos educativo-sanitários e da promoção de intercâmbio de experiências por meio de seminários e congressos.

Dentre as metas do programa para o PPA 2012-2015 destacam-se: obter o reconhecimento internacional de país livre de Febre Aftosa, erradicar a Mosca da Carambola e a *Cydia pomonella* do território nacional, promover a adesão de todos os estados, do Distrito Federal e de 1.110 municípios ao Suasa, implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária, capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do Suasa, promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária e manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais, vegetais e seus produtos.

Adiciona-se às anteriores, realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas, estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em todas as unidades federativas, ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos e reconhecer 10 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos.

TURISMO

A participação percentual do setor turismo na economia brasileira atingiu 3,6% em 2007, segundo o último levantamento da renda setorial realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 2003 e 2007, as atividades do turismo tiveram crescimento de 22% contra 19,3% para o total do valor adicionado pela economia global do País. As Atividades Características do Turismo, segundo esse mesmo estudo, empregaram 5,9 milhões de ocupações em 2007, o que representava 10,1% do total do setor de serviços e 6,2% do total da economia.

O turismo interno brasileiro vem sendo impactado de forma significativa pelas melhorias sociais registradas nos últimos anos, com o surgimento de uma forte classe média. O setor deve participar desta nova fase de crescimento econômico e se consolidar como importante atividade para o desenvolvimento social, geração de postos de trabalho, investimentos em infraestrutura e sustentabilidade.

O mercado de viagens representa 30% das exportações mundiais de serviços e 6% das exportações mundiais totais. Como categoria de exportação, o turismo se situa em 4º lugar. Os números mais recentes da economia mundial indicam que o período de crise vivenciado nos últimos anos ainda não se extinguiu, mas já existem sinais de recuperação. Os países com economias emergentes têm papel relevante neste momento, pois sofreram perdas relativamente menores do que as economias mais desenvolvidas e podem aproveitar a oportunidade para ocupar novos espaços no turismo internacional.

Por outro lado, nesse mesmo período, o País conseguiu manter e até aumentar o fluxo de turistas e divisas internacionais, que, além da crise financeira internacional, teve que enfrentar

o encarecimento de produtos e serviços turísticos brasileiros devido à forte valorização da taxa de câmbio. Dessa forma, pode-se concluir que as políticas públicas postas em marcha para o turismo brasileiro obtiveram resultados positivos nesses últimos anos.

O Brasil sediará a Copa das Confederações de Futebol, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Na prática, esses megaeventos esportivos mundiais representam real e efetiva oportunidade de o Brasil se inserir no cenário mundial, provando ser uma alternativa competitiva como destino turístico.

Sem planejamento, o turismo cresce de forma desordenada, provocando rápido processo de urbanização, associado ao aumento da pobreza e degradação ambiental, com perda de atratividade dos destinos turísticos. Deve-se buscar, portanto, desenvolver mecanismos para fortalecer a sustentabilidade de forma a promover o turismo como uma estratégia de desenvolvimento territorial, com ampla participação das partes envolvidas, e articulada com os instrumentos planejamento e ordenamento.

O turismo deve se consolidar nos próximos anos como um forte setor da economia brasileira, o que reforça a importância tanto do planejamento estratégico quanto do modelo de gestão. Este modelo vem se consolidando de modo amplo, integrado e descentralizado, permitindo aos agentes investidores terem confiança nas políticas públicas. Esse modelo vem permitindo também a integração entre as diversas instâncias de governo com a participação simultânea da iniciativa privada e representações da sociedade civil.

Para enfrentar o conjunto de oportunidades e de desafios para o período do Plano Plurianual 2012-2015, há cinco objetivos definidos:

- estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os Megaeventos Esportivos;
- incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil;
- fortalecer a imagem dos produtos, serviços e destinos turísticos no mercado internacional para o incremento de divisas no turismo brasileiro;
- promover a sustentabilidade, a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e
- fortalecer a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

BIODIVERSIDADE

Biodiversidade é a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, expressa a diversidade da vida na Terra e representa fator primordial para a preservação do equilíbrio na natureza. O Brasil apresenta elevada biodiversidade, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta. Os recursos provenientes

da biodiversidade constituem importante fonte de renda e geração de emprego, contribuindo para as atividades de diversos setores, tais como, agropecuário, pesqueiro, florestal e farmacêutico.

Nossa diversidade climática contribui para diferenças ecológicas, formando zonas biogeográficas distintas chamadas biomas: a Floresta Amazônica, o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, os Pampas, além dos ecossistemas marinhos. A variedade de biomas resulta na riqueza da flora e fauna brasileiras, tornando-as as mais diversas do mundo, sendo muitas das espécies brasileiras consideradas endêmicas, ou seja, ocorrem apenas em nosso território.

A manutenção da diversidade biológica conta com importantes marcos legais, tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – tratado internacional, que teve origem na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 – e a Política Nacional de Biodiversidade (PNB) que, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar e ratificar a CDB, institui os princípios e as diretrizes para a implementação da política do setor, por meio do Decreto nº 4.339/2002.

A CDB trouxe o importante conceito da agrobiodiversidade, que é o conjunto de espécies da biodiversidade utilizado nas práticas agrícolas e correlatas pelas comunidades locais, povos indígenas e agricultores familiares. Neste caso, a conservação de sementes crioulas e de sistemas tradicionais de produção é relevante para a manutenção dessas populações. Por sua vez, o conceito de produtos da sociobiodiversidade envolve bens e serviços gerados a partir de recursos naturais da biodiversidade, por meio de práticas realizadas pelos povos e comunidades tradicionais, tais como, açaí, castanha-do-brasil, látex e buriti.

Uma estratégia importante para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de unidades de conservação (UCs) em todos os biomas, visto que estas protegem não apenas a diversidade de espécies e seus genes, mas também os ecossistemas e seus serviços ambientais. Segundo dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, o Brasil conta com aproximadamente 150 milhões de hectares de área cobertas por UCs, o que corresponde a 17% da área continental e 1,5% das águas jurisdicionais brasileiras, sendo formado por 12 categorias, conforme objetivos específicos de gestão e usos permitidos, subdivididos em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.

No entanto, somente a criação não é suficiente para a conservação da biodiversidade nacional, devendo ser prioritária a consolidação das unidades já existentes, envolvendo sua demarcação, fiscalização e elaboração do respectivo plano de manejo que detalha suas potencialidades.

Das 761 UCs criadas até 2011 (no âmbito federal, estadual e municipal, exceto RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural), 28% têm Conselho Gestor e 15% Plano de

Manejo aprovado. Além das unidades de conservação integrantes do SNUC, as terras indígenas – 110 milhões de hectares, representando 13% do território brasileiro – e os territórios quilombolas também são considerados áreas protegidas. A rica sociodiversidade, representada por mais de 200 povos indígenas e comunidades locais, reúne inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação e o uso da biodiversidade.

As espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção são monitoradas pelo Ministério do Meio Ambiente. No caso específico da fauna, a principal referência é o livro vermelho das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Esse estudo possibilita combater as ações de caça e de pirataria de animais e incentivar a preservação dos habitats naturais das espécies ameaçadas. Para reverter o risco de extinção da fauna brasileira o governo elabora Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção; dessas, 23% estão contemplados por Planos de Ação.

A definição de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e para a repartição de benefícios da biodiversidade é uma importante ferramenta desenvolvida para o planejamento e gestão territorial, permitindo identificar áreas e ações prioritárias, com base em critérios específicos estabelecidos para cada bioma.

Em 2006, a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) estabeleceu 51 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010. Houve avanço, sobretudo naquelas relacionadas às áreas protegidas, à redução da taxa de desmatamento dos biomas, à redução do número de focos de calor em cada bioma e à elaboração de uma lista amplamente acessível das espécies de plantas. Mas ainda permanecem lacunas, sobretudo nos seguintes temas: recuperação de estoques pesqueiros com gestão participativa; elaboração de planos de manejo para controlar as principais espécies exóticas invasoras; proteção do conhecimento das comunidades tradicionais; e criação de políticas para repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso comercial dos recursos genéticos dos ecossistemas.

Recentemente, com a instituição do Programa Brasil Sem Miséria, um passo adiante foi dado na superação de desafios socioambientais. Parte integrante do programa, o “Bolsa Verde” é voltado para grupos sociais em situação de extrema pobreza que vivem em áreas socioambientais prioritárias. A proposta é incentivar a conservação dos ecossistemas e promover o aumento de renda da população em situação de extrema pobreza, que exerça atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no meio rural.

As metas do Programa contemplam as principais lacunas da política, dentre as quais se destacam: ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando o conhecimento da biodiversidade; criar e assistir 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade; promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em

âmbito nacional; remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos ambientais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria); elaborar Planos de Ação para 100% das espécies da fauna ameaçadas de extinção e 500 espécies da flora ameaçadas de extinção; regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas; implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, monitoramento e erradicação de espécies invasoras; e estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público e atualizar o mapa de áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Na visão de longo prazo, o Brasil pretende ser reconhecido por seu modelo de desenvolvimento sustentável, que busca a igualdade social com produção do conhecimento e inovação tecnológica. Nesse contexto, um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a mudança do clima, resultado de um aumento histórico da concentração atmosférica de Gases de Efeito Estufa (GEE) proveniente da queima de combustíveis fósseis, agravada pelos processos de desmatamento, degradação e desertificação provocados pelas formas insustentáveis de uso dos recursos naturais.

Com uma economia fortemente dependente das condições climáticas, para garantir que o seu modelo de crescimento econômico e desenvolvimento seja cumprido de forma sustentável, o Brasil deve se preparar para lidar com esses impactos, minimizando vulnerabilidades e adaptando-se a novos cenários, ao mesmo tempo em que contribui para a mitigação das mudanças climáticas por meio da efetiva redução de suas emissões de GEE.

A Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, mediante o Protocolo de Quioto, de 1998, estabelece metas de redução de emissões para os países industrializados. Aos países em desenvolvimento não são atribuídas metas obrigatórias, no entanto permanece o compromisso das partes com a estabilização das concentrações atmosféricas de GEE.

Alguns gases regulamentados pelo Protocolo de Montreal, de 1985 também possuem elevado potencial de aquecimento global, como o CFC e o HCFC. Nesse sentido, o Plano Nacional de Eliminação dos CFC e o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFC já são

medidas tomadas pelo País para proteger a camada de ozônio, o que corresponde a milhões de toneladas de emissões evitadas de CO₂ equivalente.

Em 2009, o Brasil assumiu o compromisso voluntário de, até 2020, reduzir suas emissões a um montante entre 36,1% e 38,9%. No mesmo ano, o País criou a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que estabelece as metas anunciadas internacionalmente e os demais instrumentos para sua implementação, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Este, com o objetivo de aplicar parte dos lucros da indústria do petróleo em ações de mitigação das mudanças climáticas e adaptação aos seus efeitos.

Diferentemente dos países industrializados, no Brasil, a maior parcela das emissões líquidas estimadas de CO₂ é proveniente do uso da terra, em particular da conversão de florestas para uso agropecuário. A parcela das emissões de CO₂ por uso de combustíveis fósseis é relativamente pequena, em função da elevada participação de energia renovável na matriz energética brasileira, tanto pela geração de eletricidade por meio de hidrelétricas, quanto pelo uso de etanol no sistema de transporte e do bagaço de cana-de-açúcar e do carvão vegetal na indústria. Além disso, deve-se observar que o consumo energético brasileiro é ainda modesto, quando comparado aos países industrializados.

A convivência com o Semiárido, o combate à desertificação, o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, a redução da pobreza e desigualdade e a prevenção de catástrofes naturais constituem, em essência, as principais ações de adaptação. Por essa razão, a elaboração do Programa Nacional de Adaptação, no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima, é extremamente importante para enfrentar as consequências das mudanças climáticas. Contudo a adaptação humana às possíveis mudanças do clima e aos possíveis usos da terra de forma sustentável depende, em grande parte, da capacidade de mapeamento, diagnose, previsão e detecção precoce de quaisquer impactos associados ao uso da terra.

Paralelamente às ações de mitigação e adaptação, o Governo vem empreendendo esforços na obtenção e qualificação de informações técnicas e científicas sobre os impactos da mudança do clima. O Brasil ainda depende, em parte, de cenários sobre uso da terra e clima gerados e interpretados fora do País, que tendem a não considerar as peculiaridades regionais brasileiras, especialmente de biomas exclusivos como a Caatinga. Assim, estudos aprofundados sobre os efeitos das mudanças climáticas no Brasil deverão ser realizados, principalmente quando se aborda a distribuição geográfica.

O Programa de Mudanças Climáticas considera os impactos e a vulnerabilidade do País aos efeitos da mudança do clima, colabora com a mitigação da mudança global do clima pela redução das emissões de GEEs e aumenta a capacidade nacional de enfrentamento

à mudança do clima pela geração e difusão de conhecimento e tecnologia e mobilização pública.

Historicamente, o Brasil vem fazendo sua parte no combate às mudanças do clima. Diversos programas e iniciativas governamentais são responsáveis por reduções consistentes das emissões de GEE e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. No âmbito do Plano Plurianual, os objetivos, metas e iniciativas que tratam diretamente da mitigação das emissões dos GEE estão presentes em diversos programas temáticos, como os de Agropecuária Sustentável, de Florestas, de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, e de Energia Elétrica.

FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS

O Brasil detém a segunda maior área de florestas do mundo, distribuída em seis biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. Essas florestas produzem bens e serviços decisivos para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social do País: conservação dos recursos hídricos, da biodiversidade e dos solos; oferta de polinizadores; equilíbrio dinâmico do ciclo do carbono, entre outros. As diversas atividades baseadas em florestas naturais ou plantadas contribuem diretamente com cerca de 1,6% do PIB nacional.

Este Programa procura valorizar as florestas brasileiras, compreendidas como as tipologias tipicamente florestais e os demais remanescentes da vegetação natural dos biomas. A estratégia é promover ações que levem à conservação e ao uso sustentável dos recursos florestais e à viabilização de uma economia florestal fortemente inclusiva, além do combate ao desmatamento e aos incêndios florestais.

Vários biomas perderam muito de seus recursos florestais originais, por razões distintas. No entanto, a Amazônia ocupa a prioridade para a prevenção e controle do desmatamento; ali, a expansão econômica tem seguido o padrão agroexportador de outras áreas, com fornecimento de matéria-prima de baixo valor agregado. Cerca de 18% das florestas na região foram removidas até o presente.

A conservação das florestas precisa responder à necessidade de resguardar áreas críticas e sensíveis do ponto de vista ambiental, que são aquelas de alta biodiversidade, de importância para manutenção dos recursos hídricos e os territórios de populações tradicionais. Assim, dentre as ações de prevenção encontram-se aquelas voltadas à redução do uso do fogo no meio rural e aos incêndios florestais, com a realização

de atividades educativas de conscientização e difusão de práticas sustentáveis, com a valorização dos remanescentes de cobertura vegetal nativa.

Para tanto, foram propostas metas de reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais até 2015 e, também, de aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, tendo como base 89 ações executadas em 2010. O uso sustentável das florestas é uma das possibilidades para superar o principal desafio da sociedade e do estado brasileiro: a dissolução da falsa dicotomia entre meio ambiente e produção.

A sustentabilidade das atividades econômicas no meio rural, desde a adoção de boas práticas agropecuárias até a regularidade ambiental das áreas de preservação permanente, é essencial para consolidar o sucesso da agricultura brasileira. As indústrias, principalmente aquelas de base florestal, necessitam empreender medidas para o autossuprimento de fontes sustentáveis, modernizar as tecnologias de transformação da matéria-prima florestal, reduzindo assim a demanda e a pressão sobre os recursos naturais e aumentando a eficiência e competitividade.

Na Amazônia, especialmente, é preciso fortalecer e aprimorar as políticas de prevenção e controle do desmatamento e valorização do ativo florestal, evitando, assim, a retomada do corte raso tão prejudicial ao sistema florestal. No Brasil, a maior parcela das emissões líquidas estimadas de CO₂ é proveniente da mudança do uso da terra, em particular da conversão de florestas para uso agropecuário.

A recuperação de passivos ambientais em Áreas de Proteção Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL) se faz necessária. A meta é de recuperação de 20 milhões de hectares até o final do PPA, em 2015 e, para tanto, está prevista a atuação de forma compartilhada e coordenada entre órgãos federais e estaduais, com uma previsão de atuação em uma base territorial de aproximadamente 355 milhões de hectares, contemplando 5,1 milhões de propriedades. Aliado ao cumprimento da meta, o programa Mais Ambiente conta com instrumentos como o Termo de Adesão e Compromisso, a ser firmado pelo beneficiário com o propósito de regularizar ambientalmente suas áreas de APP e RL; o Cadastro Ambiental Rural (CAR); e os Instrumentos de Cooperação com os Estados e demais parceiros públicos e privados credenciados para o apoio às ações de descentralização do programa.

Se no passado as políticas econômicas estimularam fortemente o avanço predatório da fronteira agrícola, é preciso que os novos incentivos revertam essa trajetória, estimulando de forma robusta e substancial o avanço na transição do modelo, desenvolvendo estratégias de políticas governamentais integradas entre agricultura, desenvolvimento agrário e meio ambiente. Nesse contexto, a implementação de instrumentos de Pagamentos por Serviços Ambientais é essencial para valorizar o ativo ambiental e alterar a lógica de ocupação do território nacional para um modelo baseado na sustentabilidade.

Essencialmente, o Programa Temático ancora-se na combinação de várias diretrizes:

- a) o desenvolvimento de uma economia florestal sustentável;
- b) a prevenção e controle do desmatamento, dos incêndios florestais e da extração predatória de produtos e subprodutos florestais;
- c) a recuperação de áreas com vegetação natural degradada, especialmente as de preservação permanente e as reservas legais; e
- d) a proteção dos ecossistemas florestais e a promoção da gestão florestal compartilhada.

O fundamental a ser alcançado durante a execução do presente Programa dentro do PPA é promover, de um lado, a conservação dos remanescentes de vegetação nativa nos biomas, e, por outro, a consolidação produtiva das áreas já abertas.

LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

No contexto do Desenvolvimento Sustentável, que é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, os padrões de qualidade ambiental têm como objetivo atuar como um instrumento de gestão ambiental, com vista à preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.

A Constituição Federal trata como direito humano e fundamental de todos, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, a Lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, institui princípios que buscam garantir a sua defesa. Visando garantir esse dever constitucional, o poder público depara-se com o desafio da articulação e convergência de ações entre os diferentes setores do governo e da sociedade.

Para lidar com a complexidade de prevenção, controle, mitigação e recuperação da qualidade ambiental, foram instituídos diversos instrumentos da política ambiental, dentre os quais destacam-se a Avaliação de Impacto Ambiental (análise sistemática dos impactos ambientais de um projeto e suas opções alternativas) e o Licenciamento Ambiental (o processo autorizativo que permite o estabelecimento de condicionantes visando à adequação ambiental de atividades e empreendimentos).

Entre os principais desafios do Licenciamento Ambiental está o fortalecimento da transversalidade das diretrizes de sustentabilidade ambiental no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do País, propostos pelos setores públicos e privados. Há também necessidade de realizar ações voltadas à revisão de normativos, à disponibilização qualificada de informações ambientais e ao aperfeiçoamento da capacidade operacional dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento.

A fiscalização ambiental também possui grande interface com os demais instrumentos da política ambiental, tendo a finalidade de exercer o poder de polícia administrativa, garantindo o controle e a remediação de áreas poluídas, contaminadas e degradadas, aplicando aos infratores as devidas sanções.

As atividades que envolvem substâncias químicas perigosas podem representar uma ameaça à qualidade do meio ambiente e à saúde humana, uma vez que apresentam risco de impactos negativos, podendo resultar na liberação de poluentes tóxicos. Dessa forma, e considerando a posição relevante do País como produtor e consumidor de substâncias químicas industriais, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca.

Um dos principais desafios para garantir a qualidade ambiental diz respeito à promoção de mecanismos que garantam a adequada gestão dos produtos e substâncias químicas durante seu ciclo de vida. Para melhor sustentação das ações dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) no controle da poluição, contaminação e alterações de formulações de agrotóxicos e afins são necessárias análises laboratoriais para qualificar o dano, as impurezas presentes, as substâncias focos da ação fiscalizatória, bem como sua quantificação.

Os processos industriais e de geração de energia, os veículos automotores e as queimadas são, dentre as atividades antrópicas, as maiores causas da emissão de substâncias poluentes para a atmosfera. A poluição atmosférica, além de causar prejuízos à saúde, à qualidade dos materiais (corrosão), do solo e das águas (chuvas ácidas), traz prejuízos aos recursos públicos, uma vez que a exposição aos poluentes atmosféricos acarreta o aumento do número de atendimentos e internações hospitalares.

Neste sentido, a gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento socioeconômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente seguro e, para tanto, fazem-se necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico.

Com o crescente grau de desenvolvimento industrial e econômico do País, há a tendência de aumento da frequência, da intensidade e dos impactos ambientais e socioeconômicos dos desastres, tanto os naturais quanto os tecnológicos. Esse cenário requer que se desenvolva e implemente uma política de gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais e o estabelecimento de estratégias para a articulação entre os setores envolvidos.

Nesse contexto, importante desafio será a elaboração do Plano Nacional de Contingência (PNC), que tem o objetivo de estabelecer uma estrutura organizacional nacional para ampliar a capacidade de resposta no combate a incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas jurisdicionais brasileiras ou ainda os interesses dos países vizinhos, de modo a minimizar os danos ao meio ambiente.

Metodologias de planejamento participativo e ações educativas são estratégias essenciais para potencializar e ampliar as ações de inclusão, fortalecer e complementar as políticas públicas e favorecer maior controle social. Os processos de Agenda 21 local têm influenciado os municípios e empresas a elaborar seus Planos Locais ou Setoriais de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), os quais são adequados a este propósito como ferramenta de participação popular.

A administração pública, por meio do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), tem responsabilidade na indução de novos padrões de produção e consumo sustentável, visando a gestão dos resíduos sólidos e a adoção de mecanismos e tecnologias voltados para melhoria da qualidade ambiental. Associados ao processo de Educação Ambiental, estes se complementam e entram em sintonia com as políticas de controle, licenciamento, regulamentação e fiscalização.

Sendo a gestão ambiental responsabilidade comum do Poder Público e do conjunto da Sociedade, a divulgação e o acesso aos dados e informações ambientais geradas revestem-se de especial importância para a consolidação e o fortalecimento da democracia participativa na construção coletiva do Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, a geração, sistematização e disseminação das informações sobre a qualidade do meio ambiente integram as iniciativas dos objetivos deste Programa.

CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A água possui relevante valor socioambiental, é elemento vital para as atividades humanas e é componente da paisagem e do meio ambiente; bem precioso, deve ser conservado e protegido. É um recurso que condiciona o desenvolvimento que uma região, país ou sociedade pode alcançar.

A instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) e a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) deram novo impulso à gestão descentralizada das águas. Após a Lei nº 9.433, vários estados e o Distrito Federal elaboraram suas políticas, criaram seus conselhos de recursos hídricos e, em muitos destes, instalaram-se comitês de bacia.

De acordo com a Política, o uso prioritário da água destina-se ao consumo humano e à dessedentação de animais. A bacia hidrográfica é reconhecida como a unidade territorial para planejamento e gestão, que deve proporcionar o uso múltiplo das águas. Ao mesmo tempo, a gestão deve garantir que o desenvolvimento regional seja sustentável, sendo alcançado somente por meio da gestão integrada dos recursos hídricos.

Durante os últimos dez anos, foi nítido o desenvolvimento da gestão de recursos hídricos, entretanto as entidades federais que detêm responsabilidades na implementação do SINGREH devem fomentar e aperfeiçoar mecanismos de articulação e cooperação com as unidades da federação, fortalecendo diretrizes de efetiva descentralização e conferindo a necessária capilaridade ao Sistema de Gestão. É necessário aproveitar de modo sustentado e racional as vantagens comparativas que as disponibilidades hídricas oferecem ao País, sem prejuízos aos aspectos concernentes ao uso racional e sustentável dos recursos hídricos, dando maior importância à implementação de instrumentos de gestão.

Para enfrentar esses desafios, destaca-se a abrangência nacional do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e seu cunho eminentemente estratégico, pois, além de subsidiar ações voltadas à implementação do SINGREH, revelando seu caráter de instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, subsidia linhas temáticas e diretivas que se articulam com o PPA, buscando a coordenação e a convergência de ações de governo em temas de marcado interesse para a gestão dos recursos hídricos.

O Brasil tem posição privilegiada no mundo, em relação à disponibilidade de recursos hídricos. Segundo o GEO Brasil – Recursos Hídricos, a vazão média anual dos rios em território brasileiro é de cerca de 180 mil m³/s, valor que corresponde a aproximadamente 12% da disponibilidade mundial. Quanto à disponibilidade de águas subterrâneas, estimativa preliminar das disponibilidades hídricas exploráveis atinge cerca de 4.000 m³/s em todo o País.

A relação entre a demanda e a disponibilidade hídrica no Brasil ainda é confortável: 73% dos principais rios do País são classificados como em situação excelente. Contudo há grandes diferenças regionais entre a oferta e a demanda dos recursos hídricos. Dados do relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2009” demonstram que as regiões hidrográficas Amazônica, Paraguai, Tocantins-Araguaia e Atlântico Nordeste Ocidental possuem situações bastante confortáveis quanto à relação entre a demanda e disponibilidade.

Por outro lado, existem regiões hidrográficas que se encontram em situação de risco quanto ao balanço hídrico. A região hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental tinha 91% de seus principais rios classificados com situação “muito crítica”, “crítica”, e “preocupante”. As regiões Atlântico Leste e do São Francisco também apresentam áreas com situações de risco com respectivamente 70% e 44% de seus principais rios classificados com situação “muito crítica”, “crítica” ou “preocupante”.

Na Região Nordeste, ocorre grande quantidade de rios classificados com criticidade quantitativa devido à baixa disponibilidade hídrica dos corpos d’água. Rios localizados em regiões metropolitanas apresentam criticidade quali-quantitativa, tendo em vista a alta demanda por água e a grande quantidade de carga orgânica lançada aos rios. No sul do Brasil, muitos rios possuem criticidade quantitativa, devido à grande demanda para irrigação.

Diante desse cenário, é necessário que sejam tomadas providências a fim de recuperar e preservar os recursos naturais das bacias hidrográficas, de maneira integrada e associada a um processo de articulação interinstitucional com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos, sobretudo a fim de integrar os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando à revitalização e ao desenvolvimento sustentáveis das regiões hidrográficas brasileiras.

Deve-se ressaltar ainda que o conjunto de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água, a outorga e a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e o sistema de Informações), buscam dotar o país de mecanismos de gestão para proporcionar os usos múltiplos da água, pressuposto importante para assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo de reduzir essas vulnerabilidades, destacam-se as seguintes metas do Programa:

- reduzir os níveis médios anuais de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 kg DBO/dia;
- revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas;
- conservar e recuperar 6.000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes;
- pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados; e
- ampliar para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados.

POLÍTICAS E TEMAS ESPECIAIS

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Integração Sul-Americana

Política Externa

Mar, Zona Costeira e Antártica

Política Nacional de Defesa

Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Brasil iniciou um novo ciclo de desenvolvimento a partir de transformações que alteraram positivamente o curso de nossa trajetória recente. A combinação entre crescimento econômico, elevação da renda dos mais pobres e ampliação das oportunidades de emprego, educação e acesso aos demais serviços públicos criou as condições para um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Os indicadores das condições socioeconômicas dos brasileiros confirmam esse panorama e informam dados exuberantes se comparados com trajetórias anteriores, superando a estagnação que marcou o país nas últimas décadas do século passado.

O fortalecimento do Estado é um dos pilares dessa estratégia, e o aprofundamento deste cenário de desenvolvimento com redução das desigualdades, em especial o compromisso de erradicar a extrema pobreza, requer um Estado indutor e promotor das mudanças a partir de políticas públicas construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo.

Para tanto, é fundamental qualificar o debate sobre a gestão pública e concebê-la a partir da perspectiva que cria as condições objetivas e institucionais para a execução das políticas públicas, associando o conceito de resultado à abertura de canais que permitam ampliar a escala das entregas do governo. Significa que o trabalho de recuperar a capacidade do Estado para a implementação das políticas, aliado a todo o esforço que foi feito recentemente como no caso do PAC, ainda é um desafio. Particularmente, é preciso fortalecer a relação federativa por meio da criação e valorização de mecanismos de cooperação entre os entes, de forma a ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado.

A dimensão da gestão, portanto, deve dialogar com a elaboração de uma arquitetura institucional capaz de construir e reforçar os canais que possibilitem atender o cidadão, tal como o arranjo desenvolvido no Bolsa Família. Para isso, é fundamental rever os marcos conceituais e legais relacionados à função pública visto que há um esgotamento do atual modelo de ação estatal, fato que gera dificuldades para a ação ágil e com qualidade no atendimento às demandas sociais e do mercado, prejudicando, em especial, os entes e populações mais vulneráveis. Nesses termos, é preciso que tanto a gestão quanto o controle trabalhem a partir do conceito de equidade.

Para tanto, é fundamental a produção e utilização de informações de qualidade com vistas a subsidiar o planejamento e a gestão das políticas públicas de forma a orientar as intervenções capazes de promover a alocação equânime, integrada e eficiente dos recursos. O investimento na capacidade de produção e tratamento das informações associado às soluções e inovações em gestão, como foi o recente caso do fim das filas da Previdência, são políticas essenciais para maximizar a utilização dos recursos públicos.

Deve-se fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão de irregularidades com o intuito de colaborar na correção de eventuais fragilidades que possam comprometer a implementação das políticas, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

No mesmo sentido, é fundamental que o Estado disponha de assessoramento jurídico adequado de forma a exercer sua missão com segurança jurídica e respeito ao Estado Democrático de Direito. Diante do atual mosaico de regulamentos que pautam a ação do Estado, é fundamental que a intervenção jurídica consultiva e contenciosa que representa o Estado brasileiro esteja orientada, em especial, pelo princípio da eficiência.

Nenhum Estado realizará sua missão adequadamente sem agentes públicos valorizados. O servidor é o Estado em ação e, por isso, é preciso garantir que o trabalho seja realizado com excelência. Para tanto, é necessário democratizar as relações de trabalho e aperfeiçoar a gestão de pessoas, ações indispensáveis para a valorização do servidor público e a prestação de serviços com qualidade.

Outro requisito para a qualificação da ação pública é o diálogo e a articulação entre o Governo Federal e a sociedade civil. Por isso, é preciso fortalecer os instrumentos de transparência e participação social, valorizar as novas formas de comunicação com a sociedade e ampliar os canais de participação de entidades representativas legítimas no cotidiano do Estado. Ao tornar possível que os diferentes grupos de interesse vocalizarem suas demandas no interior do aparato estatal, as instituições participativas permitem, também, tornar o processo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Os desafios do País para os próximos anos não são poucos, e as transformações sociais exigem cada vez mais do Estado a garantia do bem-estar de todos. Para superar esses desafios é indispensável dotar o Estado de mecanismos para a busca contínua da qualidade do gasto, de forma que ele esteja apto a promover e induzir a entrega de bens e serviços à sociedade, consolidando o cenário virtuoso que se anuncia no Brasil do início do século XXI, além de gerar mais e melhores oportunidades a toda população.

GESTÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Nos últimos anos, a política econômica voltou-se para a promoção do crescimento sustentado, com inclusão social e redução das disparidades sociais e regionais. A orientação para o desenvolvimento promoveu o aumento da demanda interna e da massa de rendimentos reais, com expansão do mercado interno e inclusão de novos consumidores, fatores decisivos para a queda da desigualdade.

Houve, simultaneamente, melhoria na composição das despesas públicas, com elevação da participação dos investimentos e das transferências de renda às famílias, ampliação do grau de formalização da economia, queda da taxa de desemprego e persistente política de valorização do salário mínimo. Tais resultados são consequência do efeito multiplicador do crescimento orientado para a melhoria das condições de vida, sobretudo dos mais pobres.

No cenário econômico internacional, a crescente importância do Brasil no cenário geopolítico têm demandado participação cada vez mais significativa do País nos fóruns decisórios mundiais, fato que permite a vocalização de demandas direcionadas à promoção da igualdade e democratização mundial das oportunidades.

Entretanto, apesar dos avanços recentes há uma parcela significativa da população brasileira excluída, de modo que se convive com níveis alarmantes de desigualdade. O país ainda enfrenta desafios consideráveis para prover ou garantir a fruição de direitos sociais básicos, especialmente, neste caso, o direito ao emprego. Por isso, é fundamental erradicar a miséria por meio da combinação de políticas de garantia de renda com ações de promoção do desenvolvimento econômico com vistas à geração de empregos.

Parte dessa estratégia é a expansão das taxas de investimentos produtivos, com estabilidade dos preços. Buscar-se-á, também, induzir o crescimento de longo prazo, com ampliação dos investimentos de 18,4% do PIB, em 2010, para mais de 23% do PIB em 2015, o que elevará a taxa média de crescimento do PIB acima de 5% ao ano. Visando ao estímulo do crescimento sustentado e à preservação da estabilidade da economia, deverão ser criadas e aperfeiçoadas medidas voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

No tocante ao financiamento dos serviços públicos, convive-se com um conjunto de regras que impõe obstáculos à produção, sobrecarrega a carga fiscal e cria entraves à harmonia necessária ao federalismo. Por isso, deve-se implementar um conjunto de medidas que estimulem a formalização e permitam o desenvolvimento mais equilibrado. No mesmo sentido, é preciso modernizar o sistema tributário à luz da simplificação, racionalidade e equidade, utilizando-se da tecnologia da informação para atingir maior eficiência em respeito ao contribuinte.

As ações relativas ao equilíbrio fiscal das contas públicas devem efetivar-se, também, por meio da administração eficiente da dívida pública federal e da otimização da arrecadação das receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União. Tais medidas alimentam os fundamentos macroeconômicos para a continuidade das políticas de inclusão social e defesa da economia nacional.

Quanto à regulação do setor empresarial, o Governo identificará e punirá eventuais condutas dos agentes econômicos, tendência ou perspectiva, que possa afetar o

funcionamento adequado da economia. A política de defesa da concorrência será implementada a fim de manter as condições que assegurem o maior grau possível de competição nos diversos mercados.

O desenvolvimento econômico depende, também, da solidez do sistema financeiro nacional. O alongamento da dívida interna diminuirá os custos de captações soberanas lançadas no mercado internacional, em divisas estrangeiras e em moeda nacional. Esse ambiente de formação de poupança privada de longo prazo, juntamente com o crescente aumento da segurança no mercado financeiro, deve ser garantido por um mercado financeiro seguro, regulado e fiscalizado. No mesmo sentido, o sistema financeiro deve favorecer a poupança popular por meio dos planos de previdência complementar aberta e dos títulos de capitalização e, assim, contribuir para ampliar o investimento de longo prazo.

Os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta colaboram com o desenvolvimento econômico do país, desonerando o Estado e promovendo progressos sociais. Para garantir o seu funcionamento adequado e viabilizar o desenvolvimento, esses mercados requerem uma regulamentação clara e eficaz, bem como ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

O mercado de valores mobiliários, por sua vez, exige de seus protagonistas padrões de conduta rigorosos, que devem ser fiscalizados pelo Estado. O desenvolvimento desse mercado requer uma regulação clara e eficaz e, ainda, ações contínuas de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia.

Além disso, a falta de acesso de parcela significativa dos cidadãos aos serviços e produtos disponibilizados pelo sistema financeiro nacional constitui-se em limite à melhoria de vida das pessoas. A fim de promover a cidadania e a inclusão social, é fundamental viabilizar a universalização do acesso a esses produtos e serviços, em especial abertura de contas e concessão de crédito, por meio das instituições financeiras oficiais.

INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A América do Sul é o espaço geográfico para o qual a política externa brasileira volta-se de maneira prioritária. A integração dos 12 países sul-americanos é vetor fundamental para consolidar as boas relações com nossos vizinhos continentais. Em uma região marcada por profundas desigualdades, a conquista dos níveis almejados de desenvolvimento requer a permanente construção de um espaço sul-americano integrado. O esforço de integração, traduzido, principalmente, na UNASUL e no Mercosul, além de outras iniciativas multilaterais

e bilaterais, como o Banco do Sul e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, constitui requisito estratégico para a inserção bem-sucedida de nossa economia e sociedade em um ambiente internacional crescentemente competitivo, globalizado e, por vezes, contrário aos interesses legítimos de nossos povos.

A relevância da América do Sul para o Brasil comprova-se em diversas vertentes, dentre as quais se destaca o intercâmbio comercial. A região é, hoje, um dos principais destinos de nossas exportações de maior valor agregado: do total de vendas em 2010 para os parceiros sul-americanos, 84% corresponderam a bens manufaturados. A corrente de comércio do País com os vizinhos triplicou entre 2002 e 2010, e alcança hoje 16% de nossas trocas comerciais, gerando grandes superávits: mais de US\$ 11 bilhões, em 2010, que representaram, aproximadamente, 56% do saldo comercial total do País.

Para os países sul-americanos, o Brasil é também um mercado importante. Participamos das duas maiores correntes comerciais bilaterais da região: Brasil–Argentina e Brasil–Chile. Somos o maior exportador e também o maior importador de bens originários da região. Seguimos sendo, por exemplo, o principal destino das exportações argentinas (21,3% do total), uruguaias (21,5%) e bolivianas (44,1%).

O processo de integração sul-americana tem, entre os seus principais desafios, a superação das deficiências de interligação da infraestrutura, as quais se fazem sentir de maneira mais notável na parte setentrional da região, onde o processo de ocupação territorial é mais recente. Os altos investimentos demandados pelos projetos de infraestrutura serão vitais para o desenvolvimento socioeconômico dos países. A criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), da UNASUL, vem justamente atender à necessidade de coordenar os esforços nessa área estratégica da integração física.

Em paralelo, é fundamental ter presente a vulnerabilidade das populações fronteiriças, para as quais se devem implementar políticas especiais, destinadas à melhoria das condições de vida das pessoas estabelecidas na Faixa de Fronteira.

Outro desafio que sobressai nesse processo integracional é o fortalecimento da institucionalidade da UNASUL, organismo em vigor desde março de 2011 e composto de oito Conselhos Setoriais, voltados para áreas de interesse comum como combate às drogas; economia e finanças; infraestrutura; energia; saúde; desenvolvimento social; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; e defesa. É prioritário, nessa fase, dotar a UNASUL com instrumentos adequados para concretizar os projetos, programas e iniciativas dos 12 países.

No que diz respeito ao Mercosul, trata-se, atualmente, de um exercício de integração regional profundo, de grande complexidade. O bloco é multifacetado, formado por países em desenvolvimento que, apesar das assimetrias, compartilham desafios semelhantes. Têm avançado, simultaneamente, em seus pilares econômico-comercial, social e cidadão.

No pilar econômico-comercial, destacam-se os expressivos resultados do comércio intrabloco que refletem os níveis recordes de 2010, que atingiram US\$ 45 bilhões. Adicionalmente, foram aprovadas decisões importantes, que pautarão a agenda comercial do bloco nos próximos 10 anos, como o Código Aduaneiro, a definição de um cronograma para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, o Acordo sobre Defesa da Concorrência do Mercosul e o Programa de Consolidação da União Aduaneira.

Para a redução das assimetrias entre os Estados-Partes, aspecto fundamental para o fortalecimento do processo de integração, conta-se com o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Até 2010, foram aprovados 36 projetos, que representam investimentos superiores a US\$ 1 bilhão, para o financiamento em áreas como infraestrutura, energia, habitação, transporte, integração produtiva, capacitação tecnológica, educação e apoio a pequenas e médias empresas, entre outras.

No pilar social, a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas) definiu metas regionais de desenvolvimento social mais ambiciosas do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No pilar da cidadania, no marco dos esforços para ampliar e consolidar os direitos e garantias fundamentais para os cidadãos do bloco, foi aprovado o Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul. Reveste-se de grande relevância para o pilar cidadão, ademais, a aprovação do critério de representação cidadã para a conformação definitiva do número de assentos do Parlamento do Mercado. Essa decisão abriu caminho para a realização de eleições diretas de parlamentares do bloco. Cabe sublinhar, ainda, a criação, na estrutura institucional do Bloco, do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul.

Impulsionada por uma ampla agenda de política externa, a integração sul-americana consolida-se como fundamento do desenvolvimento econômico e social sustentável, promovido de forma equilibrada e com benefícios perceptíveis às populações do continente.

POLÍTICA EXTERNA

O Brasil está assumindo responsabilidades ampliadas no plano internacional, pois logrou conciliar no plano interno o amadurecimento democrático com progresso social e econômico. Entre os polos da nova geopolítica deste século, o Brasil, com sua tradição de paz e tolerância, posiciona-se como ator com características privilegiadas para a promoção de modelos mais inclusivos de desenvolvimento e para o fortalecimento da cooperação entre as nações.

A política externa será elemento constitutivo de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social que ajude a superar as vulnerabilidades do País e contribua para reduzir as desigualdades nos planos nacional e internacional.

Além da integração da América do Sul e sua consolidação como um espaço de crescente paz e prosperidade, o Brasil pretende desenvolver uma diplomacia latino-americana e caribenha em sentido mais amplo, consolidando o processo que teve origem na Cúpula América Latina e Caribe, realizada na Costa do Sauípe, em 2008.

A prioridade atribuída à integração regional não diminuirá a atenção à participação nos núcleos dinâmicos da economia internacional, para que sejam aproveitadas nossas vantagens comparativas tradicionais em recursos naturais e no setor do agronegócio e também diversificar a economia, conferindo-lhe crescente competitividade, mediante parcerias em ciência, tecnologia e inovação e investimentos centrados nos recursos humanos. O Brasil privilegiará contatos com os principais polos da ordem multipolar em gestação, aliando agendas bilaterais substantivas a uma visão cooperativa da multipolaridade.

O Brasil fará avançar reformas na governança global que reflitam as realidades geopolíticas do século XXI, sem reproduzir as assimetrias do passado, dando destaque aos temas relacionados à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não proliferação nuclear. No domínio econômico, será intensificada nossa participação nos principais organismos multilaterais, tais como a OMC, o FMI, o Banco Mundial, entre outros, bem como na gestão dos novos mecanismos de governança econômico-financeira mundiais, como o G-20. Para a expansão do comércio exterior brasileiro, trabalhará, em conjunto com os parceiros do Mercosul, na negociação de acordos comerciais do Bloco com terceiros países e regiões.

Nossa capacitação em termos de prestação de cooperação técnica, de assistência na adoção de políticas públicas bem-sucedidas ou de ajuda humanitária – não obstante os avanços consideráveis dos últimos anos – precisará modernizar-se para atender à demanda já existente, dada a nossa importância crescente no cenário político internacional.

As comunidades brasileiras no exterior representam, atualmente, vertente importante da política externa brasileira. A necessidade de prestar atendimento expedito e de qualidade a um universo de mais de 3 milhões de brasileiros residentes fora do País demanda constantes esforços de modernização.

Entre as metas previstas no Programa, destacam-se as seguintes:

- organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20);
- reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros;

- expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior;
- expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países;
- aumentar em 20% os instrumentos de cooperação técnica internacional com países em desenvolvimento;
- expandir de 70 para 120 as operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres, realizadas anualmente pelo Brasil.

MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira Brasileira são estratégicos para a segurança e o desenvolvimento nacional, dada a maritimidade do País, suas rotas de navegação, assim como os recursos vivos e não vivos presentes nas águas marítimas de interesse nacional. Entretanto, o conhecimento científico disponível sobre do Oceano e da Zona Costeira ainda é insuficiente para a sua preservação e utilização sustentável.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) garante o direito de o Brasil se estabelecer ao redor das ilhas oceânicas, Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. Por conseguinte, o arquipélago de Fernando de Noronha, Atol das Rocas e as Ilhas de Martin Vaz e Trindade, assumem importância estratégica, além de valor científico-ambiental. Nesse contexto, por outro dispositivo da CNUDM, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo também é considerado como território brasileiro, desde que permanentemente habitado, o que levou o Brasil a instalar uma estação científica ali.

Por outro lado, é imprescindível a preservação e a vigilância do Mar Territorial, da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental Brasileiras, numa extensão de cerca de 4,5 milhões de km², conhecida como “Amazônia Azul”, para assegurar a integridade do Patrimônio Nacional.

A fim de orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar, foi instituída a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM, Decreto nº 5377/2005).

A PNRM desdobra-se em Planos: o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), que se associa a uma meta para 2015, de delimitar a Plataforma Continental Brasileira, ampliando-a para além das 200 milhas da costa, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos; e o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM).

No PSRM, o conhecimento sobre a interação entre os oceanos e a atmosfera, essencial para o aprimoramento da previsão do tempo, do clima e de eventos extremos, são prioridade, pois os processos de regulação do clima e dos ciclos hidrológicos dependem da capacidade dos oceanos de armazenar calor e absorver gás carbônico. O Monitoramento Oceanográfico e Climático visa tornar mais confiáveis as previsões meteorológicas e melhorar a capacidade de observação, previsão e alerta desses eventos.

Os oceanos são repositórios de ampla gama de recursos naturais, vivos (algas e animais marinhos) e não vivos (incluindo petróleo, gás, sedimentos carbonáticos, pláceres, fosforitas, evaporitos e enxofre associados, carvão, hidratos de gás, sulfetos polimetálicos, nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas). É necessário desenvolver o conhecimento e o uso sustentável desses recursos, identificando e avaliando sua potencialidade econômica e político-estratégica para o Brasil.

Outra vertente do programa refere-se ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), também decorrente da PNRM, e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que tem como propósito orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, além da defesa e utilização sustentável de todos os ecossistemas desse patrimônio marítimo nacional.

A Zona Costeira Brasileira tem quase 9.000 km de extensão, onde vivem 75% da população brasileira, concentrando 73% do PIB nacional, e é considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal. A atenção do Governo Brasileiro ao uso sustentável dos recursos costeiros se expressa no compromisso governamental com o planejamento integrado da utilização de tais recursos, visando ao ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos. Nesse sentido, uma meta do Programa é capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros na metodologia do Projeto Orla.

Este programa também compreende a Política Nacional de Assuntos Antárticos (Polantar), a fim de cumprir os compromissos assumidos pelo País, desde 1975, no âmbito do Tratado da Antártida, de contribuir para o conhecimento científico daquela região e de preservar o meio ambiente antártico.

A condição do Brasil de país atlântico e próximo da Região Antártida e as influências dos fenômenos naturais que lá ocorrem sobre nosso território justificam plenamente o histórico interesse brasileiro sobre o Continente Antártico. Essas circunstâncias, entre outras, foram determinantes para que o País aderisse ao Tratado da Antártida e desse início ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) em 1982. Suas atividades são apoiadas em três vertentes: a científica, a ambiental, e a logística. Além disso, cabe ressaltar a existência de uma estação científica brasileira na Península Antártida, imprescindível para o desenvolvimento das pesquisas científicas e a presença nacional naquele continente.

Assim, este programa consolida a posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca de mudanças climáticas e do uso sustentável dos recursos do mar, com inovações

tecnológicas propiciadoras de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio para a realização da pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

A Política de Defesa Nacional é um tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, que tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal. Vai ao encontro das orientações governamentais e da política externa do País, na qual se fundamenta pela busca de solução pacífica para as controvérsias e pelo fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

A defesa de um país consiste, basicamente, no conjunto das capacidades organizadas, com o objetivo de garantir a segurança do patrimônio natural e social, a dissuasão por meio da capacidade de combate e os compromissos internacionais, que culminam com a manutenção da soberania do estado nacional. Dessa forma, é realizada pela atuação conjunta dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pelas Defesas Marítima, Terrestre e Aeroespacial, sob a coordenação do Ministério da Defesa, que articula o emprego das Forças Armadas brasileiras.

O Brasil tem demonstrado, de forma consistente e clara, sua determinação em viver em paz e harmonia, segundo os princípios e as normas do direito internacional e em respeito aos compromissos assumidos. Para tanto, o País deve estar preparado para lançar mão de meios dissuasórios, capazes de manter a segurança e a soberania nacionais.

A soberania de uma nação depende diretamente de sua expressão militar. Nesse sentido, as Forças Armadas brasileiras têm por missão constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e manter a lei e a ordem. Para tanto, há que se desenvolver as capacidades necessárias para que o País possa fazer valer suas decisões, respaldar a política externa e atuar de maneira afirmativa em suas áreas de interesse estratégico.

A Estratégia Nacional de Defesa, publicada em dezembro de 2008, constituiu-se em marco histórico na evolução do pensamento de defesa em nosso País. A partir da estratégia, o Governo Federal tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizarão a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional, o que faz recair sobre as Forças Armadas renovadas atribuições, principalmente no sentido de apresentar planejamentos com capacidade de respaldar e motivar decisões políticas e econômicas por parte do Governo Federal.

Neste contexto, a Marinha do Brasil (MB) atua na defesa das águas interiores - rios, lagos e canais -, e em todo o mar, de forma a garantir a soberania nacional. A Lei Complementar

nº 97, de 1999, estabeleceu atribuições subsidiárias de competência da Marinha, as quais estão relacionadas: à garantia da segurança da navegação; à fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos; à repressão dos delitos de repercussão nacional e internacional e à prevenção e repressão da poluição ambiental. Para que a Marinha do Brasil possa exercer, de forma mais eficiente, a defesa e a fiscalização dos 40.000 km de hidrovias, além de 8.500 km de litoral e dos 4.500 km² da nossa Amazônia Azul, é necessário que o País tenha uma força marítima moderna, equilibrada e balanceada, que disponha de meios navais, aeronavais adequados e de recursos humanos qualificados.

Entre as metas do PPA 2012-2015 para esse segmento, destaca-se a conclusão do projeto do primeiro submarino de propulsão nuclear (SNBR-1).

Cabe ao Exército Brasileiro (EB) a defesa do País em operações eminentemente terrestres e, no plano interno, a garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais. Para viabilizar essa missão, o EB instituiu a Estratégia Braço Forte, como planejamento decorrente da Estratégia Nacional de Defesa. Em relação ao território nacional, o EB irá prosseguir com a estratégia da presença, por se tratar de vetor fundamental de apoio ao estado na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro. Como meta, destaca-se a estruturação de 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

A vertente Poder Militar Aeroespacial é uma das mais relevantes contemporaneamente: compreende a Força Aérea, suas bases e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios conferidos pelos poderes naval e militar terrestre e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão do Poder Militar Aeroespacial e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade militar aeroespacial.

O planejamento da defesa aeroespacial inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima, bem como por meio do espaço aéreo. Para esse segmento, destaca-se a meta de desenvolvimento de oito cargueiros táticos militares.

Em termos de efetivos, o País conta com aproximadamente 321 mil militares nas três Forças para uma população de 190 milhões de habitantes e território de 8,5 milhões de km². Isso representa 1,7 militares por 1.000 habitantes e 38 militares para 1.000 km². Para participar de forma mais ativa no contexto mundial, o Brasil necessita ampliar essa relação. A título de comparação, a França tem 3,8 militares por 1.000 habitantes e 454 militares por 1.000 km².

Historicamente, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, sem prejuízo das suas missões constitucionais, quando convocados, também executam missões de caráter cívico-social em apoio às ações do Governo Federal, sobretudo aquelas em apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública e necessidades humanitárias. Nessa dimensão, o Programa Política de Defesa Nacional tem por principais metas a participação de 9.500 rondonistas nas operações do Projeto “Rondon” e a participação de 80.000 crianças no Projeto “Forças no Esporte”.

Entre as demais metas, merecem destaque o fortalecimento da posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de defesa, a aquisição de 45 aeronaves para a Força Aérea, a construção de 8 Navios-Patrolha Oceânicos de 500 toneladas, a adequação de 30 Pelotões Especiais de Fronteira, a implantação do Centro de Defesa Cibernética e a profissionalização de 100.000 jovens pelo projeto Soldado Cidadão, a implantação de 80% do Centro de Operações Conjuntas e a realização de 17 operações de adestramento conjunto.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Brasil tem um território continental caracterizado por grande diversidade ambiental, social e econômica. Neste ambiente tão diverso, o Estado tem papel fundamental no apoio às nossas potencialidades, para dinamizar as economias em seus territórios e afirmar as identidades regionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – institucionalizada em 2007 - tem como objetivo a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. A PNDR se norteia pelas seguintes estratégias: estimular o desenvolvimento regional em múltiplas escalas e articular ações que promovam melhor distribuição da atuação pública e dos investimentos no território nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

No período recente, surgiram centenas de novas aglomerações produtivas nas mais distintas regiões de nosso país, consolidando novo modelo de atuação dos agentes públicos e privados na promoção do desenvolvimento por meio de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Há esforços para a consolidação dos avanços e a busca de um novo paradigma de ação. A premissa desta dinâmica está na convergência da PNDR com a Política Nacional de Desenvolvimento Competitivo (PDC) e, ainda, com a Política Nacional para APLs (PAPL), com base na capacidade local de gestão, entre instituições públicas e empresas. Para isso, entre as metas do PPA 2012-2015 está elaborar 19 planos de desenvolvimento regional, desenvolver redes regionais de inovação, desenvolver projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais e gerar 97.000 postos de trabalho nos APLs apoiados.

O que se pretende é uma ampliação da estratégia de ação regional/territorial do governo federal, que nos últimos anos ganhou fôlego e consistência para a ampliação das opções de geração de emprego e renda, tendo o território como protagonista do processo de desenvolvimento e respeitando-se as potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas regionais. Neste sentido, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, tem sido percebido por vários setores dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil como o principal instrumento de planejamento ambiental territorial em implementação.

É preciso enfatizar também que é no âmbito territorial que se tornam possíveis ações sistemáticas de identificação, mobilização, organização, capacitação e articulação institucional, para que se alcance maior inclusão produtiva. Os instrumentos de desenvolvimento territorial possuem enorme potencial para se conseguir o direcionamento de recursos para populações que possuem menor capacidade de representação política, pois os colegiados territoriais ampliam a força das reivindicações locais.

Outra alternativa com recorte local está no Programa Territórios da Cidadania (PTC), empreendido a partir de 2008, que busca superar a pobreza no meio rural por meio da adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável assentada na abordagem territorial. O diagnóstico que subsidiou a construção do PTC indicava que havia baixo acesso a serviços básicos, estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitassem autonomia econômica de médio prazo para os trabalhadores rurais. Para lidar com este quadro, o Governo Federal mobilizou 22 ministérios e órgãos da administração federal.

A Política Territorial da Pesca e Aquicultura, a partir de 2009, iniciou um processo de apoio a gestão social em 51 territórios; destes, 30 são Territórios da Cidadania e 8 Rurais de Identidade. Aplicando o conceito de identidade, caracterizou novos territórios em que há a presença de pesca e aquicultura alinhado aos conceitos e metodologia dos Programas Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Nestes, vivem mais de 50% dos cerca de 900.000 pescadores registrados no Brasil. Com essa política espera-se trazer para a agenda territorial os pescadores artesanais e aquicultores, consolidando na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural o tema da ruralidade das águas.

Diversas pesquisas desenvolvidas acerca do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e seus resultados revelam a capacidade de participação social dos atores no processo da gestão de políticas públicas, incluindo as negociações que as instituem e também as suas implementações. Entre as metas do PPA 2012-2015, merecem destaque: atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural; criar e implementar marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural; e reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados.

No final do Século XX, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e da precarização do trabalho, surgiram, em diferentes pontos do território brasileiro, novas

formas de organização de atividades econômicas com base na cooperação ativa entre trabalhadores em empreendimentos de sua propriedade coletiva ou entre produtores familiares ou individuais autônomos associados. São os Empreendimentos de Economia Solidária. Apresentam-se sob as formas de cooperativas populares, empresas recuperadas pelos ex-empregados de empresas falidas, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, atuando em diversos setores produtivos: agricultura familiar e agroecologia, coleta de resíduos sólidos, inclusive de óleo de cozinha, organizações de finanças solidárias e de comércio justo e solidário.

Entre as metas do PPA 2012-2015 para esse segmento temos: certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário; criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização; incluir 200 comunidades nas finanças solidárias; promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária e promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.





Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA